



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA – PPGSCA



JOYCE KAROLINE PINTO OLIVEIRA PONTES

Bolsista Fapeam

Educação Superior Indígena no Amazonas: A tecnologia mediada no ensino

MANAUS

2019

JOYCE KAROLINE PINTO OLIVEIRA PONTES

**EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA NO AMAZONAS: A TECNOLOGIA MEDIADA
NO ENSINO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/UFAM), como exigência para a defesa de Doutorado. Linha de Pesquisa 1 – Sistemas Simbólicos e Manifestações Culturais.

Orientadora: Profa. Dra. Artemis de Araújo Soares

MANAUS

2019

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

P814e Pontes, Joyce Karoline Pinto Oliveira
Educação Superior Indígena no Amazonas : A Tecnologia
Mediada no Ensino / Joyce Karoline Pinto Oliveira Pontes. 2019
171 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Artemis de Araújo Soares
Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Amazônia. 2. Educação Superior Indígena. 3. Educação a
Distância. 4. Comunicação e Tecnologia. I. Soares, Artemis de
Araújo II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

JOYCE KAROLINE PINTO OLIVEIRA PONTES

**EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA NO AMAZONAS: A TECNOLOGIA MEDIADA
NO ENSINO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/UFAM), como exigência para defesa de Doutorado. Linha de Pesquisa 1 – Sistemas Simbólicos e Manifestações Culturais.

Aprovada em 20 de março de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Artemis de Araújo Soares – UFAM
Presidente

Prof. Dr. Evandro de Moraes Ramos – UFAM
Membro

Prof. Dr. Gersem José dos Santos Luciano – UFAM
Membro

Prof. Dr. Davi Avelino Leal – UFAM
Membro

Prof. Dr. Neuler André Soares de Almeida – UEA
Membro



**ATA DE DEFESA PÚBLICA DE TESE DA ALUNA
JOYCE KAROLINE PINTO OLIVEIRA PONTES**

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às 09h (nove horas), no Miniauditório do PPGSCA - IFCHS, da Universidade Federal do Amazonas, situado na Av. General Rodrigo Octávio, 6200, nesta capital, ocorreu a sessão pública de defesa de tese de Doutorado intitulada “**EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA NO AMAZONAS: A TECNOLOGIA MEDIADA NO ENSINO**”, apresentada pela aluna *Joyce Karoline Pinto Oliveira Pontes* que concluiu todos os pré-requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia, conforme estabelece os Artigos 51 e 52 do Regimento Interno do Curso. Os trabalhos foram instalados pela Prof.^a Dr.^a Artemis de Araújo Soares - UFAM, Orientadora e Presidente da Banca Examinadora, que foi constituída, ainda, pelo Prof. Dr. Evandro de Moraes Ramos – UFAM; Prof. Dr. Gersem José dos Santos Luciano – UFAM; Prof.^a Dr.^a Neuler André Soares de Almeida – UEA e Prof. Dr. Davi Avelino Leal – UFAM. A Banca Examinadora, tendo decidido aceitar a tese, passou à arguição pública da doutoranda. Encerrados os trabalhos, os examinadores expressaram o seguinte parecer:

- Prof.^a Dr.^a Artemis de Araújo Soares
Parecer: (FAVORAVEL) Assinatura: Artemis de Araújo Soares
- Prof. Dr. Evandro de Moraes Ramos
Parecer: (APROVADA) Assinatura: Evandro de Moraes Ramos
- Prof. Dr. Gersem José dos Santos Luciano
Parecer: (APROVADA) Assinatura: Gersem José dos Santos Luciano
- Prof. Dr. Neuler André Soares de Almeida
Parecer: (Aprovada) Assinatura: Neuler André Soares de Almeida
- Prof. Dr. Davi Avelino Leal
Parecer: (Aprovado) Assinatura: Davi Avelino Leal

DEDICATÓRIA

A Deus e Nossa Senhora

À minha filha vitoriosa e grande amor

Mariah Karoline Pinto Oliveira Pontes

À minha mãe

Célia Regina Pinto Oliveira

Ao meu irmão

Jeferson Jancy Pinto Oliveira

Ao meu esposo

Aldrin Bentes Pontes

À minha avó

Maria de Nazaré da Silva Pinto

Aos meus tios

Mara Cristina, Gilberto Figueiredo

Aos meus Alunos e Amigos

Que oram pela saúde da minha filha

A minha orientadora

Artemis de Araújo Soares

À Universidade do Estado do Amazonas

Coordenação do PROIND e Discentes

À População Indígena do Amazonas

Dedico este trabalho com muito amor e carinho

AGRADECIMENTOS

Começo meus agradecimentos de uma maneira distinta, isso porque diante dos vários empecilhos que geralmente nós acadêmicos/pesquisadores relatamos, como a falta de tempo em escrever, ou outros “obstáculos”, que acabam dispersando o processo de aquisição do conhecimento a partir da redação científica, percebi que estes se tornam mínimos, ou melhor, nem existem diante do que passei com minha família a partir de março de 2018, quando a mesma que à época tinha 2 anos e 10 meses de idade, foi diagnosticada no dia 17 de março de 2018 com Leucemia Linfóide Aguda (CID10: C91.0) de Alto Risco Tipo B, mas já se encontrava internada desde o dia 13 de março de 2018 com muita febre e tosse.

Para mim e minha família foi um choque, pois a vida mudou de uma hora para outra em todos os sentidos, principalmente quando a médica informou que o tratamento quimioterápico consoante o protocolo GBTLI-2009, grupo de Alto Risco, iniciaria dia 20 de março de 2018. Meu mundo caiu naquele instante. Inicialmente me perguntei o porquê disso tudo? Será que eu e minha família merecemos isso? A minha filha não, uma criança inocente que já nasceu lutando pela vida aos 7 meses, ficando internada na UTI!!! E minha vida como ficará daqui por diante? Várias perguntas, como muitas dúvidas em relação ao tratamento, bem como a corrida pela vida de minha filha foram surgindo e no meio de tudo isso, se encontrava também a pesquisa científica desta Tese.

Um dos medicamentos iniciais que Mariah Karoline precisava não havia no Brasil, e após uma grande mobilização de amigos, conseguimos obter a cota em dinheiro para a compra, mas não chegaria a tempo, hoje essa verba arrecada é para os custos de alimentação, aluguel, medicamentos, entre outras necessidades, pois atualmente minha profissão de fato e dedicação exclusiva é ser Mãe de uma menina linda, guerreira que é forte e me dá forças todos os dias. Cada dia é um agradecimento a Deus pela vida da minha Mariah, só quem passa por isso sabe que na vida tudo que se conquista em forma de bem material não vale nada, o que vale é o amor e a vida. Logo, dia 29 de março eu, minha filha e meu esposo viajamos para Campinas em São Paulo, para tratar nossa filha em um hospital de referência na América Latina, Hospital Boldrini, lá tinha o medicamento pela glória de Deus. Vivi sozinha com minha filha no período de abril a setembro de 2018, pois meu esposo teve que voltar a Manaus para organizar o que deixamos para trás.

Tirei forças de onde nem sabia que tinha, deixei pra trás toda a tristeza e comecei a pensar positivamente, juntamente com minha família e amigos conhecidos e desconhecidos que se mobilizaram com a causa. Deus foi e é tão Misericordioso que ela vem conseguindo fazer o tratamento e obtendo êxito, mas tivemos que mudar toda a nossa vida, passamos a viver em Campinas (SP) e nos primeiros meses eu vivia no hospital com ela, e como o tempo parece não passar me vi diante da minha pesquisa, pois sempre gostei de ler e escrever, acho que também por isso, optei pela minha profissão de jornalista. Durante o tratamento dela que não acabou, inclusive para a defesa desta Tese, viajei sozinha a Manaus, pois minha bebê não tem alta médica para realizar viagens, cada dia eu escrevia um pouco, parece que o pensamento fluía, mas ressalto que de fato o percurso metodológico mudou, haja vista que confesso que faltam depoimentos concretos de acadêmicos e até docentes que fizeram parte do PROIND/UEA.

Esta fase que venho vivendo me leva a uma reflexão pessoal e de certa forma contribui sim para a minha formação acadêmica como pesquisadora, passei a valorizar cada vez mais a pesquisa e o conhecimento, os minutos para a redação científica, além de obter acima de tudo o que um pesquisador deve ter: humildade e a gratidão a todas as pessoas que contribuem epistemologicamente para a condução da pesquisa.

Por isso, agradeço, em primeiro lugar a Deus, por ter me iluminado nesta caminhada na qual busco meu crescimento pessoal e profissional, e sem Ele não conseguiria chegar até o fim desta jornada que não se finaliza aqui, a pesquisa com certeza continuará em breve. À minha mãe Célia Regina, ao meu irmão Jeferson Jancy, ao meu esposo Aldrin Pontes, minha Tia Mara Cristina, minha vó Maria de Nazaré, Tio Gilberto.

À minha filha, meu anjo, minha luz, meu fortalecimento, Mariah Karoline, amor da minha vida, que tanto amo. Só Deus sabe o quanto tive medo de lhe perder, mas sei que a partir de agora sempre deverei ter um cuidado especial com você, porque a Leucemia pode ter cura, mas a manutenção do tratamento é diária e meu amor enquanto eu tiver forças sempre lutarei pela sua vida para ver seu sorriso lindo minha princesinha.

Agradeço à minha orientadora Professora Doutora Artemis de Araújo Soares, pela sua extrema dedicação, paciência, orientação, incentivo não só ao desenvolvimento desta pesquisa, mas também pela contribuição em vencer na vida profissional e pessoal, um exemplo e mulher que se torna imortal na Academia Amazonense de Letras, me sinto privilegiada em ter sido sua orientanda.

Apesar do ano de 2018 ser muito desgastante na vida pessoal e profissional, se torna um período de aprendizagem na minha vida em sempre querer fazer o melhor e ser uma pessoa melhor. Esta pesquisa tinha tudo para não sair, mas minha força de vontade, fé em Deus e nas energias positivas que conduzem minha vida, eu consigo concluir mais uma etapa. Sou imensamente grata ao Deus Pai Todo Poderoso, que me deu forças de onde eu já nem tinha mais.

Grata também ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), o qual me concedeu a oportunidade em ingressar na pesquisa e na construção do conhecimento científico, pelas novas perspectivas na vida tanto no Mestrado, quanto no Doutorado. Haja vista que aos sete meses de gravidez e após um mês de defesa do Mestrado, tive a grande oportunidade em ser aprovada no Doutorado, mesmo com todas as dificuldades e empecilhos que apareceram, sou imensamente grata ao PPGSCA, à professora Marilene Corrêa que foi fundamental nesse processo.

À Coordenação Fundação de Amparo à Pesquisa na Amazônia (FAPEAM) pela bolsa de estudo e incentivo ao processo de realização desta investigação. Agradeço imensamente aos membros da banca por terem aceito avaliar esta Tese e as contribuições feitas para o aprimoramento do trabalho. Aos membros da Banca estendo meus agradecimentos pelas contribuições feitas no dia da defesa que foram significativas para esta Tese. Ao professor Gedeão Amorim pela oportunidade de contribuir com a pesquisa, de extrema relevância suas colocações. Ao Mestre indígena Gabriel Sodrê Maia, e Dr. Gersem Luciano “*Baniwa*”, que se tornam referências para este trabalho e exemplo de que basta querer para se conseguir atingir seus objetivos. Ao professor Dr. Nelson Matos de Noronha, pela dedicação, ensinamentos, apoio na minha vida pessoal e na produção intelectual científica. Ao Professor Doutor Walmir de Albuquerque Barbosa, pela disposição em contribuir com referenciais teóricos e experiência profissional para esta pesquisa, foi

fundamental. Imensamente grata ao amigo, José Takehara que se encontra no Japão e que traduziu em *Nheengatu*, o resumo desta pesquisa, além de contribuir de forma satisfatória para a aprendizagem de palavras indígenas e que me deu forças e contribuições. Um conhecedor e estudioso que procurou traduzir primeiramente para o Tupi e em seguida experimentou traduzir para o Nheengatu, língua geral.

Aos meus amigos Soraya de Oliveira Lima, Nilson Barroncas, Josué Gomes Vieira, Elma Nascimento de Souza, Diogo Gonzaga Torres, Carlos Fábio Guimarães, Michele Bahia Lins, Diana Maria Maquiné, Edilene Andrade, Silvia Koeler, Leandro Telles, Rayane Telles, Gláuria Sobreira, Flávia Frota, Itala Garcia, Giovana Lima, Alice Pereira, Socorro Maia, Ivan Neto, Ingrid Sanzi, Pedro Lima, Dra Maria Braga, que foram grandes incentivadores também para a realização desta pesquisa, amigos estes que estiveram comigo mesmo que de forma indireta em momentos de alegrias e tristezas, mas que sempre deram uma palavra amiga. Aos amigos dos veículos de Comunicação de Massa do Estado do Amazonas que me apoiaram no momento em que mais precisei: TV Cultura do Amazonas, Grupo Rede Amazônica/Amazon Sat, Rede Calderaro de Comunicação, Band Amazonas, TV Em Tempo, Rede Tiradentes, Rede Diário, Portal do Amazonas, Rádio Difusora e Rádio CBN.

Ao Programa de Formação do Magistério Indígena (PROIND), realizado pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), em especial aos discentes graduados, à Coordenadora do Curso, Ádria Simone de Souza e à estagiária Evellyn Jacaúna. A realização desta Tese não teria sido possível sem a contribuição desta Instituição de Ensino, dos acadêmicos, do corpo docente e administrativo, lhes dedico os meus sinceros agradecimentos. E aos que de alguma forma contribuíram para esta Tese se tornar realidade. Faço um agradecimento especial também a todos que oraram pela minha filha Mariah, que fizeram suas doações para o tratamento dela e que sempre trouxeram e continuam trazendo uma palavra amiga para minha família. Amo cada um de vocês e que Deus os abençoe grandemente. Estas pessoas fizeram e fazem a cada dia eu vencer as lutas que não são poucas em todos os campos de minha vida.

Agradeço a todos!

Não estou dizendo isso porque esteja necessitado, pois aprendi a adaptar-me a toda e qualquer circunstância. Sei o que é passar necessidade e sei o que é ter fartura. Aprendi o segredo de viver contente em toda e qualquer situação, seja bem alimentado, seja com fome, tendo muito, ou passando necessidade. Tudo posso naquele que me fortalece.

Filipenses 4:11-13

RESUMO

Esta tese de doutoramento se debruça sobre a mediação da tecnologia na educação superior indígena no Amazonas, presente nas práticas pedagógicas dos (as) professores (as) do Programa de Formação de Professores Indígenas (PROIND) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), especificamente em Manaus. Traz consigo os seguintes objetivos específicos: contextualizar a institucionalização da educação escolar indígena no Brasil; Descrever de que forma vem sendo utilizada a mediação da tecnologia nos cursos de nível superior do País, e seus benefícios para a comunidade acadêmica indígena. Portanto, a investigação científica presente na Linha de Pesquisa 1 – Sistemas Simbólicos e Manifestações Culturais, do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM), tem como tese destacar que a modalidade de ensino presencial mediado pela TV, assim como outros recursos tecnológicos podem contribuir efetivamente para a formação superior do professor indígena na Amazônia, valorizando e respeitando os aspectos culturais, sociais, além da pluralidade do pensamento social amazônico.

Palavras-Chave: Amazônia; Educação Superior Indígena; Educação a Distância; Comunicação e Tecnologia.

ABSTRACT

This doctoral thesis focuses on mediation of technology in indigenous higher education in Amazonas, present in the pedagogical practices of the Indigenous Teachers Training Program (PROIND) of the University of the State of Amazonas (UEA), specifically in Manaus. It has the following specific objectives: to contextualize the institutionalization of indigenous school education in Brazil; To describe how the mediation of technology in higher education courses in the country has been used, and its benefits for the indigenous academic community, with emphasis on higher courses for indigenous people in the State of Amazonas; In addition to interpreting the data obtained from the semi-structured interviews with 50% of the former graduates of the first group, which was formed in 2014 in the Amazonian capital and two professors from PROIND / UEA, among them the institution's rector and the coordinator of the course , Linking the significant forms of learning with the use of technology, as well as the contribution of ICTs and EaD, to the indigenous community in higher education in the Amazon. Therefore, the scientific research present in the Research Line 1 - Symbolic Systems and Cultural Manifestations, of the Postgraduate Program in Society and Culture in the Amazon (PGSCA / UFAM), has as a thesis to prove that the modality of presential education mediated by TV, As well as other technological resources can benefit in the superior formation of the indigenous teacher in the Amazon, valuing and respecting the cultural and social aspects, besides the plurality of the Amazon social thought.

Keywords: Amazon; Higher Education Indigenous; Distance Education; Communication and Technology.

YATUKA

Kuá sikarisa uepaka Amajon mira mbuéeté maãmonhãmbué resé. Kuá uyukuau Universidade do Estado do Amazonas (UEA) wara mira mbuesara mbuesawa rapé arama (PROIND) suí usemu mbuesara mbuepuru resé. Manau renonderãme. Kuá sikarisa urikú putari tẽ waá usú: Mumeẽ pinima nungara Brasil mira muekósa mbuesawaruka mbuésawa resé. Umukameẽ maã yawé uyúri uikú munhã muyukwausa munhãnungarisa , Tetama mbuesaeté resé. , asuí i maãkatu mira rendawa arama Iwaerã, sikarisa ekokwawa waá uiku Sikarisa rirí 1–Amazon retama Miratywa , kwasawa yuíri pupé Mbuesasuantiriré Maãmbuesa pupéwara munhãsawa, Kwasawa muyukwausa yuíri, (PPGSCA/UFAM), urikú maãpitera ramô umukameẽ waá mbuesa nungara suárenondé yumunhã TV rupí, iyawé tenhẽ amú-itá maãmbuésa munhãnungara, amurupí , ukwau umeẽ kirinbawa, mumbueeté arã Amazon retama kaamira mbuesawa arama, mumaãeté asuí upusuiku maranga kwasawa, miratywa, Amazon retama miratywa manduaisa bũa yuíri¹ .

SEKINDAWATARA IËGA: *Amazon retama; Kaamira mbuesaeté; Mimisuí mbuesawa; Purungitá Munhãnungara mbué yuíri.*

¹ Tradução em Nheengatu feita pelo Professor Japonês, José Takehara, que é Tupinólogo e realiza estudos em Nheengatu.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Viajantes da expedição no Alto Solimões.....	31
Quadro 2 - Universidades Públicas com Licenciatura Intercultural Indígena....	41
Quadro 3 - IES no Amazonas com cursos de graduação aos indígenas	42
Quadro 4 – Início dos cursos com educação superior indígena.....	44
Quadro 5 – Entrevistados da Pesquisa	56
Quadro 6 – Polo Morfológico da Pesquisa	57
Quadro 7 – Polo Teórico	57
Quadro 8 – Polo Técnico.....	58
Quadro 9 - Pesquisas relacionadas à educação indígena	59
Quadro 10 - Vagas Destinadas para Indígenas no Concurso Vestibular da UEA.....	68
Quadro 11 – Carga Horária do Curso.....	98
Quadro 12 - Formação Superior dos Professores Titulares.....	102
Quadro 13 - Formação Superior dos Professores Assistentes.....	103

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Matrículas nos Cursos Presenciais e a Distância por Cor / Raça no AM.....	50
Gráfico 2 – Desligamento dos Discentes PROIND-UEA	73
Gráfico 3 – Tradutores PROIND do 6º Módulo.....	105
Gráfico 4 – Tradutores PROIND do 7º Módulo	105
Gráfico 5 – Tradutores PROIND do 8º Módulo.....	106
Gráfico 6 – Tradutores PROIND do 9º Módulo.....	106
Gráfico 7 – Tradutores PROIND do 10º Módulo.....	107
Gráfico 8 – Representação de Acadêmicos Indígenas de Manaus.....	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Alunos indígenas diplomados no cursos de Graduação e Pós-Graduação.....	70
Tabela 2 - Primeira Turma Proformar/UEA.....	77
Tabela 3 - Alunos indígenas com matrícula ativa no PROIND 2009-2017	109
Tabela 4 - Alunos indígenas e não-indígenas diplomados	111

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Lei Estadual n.º 2.894/2004	63
Imagem 2 - Transmissão de aulas à distância da UEA	79
Imagem 3 - Arquitetura do IPTV.....	81
Imagem 4 - Estúdio Centro de Mídias SEDUC-AM	83
Imagem 5 - Tela de Login do IPTV	86
Imagem 6 - Série de cadernos PROIND/UEA	95
Imagem 7 - Série de cadernos PROIND/UEA no Armário.....	96
Imagem 8 – Transmissão via IPTV	99
Imagem 9 – Acadêmicos PROIND/UEA.....	112
Imagem 10 - Cerimônia de outorga de grau PROIND/UEA	113
Imagem 11 – Colação de Grau de Gabriel Sodré Maia	114
Imagem 12 – Caderno de relato confeccionado	116
Imagem 13 – TCCs Armazenados em CDs	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	- Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABED	- Associação Brasileira de Educação a Distância
AVA	- Ambiente Virtual de Aprendizagem
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD	- Compact Disc
CETAM	- Centro de Educação Tecnológica do Amazonas
C.H	- Carga Horária
CF	- Constituição Federal do Brasil
CEB	- Câmara de Educação Básica
CGEEI	- Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena
CIMI	- Conselho Indigenista Missionário
CMM	- Câmara Municipal de Manaus
CNE	- Conselho Nacional de Educação
CONSUNIV/UEA	- Conselho Universitário da Universidade do Estado do Amazonas
CNS	- Curso Normal Superior
CUA	- Comissão Universidade para os Índios
DFIL	- Departamento de Filosofia
DRM	- Digital Rights Management
EaD	- Educação a Distância
EJA	- Educação de Jovens e Adultos
ENEM	- Exame Nacional do Ensino Médio
ENS	- Escola Normal Superior
EPMT	- Ensino Presencial Mediado por Tecnologia
EUA	- Estados Unidos da América
FEFF	- Faculdade de Educação Física e Fisioterapia
FGV	- Fundação Getúlio Vargas
FUNAI	- Fundação Nacional do Índio
FUNTEC	- Fundação TV Cultura do Amazonas
GEEI	- Gerência de Educação Escolar Indígena
HDTV	- <i>High-Definition Television</i>
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira

IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	- Instituições de Ensino Superior
IFAM	- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
IFBA	- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IPTV	- <i>Internet Protocol Television</i>
ISA	- Instituto Sócio-Ambiental
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	- Língua de Sinais Brasileira
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
MEC	- Ministério da Educação
ONGs	- Organizações Não Governamentais
PCD	- Pessoa com Deficiência
PDF	- <i>Portable Document Format</i>
PDI	- Plano de Desenvolvimento Individual
PEE	- Plano Estadual de Educação do Amazonas
PET	- Programa de Educação Tutorial
PPC	- Projeto Pedagógico do Curso
PPGSCA	- Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia
PNE	- Plano Nacional de Educação
PRODECA	- Programa Observatório dos Direitos das Crianças e Adolescentes
PROPLAN	- Pró-Reitoria de Planejamento
PROIND	- Programa de Formação de Professores Indígenas
PROLIND	- Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas
PROINFO	- Programa Nacional de Informatização
PUC	- Pontifícia Universidade Católica
RCNEI	- Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas
SDS	- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEED	- Secretaria de Educação a Distância
SENAC	- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SNE	- Sistema Nacional de Educação
SECAD	- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEDUC	- Secretaria Estadual de Educação
SESU	- Secretaria de Educação Superior
SESC	- Serviço Social do Comércio
SETI	- Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior
SPI	- Serviço de Proteção ao Índio
SPMT	- Sistema Presencial Mediado por Tecnologias
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso
TICS	- Tecnologias de Informação e Comunicação
UAB	- Universidade Aberta do Brasil
UEA	- Universidade do Estado do Amazonas
UECE	- Universidade do Estado do Ceará
UFAM	- Universidade Federal do Amazonas
UNEAL	- Universidade do Estado de Alagoas
UNEMAT	- Universidade Estadual de Mato Grosso
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UFAC	- Universidade Federal do Acre
UNIFAP	- Universidade Federal do Amapá
UFC	- Universidade Federal do Ceará
UFG	- Universidade Federal de Goiás
UFGD	- Universidade Federal da Grande Dourados
UFMG	- Universidade Federal de Campina Grande
UFMS	- Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFRR	- Universidade Federal de Pernambuco
UFRR	- Universidade Federal de Roraima
UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina
UFT	- Universidade Federal de Tocantins
UNEB	- Universidade do Estado da Bahia
UNIR	- Universidade Federal de Rondônia
WWW	- <i>World Wide WEB</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO I- INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL	28
1.1 Da educação jesuíta à educação contemporânea	28
1.2 Do SPI à Criação da Funai.....	33
1.3 O Ensino Superior e sua inserção aos indígenas.....	34
1.4 Caminhos Epistemológicos da Pesquisa.....	49
CAPÍTULO 2 – TECNOLOGIA E AÇÕES AFIRMATIVAS PARA OS POVOS INDÍGENAS NA UEA	61
2.1 Breve Histórico da UEA.....	61
2.2 Concurso Vestibular da UEA.....	62
2.3 Diplomados nos cursos de Graduação e Pós-Graduação.....	69
2.4 Curso de Pedagogia Intercultural Indígena	72
2.5 Uso da Tecnologia: Do Proformar ao Centro de Mídias da SEDUC	74
2.6 Tecnologia e a docência.....	83
CAPÍTULO 3 – EDUCAÇÃO SUPERIOR ATRAVÉS DO PROIND	93
3.1 Programa de Formação do Magistério Indígena	93
3.2 Seleção de professores para o PROIND - 2012.....	98
3.2.1 Professores Titulares e Assistentes	101
3.3 Tradutores dos módulos no PROIND	104
3.4 Acadêmicos Indígenas Matriculados: 2009-2017	107
3.5 TCC e Colação de Grau dos Acadêmicos	110
3.6 IPTV como mediação nas aulas do PROIND-UEA	120
CONSIDERAÇÕES	125
REFERÊNCIAS	128
ANEXOS	139
APÊNDICES	157

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa procura-se ampliar a trajetória desenvolvida durante o Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia realizado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) que tratou da formação de professores indígenas. Para o Doutorado, a busca pela temática tem continuidade a partir da formação de indígenas em cursos de graduação do Amazonas, por meio de um ensino mediado pela tecnologia, com o intuito em trazer uma contribuição mais consistente para compreender se é possível e se há ensino que utiliza a tecnologia educacional na formação superior dos acadêmicos indígenas em Manaus.

Logo, a relevância desse estudo também se dá pela ausência no âmbito local de trabalhos aprofundados nesta temática. A questão do magistério indígena tem gerado algumas discussões nacionais, a partir de encontros e debates, no qual alguns são a favor e outros contra a um currículo intercultural específico e este painel traz ponderações acerca deste tipo de formação superior, porque podem ocorrer percalços de organização curricular.

Por conseguinte, a pesquisa tem como problemática a seguinte questão: De que forma as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) contribuem para a organização do curso de formação de professores indígenas ofertado pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) em Manaus?.

E para responder esta questão, a Tese se concentra em esclarecer que não se pretende trazer respostas concretas, mas sim colocar à tona uma reflexão no qual as práticas educacionais interculturais necessitam de um olhar mais apurado quando este ensino passa a ser mediado pela tecnologia.

É dever do Estado garantir aos indígenas uma educação diferenciada, complementando os conhecimentos considerados universais, práticas e os saberes tradicionais, além do uso dessas tecnologias colaborarem de fato para a proposta pedagógica do curso superior da UEA em Pedagogia Intercultural, cuja finalidade é a contribuição social para os povos indígenas com a educação mediada pela tecnologia além de reduzir as distâncias do conhecimento. Uma equação difícil de equilibrar, mas não impossível.

Isso porque a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) prevê um ensino bilíngue e intercultural, mas que na prática não vem sendo respeitado em alguns estados brasileiros. Apesar desta garantia legal ser um avanço, as nações indígenas começam a ter espaços; o índio passa a ser considerado um cidadão, porém, em pleno século XXI, ainda há preconceitos para estes povos que contribuem para a formação social e cultural brasileira. Diante desse avanço que é a observância à legalidade, existe o desafio da concretização do que está colocado na legislação, e o Estado do Amazonas tem avançado nesse segmento.

O Estado do Amazonas tem avançado na formulação das políticas de educação escolar indígena, em termos de diretrizes e planos de ação que visa responder ao modelo de educação intercultural e diferenciada. Porém a política de educação escolar indígena formulada pelo Estado se encontra dependente de impasses engendrados por questões estruturais e conjunturais. (ALBUQUERQUE, 2007, p. 97).

Conseqüentemente, há um desafio grande nesta luta, porque se tem uma riqueza em termos de etnias no Brasil, com 274 línguas faladas, 896 mil indígenas, então é uma população grande e que demanda inicialmente de uma política pública voltada a essa questão, uma política pública que aconteça e que seja planejada a partir do contato com as nações indígenas, que precisam estar presentes nessas políticas².

O Sistema Nacional de Educação (SNE), raramente contempla a educação indígena, mesmo apesar de ter havido nos últimos anos, um crescimento da produção. Conforme os autores Cecchetti e Pozzer (2014, p.9), “a interculturalidade é um dos paradigmas emergentes que tem como proposta novas formas de relacionamento entre grupos socioculturais diferentes”. Neste ponto de vista, considera-se a partir do conceito dos intelectuais que se tem uma abertura de caminho para concepções teóricas e metodológicas que respaldem práticas cognitivas de aprendizagem inovadoras, saindo inclusive do

² Dados do Censo de 2010 do IBGE. Disponível em: IBGE. <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=2194&t=censo-2010-populacao-indigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274&view=noticia>> Acesso em 25 jan. 2019.

plano cartesiano de ensino e aplicando novos métodos de pesquisa, ensino e extensão.

O prefixo inter indica uma relação entre vários elementos diferentes: marca uma reciprocidade (interação, intercâmbio, ruptura do isolamento) e, ao mesmo tempo, uma separação ou disjuntiva (interdição, interposição, diferença). Este prefixo não corresponde a um mero indicador retórico, mas se refere a um processo dinâmico marcado pela reciprocidade de perspectivas. São representações sociais construídas em interação. Para Michelini Rey (1986) o prefixo se refere à interação, mudança e solidariedade objetiva. Caracteriza uma vontade de mudança, de ação no contexto de uma sociedade multicultural (CANDAU, 1998, p. 184).

Deste modo, para a construção da tese, realizou-se uma busca bibliográfica em autores que tratassem dos descritores como educação superior indígena, políticas educacionais aos povos indígenas, interculturalidade, além de Tecnologias da Informação e Comunicação. Foi realizada a análise de documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC) e Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia com Formação em Interculturalidade, da Universidade do Estado do Amazonas, além de seis entrevistas com pessoas que atuam nas áreas de educação indígena, gestão educacional, comunicação e tecnologia da informação na educação, além de política indigenista.

A pesquisa de natureza quali-quantitativa envolveu métodos de quantitativos e qualitativos para a obtenção de uma análise mais profunda acerca do ensino superior indígena mediado pela tecnologia na UEA, compreendendo as realidades sociais presentes no curso realizado na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, no período de 2009 a 2014, contribuindo para a formação superior destes professores indígenas e não indígenas, de onde partimos para analisar também, os impactos sociais, culturais e educacionais desse curso superior.

Preliminarmente, a pesquisa fez a coleta de dados dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), através de consulta física, na Coordenação do PROIND, situada na sede da reitoria da UEA, na Avenida Djalma Batista, s/n°, zona Centro-Oeste de Manaus. Após breve consulta com alguns responsáveis pelo Programa e, com o fito de facilitar a análise dos documentos, foi

oportunizado o escaneamento de oito TCCs produzidos no fim do curso em parceria de alunos indígenas e não indígenas que se graduaram na capital amazonense.

Traremos ainda os resultados obtidos com a pesquisa, tendo como base a visão e percepção dos docentes e discentes, ante o exposto, esta pesquisa de Doutorado é direcionada para a contextura da inclusão dos povos indígenas na Sociedade da Informação e Comunicação, através da formação superior dos professores indígenas de Manaus.

Neste seguimento, o campo de pesquisa é o Curso de Pedagogia Intercultural da UEA, o qual teve no período de 2009 a 2014, a responsabilidade em formar 1.870 pedagogos indígenas do Estado do Amazonas e 22 em Manaus.

Esta pesquisa de Doutorado foi concebida de maneira interdisciplinar no campo das Ciências Humanas e Sociais, estabelecendo um diálogo com diferentes saberes sobre a educação superior indígena e sua relação com a tecnologia. Por conseguinte, a ideia central da pesquisa é demonstrar que a utilização da tecnologia pode contribuir para a formação intercultural dos povos indígenas, reduzindo a exclusão digital, pois para o professor e o aluno atuar através do ensino mediado pela tecnologia foi e são necessários conhecimentos e habilidades específicas para o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

A tese encontra-se estruturada em três capítulos que se articularão. Na primeira seção apresentamos o contexto histórico da institucionalização da educação escolar indígena no Brasil e posteriormente na Amazônia, destacando os aspectos do processo colonizador, além de demonstrar as etnias que se fazem presentes na contemporaneidade no Estado do Amazonas. E para dar suporte teórico-metodológico para a análise da região amazônica, faz-se a utilização de autores como Silva (2013), Pinto (2008), Gondim (1994), Becker (1988), Célia Garcia Linhares (2011).

O segundo capítulo apresenta a relação dos processos interculturais na educação superior indígena na Universidade do Estado do Amazonas (UEA),

no qual terá como ênfase o curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural da instituição de ensino estudada, apontando de que forma a tecnologia contribuiu e pode ser benéfica para a formação superior indígena. Para isso, serão utilizados autores como: Souza Lima e Barroso (2013); Luciano (2013).

O terceiro capítulo traz a discussão da tecnologia inserida nos cursos de educação superior e o desafio em se fazer ciência, onde estabeleceremos um diálogo sobre as TICs e a sua utilização na mediação do ensino superior para os indígenas. A inclusão digital é um meio pelo qual os povos indígenas passam a se incluir na sociedade da informação. A formação de professores precisa ser mudada com processos de utilização das novas tecnologias e metodologias compatíveis a elas.

É relevante destacar que diante dessa sociedade da informação, o intelectual Boaventura de Sousa Santos (2009) enfatiza que o pensamento global pode ser entendido como um pensamento abissal, isso significa dizer que o pensamento é unilateral que divide os saberes válidos ou não capaz de incluir no meio digital os povos indígenas em uma sociedade da informação, apesar de ser capitalista. Tucci; Albuquerque; Brito (2016), pontuarão sobre os aspectos da tecnologia mediando o ensino, além de outros autores.

Todavia, há relevância neste estudo haja vista que os povos indígenas lutam pela preservação e manutenção de sua cultura, mas ainda há preconceitos na busca, por exemplo, de um emprego. A partir de então, muitos optam por uma formação superior para terem o respeito e até mesmo uma oportunidade melhor para sustentar suas famílias. E a transmissão das aulas por meio do Sistema Presencial Mediado pela Tecnologia (IPTV) beneficiou os povos indígenas de 52 municípios amazonenses onde o curso estava presente, e pode favorecer ainda mais com outros projetos educacionais principalmente em comunidades longínquas do Amazonas. Acreditamos que a tecnologia é uma ferramenta muito importante na mediação do ensino e aprendizagem, onde os protagonistas desta história são os discentes e docentes, que determinarão a eficácia do uso das TICs na educação superior.

CAPÍTULO I- INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL

1.1 Da educação jesuíta à educação contemporânea

Neste primeiro capítulo, trazemos a produção teórica da época colonial relacionada com os indígenas na história da educação no Brasil e especificamente na Amazônia. Durante o século XIX, os índios eram qualificados como invisíveis e até mesmo negados. Com o surgimento da Educação Escolar Indígena, mesclou-se com outras práticas de ensino das Ciências Humanas, como a Antropologia, História, Sociologia, Pedagogia, Ciência Política, entre outras que contribuem para os processos de aprendizagem.

A institucionalização da escola nas comunidades indígenas é uma decorrência do contato colonial e da expansão capitalista. Para esse fim, no primeiro momento, os jesuítas exerceram com precisão o “achamento dessas culturas”, promovendo a “correção dos costumes e a obrigatoriedade da língua portuguesa” como critérios para a conversão desses povos ao cristianismo romano”. (UEA/PROFORMAR, 2007, p.21).

Antigamente, as práticas pedagógicas das missões impulsionadas pelo domínio colonial concentravam seus esforços na destruição da influência dos pajés, dos velhos, ou das instituições tribais nucleares, assim como dos ritos de iniciação, do xamanismo e da poliginia³, entre outros costumes.

“A história da educação imposta ao índio está intimamente ligada com a história da Igreja no Brasil, pelo menos até a expulsão dos jesuítas em 1759” (MELIÁ, 1979, p.44). Logo, segundo Bartomeu Meliá (1979), a educação, como processo civilizatório, fundamenta-se em três áreas principais: a catequese, a escola e a capacitação técnico profissional.

A instrução de conduta dos povos indígenas se dava de duas formas: a primeira era a cristianização e a segunda correspondia ao seu envolvimento com o trabalho braçal, porque era a principal fonte de riqueza a ser explorada pelo colono. Mas apesar de trabalharem, muitos indígenas recusavam-se à submissão plena do trabalho, e devido a isso, colonos e os próprios jesuítas os

³ Estado de um homem casado simultaneamente com várias mulheres.

atribuíam como preguiçosos e inúteis à sociedade⁴. “Os funcionários da política pombalina "educadores laicos", privilegiaram o ensino da língua portuguesa para a conversão forçada dos índios em súditos e para a criação do mercado colonial regional”. (SILVA, 1996, p.109).

“Desejo de submissão, recusa de obediência: Sociedade com Estado, Sociedade sem Estado. As sociedades primitivas recusam a relação de poder impedindo que o desejo de submissão se realize”. (CLASTRES, 2004, p.164).

Vale ressaltar que o padre João Daniel (2004) reitera que os povos indígenas são habilidosos no manuseio braçal das atividades práticas, mas que ainda que tivessem aprendido e desenvolvido uma atividade, eram considerados preguiçosos e seus modos de pensar eram incompatíveis com a dos cristãos, tendo outras relações com a natureza. Além disso, vale destacar que as ausências às missas acarretavam em castigos aplicados pelos missionários aos indígenas.

À medida que o antropólogo Pierre Clastres (2004) descreve que os indígenas não queriam suas vidas submetidas ao Estado e em decorrência das diversas etnias tanto no aspecto da cultura e da língua, não se torna possível uma padronização cultural. Nesse bojo, José Vicente de Souza Aguiar em sua Tese de Doutorado defendida em 2011, adverte que os indígenas não foram afetados pelas investidas dos jesuítas que fizeram com que eles acreditassem na fé representada pela religiosidade cristã.

Diante da diversidade de línguas e de culturas, imagina-se que era mais cômodo para o jesuíta tratar os indígenas por meio do uso de expressões generalizantes que lhes atribuía a ideia de incapacidade, ao invés de reconhecer que eram sujeitos plurais. Daí a ideia de incapacidade em ter fé na existência em Deus ser ressaltada e atribuída aos povos indígenas reiteradamente. (AGUIAR, 2011, p.138).

⁴ Os índios, efetivamente, só dedicavam pouco tempo àquilo a que damos o nome de trabalho. E apesar disso não morriam de fome. As crônicas são unânimes em descrever a bela aparência dos adultos, a boa saúde das numerosas crianças, a abundância e variedade dos recursos alimentares. Por conseguinte, a economia de subsistência das tribos indígenas não implicava de forma alguma a angustiada busca, em tempo integral, de alimento. (CLASTRES, 2003, p.211).

Outro aspecto que o padre João Daniel atribuía aos indígenas é que no âmbito educacional a escola seria o meio universal para a civilização, mas os índios eram ignorantes e rústicos, além de outras características que enfatiza ser uma “resistência; não seriam vícios, mas um modo de não responder ao poder exercido pelo colonizador para submeter” (ORLANDI, 2003, p.21).

Os elementos para uma sociologia dos viajantes na Amazônia demonstram também que os relatos de viagens forneceram um inventário de cultura, práticas e costumes não ocidentais, descritos pelos cronistas nas grandes expedições científicas. Estas, por sua vez tinham como fontes financiadoras os fundos públicos, fundos privados e particulares, cujas finalidades eram de cunho científico, geográfico, história natural, geografia econômica e conhecimento difuso, que contribuía como promoção à carreira científica desse pesquisador (Quadro 1). As viagens eram em sua maioria com duração ampla e alguns até faziam residências no ambiente de pesquisa.

Oliveira Filho (1987) destaca que as observações realizadas têm como objetivo conhecer as novas espécies naturais, bem como os fenômenos astronômicos e geológicos da região amazônica, apesar dos cronistas terem formação heterogênea.

Após as suas viagens, obtêm muitos prêmios e honrarias por parte do mundo científico: seus trabalhos são apresentados nas mais notáveis associações científicas e seus artigos editados nas revistas especializadas, tornam-se sócios e membros honorários daquelas entidades mais ligadas à sua especialidade; recebem medalhas e títulos de associações diversas. (OLIVEIRA FILHO, 1987, p.131).

Essa expedição que aconteceu principalmente no Alto Solimões da Região Amazônica a partir de 1739, teve intelectuais franceses, portugueses, austríacos, ingleses, alemães e americanos em sua maioria. Na Contemporaneidade, de acordo com dados recentes da Fundação Nacional do Índio (Funai), são mais de 70 mil indígenas, de 18 etnias, vivendo nas cidades e na zona rural, da região do Alto Solimões⁵.

⁵ Com uma população estimada em 76.000 indígenas, dividido em 350 comunidades/aldeias, pertencentes a 18 povos: Tikuna, Kokama, Kambeba, Caixana, Kanamari, Witota, Katukina, Madja-Kulina, Mura, Maku, Makuna, Kaku-yuhup, Ava-Canoeiro, Miranha, Mayuruna, Desana, Tukano e Tuyuka. A jurisdição da CR Alto Solimões abrange 15 municípios do Estado do

VIAJANTE	NASCIMENTO – MORTE	ANO DA VIAGEM	PAÍS DE ORIGEM
La Condamine	1701-1774	1739-1743	França
A. R. Ferreira	1756-1815	1783-1792	Portugal
Spix e Martius	1794-1888	1817-1820	Áustria
H. L. Maw	1781-1826	1827-1828	Inglaterra
W. Smyth	1800-	1834-1835	Inglaterra
Castelnau	1812-1880	1843-1846	França
Osculatti	1808-	1847-1848	Itália
Wallace	1823-1913	1848-1852	Inglaterra
Bates	1825-1892	1848-1859	Inglaterra
Spruce	1817-1857	1849-1864	Inglaterra
Herndon	1812-1884	1851-1852	USA
Avé-Lallemant	1807-1873	1859-	Alemanha
Agassiz	1830-1877	1865-1866	USA
Orton	1825-1892	1865-1866	USA
Clough	-	1867-1873	Inglaterra
B.Brown & Lidstone	-	1872-1873	USA
Monnier	1853 -	1886-	França

Quadro 1 – Viajantes da expedição no Alto Solimões

Fonte: Oliveira Filho (1987) – Adaptado pela Autora da Pesquisa (2016).

O cronista Alexandre Rodrigues Ferreira, por exemplo, nasceu no Brasil, especificamente no Estado da Bahia, passou a ser cidadão lusitano, pois passou a viver em Portugal, quando se tornou filósofo de natureza na Universidade de Coimbra. Sua expedição no território amazônico ocorreu no período de 1783 a 1792. Nesses nove anos, produziu relatórios sobre a fauna, flora e seres humanos, que eram representados pelos indígenas. Essas crônicas foram todas enviadas a Portugal, já que Ferreira Rodrigues era cidadão português.

Este processo de construção se fez através da constituição do corpo e da moral destes índios que, de objeto, tornaram-se atores ativos de sua representação. A estes novos homens, Rodrigues Ferreira nomeou de Tapuias: os índios da Amazônia. (CARVALHO Jr; NORONHA, 2011, p.33).

O naturalista foi para a Amazônia com o propósito de subir o rio Madeira, percorrer o rio Amazonas, repassando informações de uma política eficaz para a região na década de 1770, porém, Rodrigues Ferreira, tem um olhar sobre a humanização dos índios, no qual os associava ao grupo dos mamíferos da taxonomia de Lineu.

Generalizava a imagem dos indígenas mediante a sua transformação em tapuia – um americano genérico. Ao mesmo tempo, diferenciava entre estes tapuias o “gentio” e o

Amazonas. Dados disponíveis em:< <http://www.funai.gov.br/index.php/apresentacao-solimoes>>
Acesso em 10 jan. 2017.

“doméstico”. O primeiro selvagem; o segundo mais próximo a civilização. (CARVALHO, Jr; NORONHA, 2011, p.60).

Logo, construir a imagem desse tapuia era distinto principalmente a partir dos atributos e características físicas, além disso, descrevia em seus relatos que a morte de indígenas era constante por falta de uma alimentação saudável, já que comiam bastante farinha e água, chamado de caribe e também não existiam pessoas com deficiências físicas ou mentais⁶.

Em conformidade com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), na contemporaneidade diferentes povos indígenas vivem no médio e alto Rio Negro e representam 10% da diversidade e da população indígena atual do Brasil com 22 etnias, como ocorre no município amazonense de São Gabriel da Cachoeira “é considerado um dos lugares mais plurilíngue das Américas, além de ser possivelmente o único lugar no mundo em critério de casamento tradicional seja o linguístico”. (CRUZ, 2008, p.8).

Os missionários e colonizadores chamavam os indígenas de tapuia, que era o sujeito útil que não precisava ser transformado, “pois atendia aos interesses dos missionários e também aos dos colonos, uma vez que correspondia às expectativas e aos interesses da empresa colonizadora secular e temporal”. (AGUIAR, 2011, p.120). No que concerne às características dos indígenas, analisa-se que apesar de todo o processo civilizatório e tentativas de dominação, são povos que vão à busca de seus direitos constitucionais e lutam pela preservação da cultura.

A consideração das diversas etnias e das ações a que estas foram expostas no contato com o colonizador branco permite delinear uma terceira categoria social, distinta das outras: os índios, que direta ou indiretamente foram envolvidos na lusitanização da Amazônia. (SILVA, 1996, p.107).

Antigamente se pensava a escola como um serviço de assistência aos indígenas, mas com os avanços na política para educação indígena, se tornou

⁶ Refere-se à inexistência de aleijados, cegos, surdos e mudos. No entanto, isto acontecia em razão de que abortavam e matavam os defeituosos e mal constituídos, por serem incapazes de exercer atividades na vida selvagem. Compara esta ação dos índios em eliminarem os menos aptos para a vida com algumas deformidades que, também oriundas de uma ação, eram mais comuns entre os próprios europeus. (CARVALHO, Jr; NORONHA, 2011, p.74).

um direito. Os missionários jesuítas tinham uma arte de governo entre os indígenas, capaz de transformá-los como, por exemplo, através da utilização de roupas para cobrir suas sexualidades.

1.2 Do SPI à Criação da Funai

Com a Revolução de 1930, criou-se o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, logo, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI)⁷ se torna um órgão vinculado a esse Ministério, comandado até 1930 pelo Cândido Rondon. Entretanto, Shelton Davis⁸, através de sua obra *Vítimas do Milagre* (1978) destaca um fato que se torna polêmica na época, porque o SPI surge com a finalidade de incorporar a educação aos indígenas, mas corrupção e sadismo passam a atuar nesse período, com provas materiais descobertas pelo General Albuquerque Lima.

[...] resultaram no massacre de tribos inteiras com dinamite, tiros de metralhadoras e açúcar misturado com arsênico, até a remoção de uma índia de 11 anos da escola para servir de escrava de um funcionário do SPI. Esses episódios entre outros crimes, faziam parte do Relatório Figueiredo, conforme Shelton Davis. Também se denunciou que dos 700 funcionários do SPI, 134 eram acusados de crime, 200 foram demitidos e 38 fraudulentamente contratados. O governo militar, pressionado por observadores internacionais, extinguiu o SPI e criou a Fundação Nacional do Índio (Funai), pela Lei n.5.371 de 5 de dezembro de 1967. (UEA/PROFORMAR, 2007, p.28).

No dia 19 de dezembro de 1973, o General-Presidente Emílio Garrastazu Médici assina a Lei nº 6.001/73⁹, que dispõe sobre o Estatuto do

⁷ O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi criado, a 20 de junho de 1910, pelo Decreto nº 8.072, tendo por objetivo prestar assistência a todos os índios do território nacional.

⁸ Shelton H. Davis (1942-2010) foi Gerente de Setor da Unidade de Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Ambiental e Socialmente Sustentável, Região da América Latina e Caribe (LCSES) no Banco Mundial em Washington, DC, onde foi responsável pelo trabalho do Banco sobre desenvolvimento social, incluindo povos indígenas e tribais, sociedade civil, reassentamento, etc. Foi o principal Sociólogo no Departamento de Desenvolvimento Social, desde sua criação em 1997 até agosto de 1998. Entre 1991 e 1997, serviu como sociólogo principal no Banco Mundial. Departamento Central de Meio Ambiente; e antes disso, ele trabalhou na América Latina e Divisão de Meio Ambiente da Região do Caribe. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/000NOTICIAS/OutrasNoticias/ABA_inf_morte_Shelton_Davis.pdf> Acesso em 24 jan. 2019.

⁹ BRASIL. LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6001-19-dezembro-1973-376325-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 01 jan. 2019.

Índio, que regula a situação jurídica dos índios, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los à comunhão nacional, conforme explica Magalhães (2003).

Art. 50º. A educação do índio será orientada para a integração na comunhão nacional mediante processo de gradativa compreensão dos problemas gerais e valores da sociedade nacional, bem como do aproveitamento das suas aptidões individuais.

Para refletir acerca da organização do Ensino Superior aos indígenas, dirigimos um olhar sistemático aos pressupostos que tornam possível a atitude do docente. Tais pressupostos enraízam-se em um contexto histórico cuja compreensão situa-se no domínio do pensamento social brasileiro. Dele partimos para alcançar o pensamento social amazônico, onde se elabora o conhecimento da realidade aqui investigada.

O pensamento social da Amazônia desvela e oculta os modos como as gerações enfrentaram os desafios, os problemas e as questões que moldaram as instituições, as representações, à cultura, os valores e o modo de vida que nos é peculiar. (RIBEIRO, 2012, p.17).

A ideia de interculturalidade na Amazônia pode ser entendida na perspectiva em expandir o caminho para o reconhecimento e reposição dos sujeitos silenciados e subjugados, no qual a troca de saberes é capaz de valorizar os direitos coletivos dos indígenas. Mas para isso, a universidade deve se modificar para receber este saber com o intuito em atuar na formação desse professor indígena.

Logo, o desafio da educação indígena é preponderar acerca dos conhecimentos dos “brancos”, todavia não significa se tornar branco, mas sim transformar o conhecimento ocidental não como único, mas aquele que tenha interlocução com a diversidade, promovendo a interculturalidade.

1.3 O Ensino Superior e sua inserção aos indígenas

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, Organizações Não Governamentais (ONGs) fundadas por antropólogos e o Conselho Indigenista

Missionário e a Operação Anchieta, que hoje é Operação Amazônia Nativa¹⁰ passaram a contestar a ação educativa da Fundação Nacional do Índio (Funai) e das missões tradicionais, propondo modelos alternativos de escolarização.¹¹

Como desafios específicos na formação docente na e para a diversidade destacam-se vários pontos. Diante do caráter majoritariamente diagnóstico dos produtos, é necessário apoiar a pesquisa de pós-graduação dos centros formadores de docentes, baseando-a em fundamentos teórico-metodológicos próprios da antropologia educativa, da pedagogia, da sociolinguística e da história, assim como efetuar ações de difusão e extensão que abram o cerco da produção endógena e vinculem, de maneira criativa, a formação docente ao debate da Educação Intercultural Bilíngue com atores emergentes e posicionamentos diversos. (MEC, 2007, p.59).

Essas novas proposições integraram o leque mais abrangente da crítica à tutela de Estado, em especial na área da educação escolar, e ao mesmo tempo sua ação se potencializa com a ruína progressiva do monopólio tutelar. A partir dessas as iniciativas no campo da educação escolar indígena passariam a estar marcadas pelas orientações em favor de práticas diferenciadas e interculturais para os povos indígenas instituídas pela Constituição de 1988.

A educação indígena é diferente do que uma escola indígena. A educação indígena é anterior à escola indígena, vai além de simplesmente ter alunos e professores indígenas na escola (estrutura física). Ter professores e alunos indígenas não faz de uma escola, uma escola indígena. E, a escola não é uma escola indígena só porque está no ambiente indígena. Uma escola não se torna escola indígena só porque transmite os conteúdos que vem nos livros elaborados pelos não-índios, na língua indígena. A educação indígena mostra a sua identidade pelos conteúdos, métodos de ensino e aprendizagem, métodos de avaliação segundo os critérios das etnias (REZENDE, 2004, p.03).

O Decreto nº 26/1991¹², que atribuiu ao Ministério da Educação (MEC) as responsabilidades principais na formulação e coordenação de uma política nacional de educação escolar indígena ficando a sua execução na esfera municipal e estadual, não pôs fim às ações da Funai nesse setor específico, mas foi do MEC que partiram as grandes transformações do período.

¹⁰ Ver em: <http://www.amazonianativa.org.br/>

¹¹ Para uma amostra no cenário global, ver LEVINSON; FOLEY, 1996; SIMPSON, 1999.

¹² BRASIL. **DECRETO No 26, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1991.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0026.htm> Acesso em 11 jan. 2019.

O momento político atual da sociedade brasileira é favorável para discussões sobre as questões étnico-raciais no tocante ao acesso a um importante e estratégico espaço do País, que são as Universidades, sobretudo as públicas.

Depois de treze anos de tramitação foi sancionada pela então presidente da República na época, Dilma Roussef, a Lei nº 12.711¹³, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre a forma de ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Estabelece seu artigo primeiro:

Art. 1º. As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. (BRASIL, 2012).

A lei origina que o ingresso acontecerá por meio do processo interno seguido pelas instituições, a saber, o vestibular e os resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Sobre os critérios étnico-raciais estabelece que:

Art. 3º. Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (BRASIL, 2012).

Em 2013, o Governo Federal cria o Programa de Bolsa Permanência por meio da Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013¹⁴, vinculado às ações do Governo Federal referentes à política de assistência estudantil. Os objetivos do programa são:

I – viabilizar a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas;

¹³ BRASIL. **LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em: 11 jan. 2019.

¹⁴ BRASIL. **Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013.** Disponível em: <http://sisbp.mec.gov.br/docs/Portaria-389_2013.pdf> Acesso em 11 jan. 2019.

II – reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil; e

III – promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico. (BRASIL, 2013).

Essa orientação é um reconhecimento das dificuldades financeiras pelas quais sofrem esses estudantes quando ingressam no Ensino Superior, que levam a um alto índice de evasão. Há um tratamento diferenciado para alunos indígenas e quilombolas, com relação ao incremento do valor da bolsa, conforme segue:

Art. 4º A Bolsa Permanência é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

§ 2º A Bolsa Permanência para estudantes indígenas e quilombolas, matriculados em cursos de graduação, será diferenciada em decorrência das especificidades desses estudantes com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal.

§ 3º O valor da Bolsa Permanência concedida a estudantes indígenas e quilombolas será estabelecido por Resolução do FNDE, após manifestação técnica da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação, em valor não inferior ao dobro do valor da Bolsa Permanência destinada aos demais estudantes. (BRASIL, 2013).

Essas ações visam diminuir as desigualdades nesse nível de ensino, no entanto são objeto de controvérsia nacional. Diante deste cenário, esta seção objetiva analisar o histórico das ações afirmativas no Brasil, as discussões que estas ações vêm causando na noção de democracia racial, sua constitucionalidade, as influências advindas das ações afirmativas nos Estados Unidos da América (EUA) e a forma como se insere a discussão de ações afirmativas para indígenas nesse contexto.

Para refletir acerca da organização do ensino superior para os indígenas, um olhar sistemático aos pressupostos que tornam possível a atitude do docente. Mas, para compreender o contexto histórico da educação indígena, é necessário entender o pensamento social brasileiro, para se chegar ao Pensamento social amazônico, para a construção da realidade.

Estudiosos do Brasil agregam ao conhecimento produzido sobre o pensamento social brasileiro recortes que são consequência dos interesses da construção da realidade por abordagens sociológicas, ou por aquelas que, mesmo fora do quadro clássico da reflexão das ciências sociais, apresentam contribuições de enorme importância para a afirmação do campo de influência dessas ciências. (BASTOS; PINTO, 2007, p. 32).

É com esses pensamentos dos intelectuais que se constituiu o desenvolvimento da região amazônica, em todos os âmbitos e, principalmente, no ensino, com os recursos didáticos utilizados desde os jesuítas nas escolas indígenas, até o uso atual das tecnologias nos cursos de licenciatura indígena. Nas décadas de 1980 e 1990, educadores trabalharam e conviveram com povos indígenas, partilhando de suas alegrias cotidianas, apreensões e dores em face de um mundo dominador cada vez mais presente, mas, também, que incorporaram aos seus conhecimentos saberes, sabores e sensações muito além dos encontrados em seus estudos acadêmicos¹⁵.

Então, os jesuítas foram, em nome de um governo secular, os sujeitos que agiram no sentido de fazer com que os indígenas acreditassem na necessidade de transformação de suas vidas. A ideia da transformação compreende atos de como acreditar na salvação da alma de forma cristã, no pecado e, conseqüentemente, no Satanás, e no poder dos referenciais sagrados do cristianismo. Fazer os indígenas acreditarem na existência de um mundo do bem e do mal, nesse binarismo que envolve a vida, talvez tenha sido uma das principais bases de sustentação do projeto missionário jesuítico na Amazônia. (AGUIAR, 2011, p.117).

No mesmo período, um conjunto de medidas legais fez com que as questões que envolvem a Educação Escolar Indígena passassem a fazer parte do rol de responsabilidades do Estado e, atualmente, vários Programas de Formação de Professores Indígenas são conduzidos, mas, conforme destaca Grupioni (2006), foi na década de 1970 que realmente tiveram o início os cursos de formação voltados para o professor indígena.

¹⁵ Verificar na Resenha da obra GUIMARÃES, Susana Martelletti Grillo. **A aquisição da escrita e diversidade cultural: a prática de professores Xerente**. Brasília: FUNAI/CGDOC, 2002. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Revista-Estudos-e-Pesquisas/revista_estudos_pesquisas_v1_n2/Resenha.pdf> Acesso em 24 dez. 2018.

A percepção da importância de que a escolarização formal de alunos indígenas fosse conduzida pelos próprios índios começou a se instalar, no Brasil, somente a partir da década de 70, época em que os primeiros Programas de Formação de Professores Indígenas foram implementados por organizações não-governamentais (GRUPIONI, 2006, p.23).

E, para dar suporte à educação que ora está em sala de aula, fazendo uso do método tradicional de ensino e que, em muitas situações, se faz na própria comunidade indígena - ao qual chamamos de espaço não-formal -, foi iniciado, em 1995, no Brasil, um projeto de formação de professores falantes da língua indígena, tanto nas etapas presenciais como nas não-presenciais: era o projeto *Yanomami*.

Em seguida, surgia a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996¹⁶, que abraçou o princípio de que os objetivos, currículos e calendários escolares, nas escolas indígenas, seriam definidos por cada comunidade. No que diz respeito à educação superior, a Lei pontua que deve ser estimulada a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e o do pensamento reflexivo; além disso, nas suas disposições gerais, ressalta:

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas.

Com as discussões e os movimentos indígenas em torno da temática da educação, foi criado, em 1998, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Com este documento e a Resolução nº 03/99, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena foram aprovadas, em 14 de setembro de 1999, tendo como fundamento o Parecer nº 14/99 (BRASIL, 1999) do CNE.

Os professores indígenas da Amazônia, desde 1988, organizados pela comissão dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre (Copiar), reúnem-se para socializar suas experiências, elaborar princípios e propor alternativas de

¹⁶ BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm> Acesso em 11 jan. 2019.

mudanças nas políticas de educação que levem em conta a realidade e as especificidades indígenas (LINHARES, 2011, p. 141).

Dessa forma, ficou determinado que os professores das escolas indígenas sejam, prioritariamente, membros de suas próprias comunidades, ou seja, índio ensinando índio, através das Políticas Públicas estabelecidas pelo MEC. Mas, para isso, é necessária a formação superior. Surgiu então, em julho de 2001, a primeira licenciatura indígena do Brasil, através da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT).

A Universidade Federal de Roraima (UFRR) também implantou cursos específicos para formar professores índios, em dezembro do mesmo ano. Porém, em 2004, houve mudanças no MEC, com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e, dentro dela, passou a existir uma Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena (CGEEI).

Em 2004, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizou uma consultoria para a Secretaria de Educação Superior (SESU), que faz parte do MEC, com o objetivo de aperfeiçoar o ensino básico indígena, através da formação e da capacitação de professores índios.

Neste contexto, foi lançado, em 29 de junho do ano de 2005, o Edital do Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND), cujo objetivo era promover a elaboração de Projetos de Cursos de Licenciaturas específicas com a finalidade de graduar professores indígenas em nível superior¹⁷.

(...) mobilizar e sensibilizar as instituições de ensino superior, com vistas à implantação de políticas de formação superior indígena e de Cursos de Licenciaturas específicas; mobilizar e sensibilizar as instituições de educação superior, com vistas à implantação de políticas de permanência de estudantes indígenas nos Cursos de Graduação; promover a participação de indígenas como formadores nos cursos de licenciaturas específicas.¹⁸

¹⁷ Ver Edital N° 5, de 29 de junho de 2005, publicado no D.O.U. de 30 de junho de 2005, seção 03, página 49.

¹⁸ Conferir os objetivos do PROLIND. (BRASIL. PROLIND. 2016)

Oito universidades públicas foram as primeiras a oferecer, em 2005, cursos de licenciatura intercultural, a partir do edital do PROLIND - SESU/SECAD. No primeiro momento, participaram do certame oito universidades, ofertando licenciaturas interculturais indígenas com habilitações em áreas como Línguas, Literatura e Arte, Ciências da Natureza e Matemática, Ciências Sociais e Humanidades.

Dados disponibilizados em 2014, pela Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (CGEEI/SECAD/MEC), mostram que 18 Instituições de Ensino Superior (IES) oferecem curso PROLIND¹⁹ (Quadro 2).

NOME INSTITUIÇÃO	CURSO	CURSISTAS
Universidade Federal de Goiás (UFG)	PROLIND	215
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	PROLIND	262
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	PROLIND	120
Universidade Federal de Roraima (UFRR)	PROLIND	120
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	PROLIND	125
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	PROLIND	546
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	PROLIND	120
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	PROLIND	90
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM)	PROLIND	40
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)	PROLIND	80
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	PROLIND	140
Universidade Federal do Ceará (UFC)	PROLIND	80
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	PROLIND	160
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	PROLIND	46
Universidade Federal do Acre (UFAC)	PROLIND	52
Universidade do Estado do Ceará (UECE)	PROLIND	122
Universidade do Estado de Alagoas (UNEAL)	PROLIND	80
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)	PROLIND	108
18 IES		2506

Quadro 2- Universidades Públicas com Licenciatura Intercultural Indígena

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2015). Dados obtidos via *e-mail* com a CGEEI/SECAD/MEC.

Já em oito de julho de 2016, a partir de dados obtidos pessoalmente em Brasília no Ministério da Educação, com a responsável pela Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação Continuada,

¹⁹ Os dados foram fornecidos pela Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (CGEEI/SECAD/MEC), via *e-mail* da pesquisadora em: 02 jul. 2014.

Alfabetização, Diversidade e Inclusão (CGEEI/SECAD/MEC), Susana Grillo Guimarães, há cinco universidades estaduais brasileiras que promovem o ensino superior para indígenas, Universidade do Estado de Mato Grosso, Universidade do Estado do Amazonas, Universidade do Estado da Bahia, Universidade do Estado de Alagoas e Universidade do Estado do Ceará.

Ao passo que as federais contabilizam 14, dentre elas: a Universidade Federal de Roraima, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Amapá, Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal da Grande Dourados, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Acre, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade Federal de Rondônia, Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal do Espírito Santo.

E os institutos Federais apenas dois: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. No entanto, ainda não há um balanço de quantos indígenas já se graduaram e desistiram dos cursos superiores, pois consoante o MEC, ainda há uma dificuldade em obter esses dados, pois as instituições de ensino devem estar encaminhando essas informações ao Ministério da Educação.

As Instituições de Ensino Superior (IES) do Amazonas que possuem cursos de graduação voltados para o indígena (Quadro 3) são: A universidade do Estado do Amazonas (UEA), seguida da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (Ifam).

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	INÍCIO DO CURSO
Universidade Estadual do Amazonas (UEA)	2006
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	2008
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM)	2012

Quadro 3- IES no Amazonas com cursos de graduação aos indígenas

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2015). Dados obtidos via *e-mail* com a CGEEI/SECAD/MEC.

Consoante dados do Ministério da Educação, referentes ao período de 2007-2012, a matrícula na educação básica, nas escolas localizadas em terras indígenas, apresentou ligeira queda entre os anos de 2011 e 2012. No Ensino Médio, incluíram-se matrículas no ensino integrado à educação profissional e no ensino normal/magistério (BRASIL, 2012).

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2016) esclarece que a ampliação da oferta do Ensino Fundamental e do acesso ao Ensino Médio resultou no crescimento da demanda pelo Ensino Superior.

Conforme Paladino (2012, p.177) atualmente no Brasil mais de 70 universidades possibilitam através de programas um acesso diferenciado para povos indígenas através de reserva de vagas, acréscimo de pontos no vestibular e ainda pelo sistema de vagas suplementares para a inclusão de estudantes indígenas nos cursos regulares. “Esses números demonstram o resultado das políticas de ação afirmativa, principalmente das cotas reservadas aos indígenas”.

Cada comunidade indígena tem sua própria organização, além dos costumes e tradições. O acesso à educação promove o diálogo intercultural assim como beneficia as crianças e os jovens indígenas para cursarem o Ensino Fundamental nas aldeias e em escolas direcionadas a este público. Guimarães e Villardi (2010, p. 45) declaram:

O grande desafio que se apresenta às instituições brasileiras é como viabilizar o acesso de estudantes indígenas à educação superior. A conclusão do ensino médio já é, em si, uma conquista obtida com grande sacrifício pelos jovens e suas famílias. Além das questões de ordem econômica [...]. Estudantes indígenas enfrentam, nas escolas, discriminação e preconceito. Estudantes indígenas enfrentam o despreparo até mesmo de gestores e docentes das escolas, regulares ou supletivas, nas quais o direito à diferença é simplesmente ignorado.

As culturas não existem abstratamente, são saberes de grupos e de pessoas históricas, das quais jamais podem ser completamente separáveis. As pessoas são formadas em contextos culturais determinados, mas, são as pessoas que fazem cultura.

Nesta concepção, a estratégia intercultural do ensino e a metodologia a ser aplicada durante um curso superior ao indígena consiste antes de tudo em

promover a relação entre as pessoas, enquanto membros de sociedades históricas, caracterizadas culturalmente de modo muito variado, nas quais são sujeitos ativos, diante desse contexto passa a ter a partir de 2005 os cursos com educação superior indígena no Brasil (Quadro 4).

UF	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – ESTADUAL E FEDERAL	ANO DO INÍCIO DO CURSO
MT	Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)	2005
AM	Universidade Estadual do Amazonas (UEA)	2006
MS	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	2006
MG	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	2006
AP	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	2007
RR	Universidade Federal de Roraima (UFRR)	2007
AM	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	2008
CE	Universidade do Estado do Ceará (UECE)	2008
CE	Universidade Federal do Ceará (UFC)	2008
AC	Universidade Federal do Acre (UFAC)	2008
PB	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	2009
PE	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	2009
RO	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	2009
BA	Universidade do Estado da Bahia (UNEB)	2009
BA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)	2010
AL	Universidade do Estado de Alagoas (UNEAL)	2010
MS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	2010
GO	Universidade Federal de Goiás (UFG)	2010
SC	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	2011
AM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM)	2012

Quadro 4 – Início dos cursos com educação superior indígena

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2014). Dados obtidos em julho de 2014 pela CGEEI/SECAD/MEC, via *e-mail*, em resposta à consulta feita pela pesquisadora.

É recente essa discussão, na mudança da política indigenista nacional. Por isso, toda vez que se fala de índio, não se está diante de um problema, mas sim de uma questão política, antes de ser educacional. O Ensino Básico é responsabilidade dos Estados e Municípios, desde a Constituição de 1946²⁰. O Ministério da Educação (MEC) institucionalmente, não toma conta dessa situação, porque a responsabilidade do órgão é o Ensino Superior²¹.

²⁰ Art. 171 - Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino. (BRASIL, 1946)

²¹ A Secretaria de Educação Superior (SESu) é a unidade do Ministério da Educação responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior. A manutenção, a supervisão e o desenvolvimento das instituições públicas federais de ensino superior (Ifes) e a supervisão das instituições privadas de educação superior, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), também são de responsabilidade da SESu.

Vale ressaltar que o curso de Pedagogia da UEA realizado pelo PROIND, por ser vinculado a uma Universidade Estadual, possui um regimento próprio, logo, não se reporta ao Ministério da Educação, mas sim ao Conselho Estadual de Educação que aprova e autoriza o funcionamento dos cursos. À proporção que no caso do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), estas sim, se reportam ao MEC.

Já UFAM e IFAM apoiam-se no modelo praticado pela maior parte das instituições partícipes do Sistema UAB, pois empregam material didático impresso previamente preparado por professores conteudistas, aplicam esse material didático ao AVA, customizado para esse fim, e complementam o emprego dos impressos e do AVA com vídeo-aulas. O modelo empregado por UFAM e IFAM tem uma vantagem sobre o presencial mediado por tecnologias: os alunos não estão obrigados a cumprir uma jornada em sala de aula e, caso sejam professores, não se distanciam de seus ambientes de trabalho. A possibilidade de formação em serviço torna-se mais atrativa para os cursistas e possibilita melhor planejamento para a rede pública de ensino (TUCCI; ALBUQUERQUE; BRITO, 2016, p.144-145).

A Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) é responsável pelos dados oficiais da educação indígena no Amazonas, através da Gerência de Educação Escolar Indígena (GEEI)²², logo, não é responsabilidade do Governo Federal. Esse departamento é responsável em preparar professores. Quando a questão indígena passou a ser discutida, também se politizou esse departamento que incorporou uma série de preocupações com a preservação cultural da língua e não essa política de dar os conteúdos nacionais, para integrar o índio.

Educação para o indígena é a aplicação dos parâmetros e conteúdos nacionais de ensino, como História, Geografia, Língua Portuguesa, entre outras disciplinas. Acontece que se tem uma questão indígena, e quando se fala em índio não se pode falar no singular, mas sim no plural. E no Estado Amazonas a educação superior indígena tem avançado?

O estudo limita-se ao campo da formação superior do professor indígena, pois cada etnia tem práticas culturais diferenciadas. Diante do

²² A SEDUC possui a Gerência de Educação Escolar Indígena (Geei) que tem como missão assegurar às populações indígenas condições de acesso e permanência na escola. O objetivo é executar a Política de Educação Escolar Indígena específica, diferenciada, multilíngue e intercultural nos Territórios Etnoeducacionais (TEE).

exposto, é perceptível que os valores, conhecimentos e riquezas sejam levados em consideração dentro do Sistema Educacional de cada povo indígena.

Constituem princípios para a elaboração de projetos de escola em áreas indígenas a efetiva participação das comunidades indígenas, a partir do desenvolvimento de currículos específicos, com calendários escolares que respeitem as atividades tradicionais dos diferentes grupos, com metodologias de ensino diferenciadas, com a incorporação dos processos próprios de aprendizagem de cada povo e com a implementação de programas escolares e processos de avaliação de aprendizagem flexíveis (BRASIL, 2016).

Em concordância com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 517.383 índios estão vivendo em Terras Indígenas, enquanto 379.534 pessoas vivem fora destas Terras.

A questão indígena está ligada fortemente ao debate sobre a organização do território, estando ambas as expressões por vezes mescladas por entendimentos de políticas imediatistas. Emerge daí a necessidade da compreensão da singularidade apontada acima, utilizando-se da ciência jurídica para concatenar um conjunto de ideias e proposições acerca do tema. (NOGUEIRA JÚNIOR, 2018, p.88).

É importante ressaltar que apenas na década de 1990, o índio brasileiro passou a ser inserido na educação superior. Eles ainda lutam pelos seus direitos através do Ministério da Educação (MEC), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), entre outras entidades.

Assim, será descrita nesta pesquisa, a evolução da educação superior indígena tendo como marco a Constituição Federal Brasileira de 1988, até chegar ao Amazonas, especificamente na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), através do Programa de Formação do Magistério Indígena (PROIND) em Manaus e na UFAM com o curso de Licenciatura Específica Formação de Professores Indígenas da FACED.

Assim, uma prática pedagógica intercultural, estabelece um diálogo, a construção de uma cultura da diversidade no âmago da escola, como política de inclusão. Silenciar, simplificar e excluir o diferente são práticas veladas e permanentes nas práticas escolares, que somente poderão ser mudadas a partir da mudança de concepção e paradigma. (SOARES; LIMA, SOLART, 2012, p.19).

No entanto, é necessário haver subsídios acessíveis aos discentes indígenas de um curso de nível superior, com uma metodologia que leve em

consideração a oralidade, tradições, a utilização da língua de cada povo e até mesmo quem sabe, o espaço/local que represente a sintonia natureza e elementos indígenas, saindo do modelo convencional de ensino.

A questão do ensino nas universidades públicas do Amazonas teve uma mudança considerável, conforme explica o antropólogo brasileiro e estudioso em sociedades indígenas, João Pacheco de Oliveira²³.

Quando eu vim pela primeira vez a Manaus, a Universidade Federal do Amazonas era diferente, a Antropologia não existia aqui dentro. Quem mais faziam estudos com indígenas era o pessoal do Departamento de História, e até na região que pesquisei no Alto Solimões a formação mais elaborada que havia era a nível de Ginásio. Hoje há três universidades situadas lá: Campus da Ufam, Campus da UEA e o Campus da Universidade Nacional em Colômbia em Letícia, mas também muito próximo. (OLIVEIRA FILHO, 2016).

Para permear as discussões e dar orientação no sentido de concretização dessa política, formou-se uma comissão, denominada Comissão Universidade para os Índios (CUIA), composta por três docentes de cada instituição de Ensino Superior, indicados pelas reitorias e nomeados pela Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior (SETI).

Em conformidade com Amaral (2010), entre os encaminhamentos feitos durante a organização da terceira edição do vestibular específico, no primeiro semestre de 2004, reuniram-se os docentes membros da comissão vestibular em Curitiba, durante os dias 16 e 17/03/04, na sede da SETI, para trabalharem na proposição e instituição da comissão permanente de seleção e acompanhamento dos estudantes indígenas.

Foi após esse debate que a referida comissão optou pelo nome CUIA, sendo elaborada coletivamente a minuta de Resolução Conjunta entre a SETI e as universidades envolvidas.

No que tange à normatização da CUIA, em outubro do mesmo ano foi publicada a Resolução Conjunta n.º 002/2004 entre a SETI, as universidades estaduais e a Universidade Federal do Paraná, que instituiu a Comissão como permanente, com a finalidade de viabilizar aos membros das comunidades indígenas o acesso, a permanência e a conclusão nos cursos de graduação.

²³ Entrevista concedida à pesquisadora na Universidade Federal do Amazonas (Ufam) em 16 de dezembro de 2017, durante o Seminário: Estrutura e História organizado pelo Departamento de Filosofia da Ufam.

Segundo esta Resolução, a CUIA será composta por três membros de cada uma das universidades públicas, indicados pelos reitores mediante experiência na área de ensino, pesquisa e extensão com populações indígenas ou tradicionais e comprometimento com as políticas de inclusão.

Recentemente, uma das instituições de ensino mais importantes do Brasil, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), apresentou proposta de adoção do vestibular indígena para 2019 realizado em 2 de dezembro de 2018. O Exame foi aplicado no município de São Gabriel da Cachoeira (distante a 853 quilômetros de Manaus), com objetivo de aumentar a inclusão social e a diversidade étnica e cultural²⁴.

A avaliação foi composta por redação e 50 questões de múltipla escolha: linguagens e códigos (14), ciências da natureza (12), matemática (12) e ciências humanas (12). A universidade recebeu 610 inscrições, contudo, houve abstenção de 41,96%, índice que para a comissão organizadora pode ter refletido dificuldade de locomoção dos candidatos e confusão com fuso horário para a prova²⁵.

Quando um estudante indígena ingressa em uma instituição de Ensino Superior há um movimento daquilo que nos documentos da política e nas discussões teóricas da área tem sido chamado de relações interculturais.

Neste cenário, as comunidades passam por transformações à medida que seus membros ingressam na universidade e retornam a elas atuando como profissionais, e a universidade, por sua vez, é instada a pensar/repensar seus ritos: métodos de ensino, conteúdos, formas de avaliação, etc., uma vez que tem a oportunidade de entrar em contato com outras formas de produzir e disseminar conhecimentos, os etnoconhecimentos que consistem na tradição e no saber.

²⁴ Conforme a Unicamp, entre os convocados há estudantes de 23 etnias, a maioria deles *Baré*, *Tukano* e *Baniwa*. Além disso, o maior percentual de aprovados é do Estado do Amazonas - 36 deles de São Gabriel da Cachoeira e 11 de Manaus.

²⁵ G1. **Identificação com prova, confusão com horário: como foi o primeiro vestibular indígena da Unicamp.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2018/12/02/identificacao-com-prova-confusao-com-horario-como-foi-o-primeiro-vestibular-indigena-da-unicamp.ghtml>> Acesso em 25 jan. 2019.

1.4 Caminhos Epistemológicos da Pesquisa

Para se fazer ciência é necessário compreender o polo epistemológico que envolve a crítica sobre o que está sendo o objeto de estudo, bem como a problematização do senso comum. Logo, são pontuados os fundamentos epistemológicos do pensamento sociológico baseados nas teorias do autor português, Boaventura de Sousa Santos.

A iniciativa de abordar essa temática se justifica a partir de Santos (2009) que retoma o senso comum para dentro da ciência de forma não fragmentada. Ele chama esse conhecimento de Sociologia das Emergências, e esse senso comum que é revestido de ciência, ele dialoga com todo mundo.

A epistemologia ou teoria crítica do conhecimento estuda a origem, os métodos e a estrutura do conhecimento. Compreender Boaventura a partir justamente destes problemas que a ciência moderna cartesiana não consegue mais resolver é um dos objetivos deste estudo.

A sociedade se encontra no momento de rupturas e transformações na forma de interpretar o mundo, essa insipidez da ciência que se coloca como verdades absolutas é uma crítica já feita pelos filósofos Michel Foucault e Gaston Bachelard, e é uma crítica posta no pensamento complexo.

Quando se fala em educação superior indígena, por exemplo, a formação intelectual de um docente é de suma importância para o sucesso em sala de aula no Ensino Fundamental, Médio ou Superior, mas não se pode deixar a cultura desses povos de lado, mas sim colocá-la neste contexto educacional. Não basta uma reprodução do conhecimento, são necessários processos cognitivos eficazes que contribuam para a qualificação deste profissional. Para os indígenas só se pode compreender o mundo se fizer presente nele.

Quando um índio conquista um título em uma formação superior específica, a luta pelos direitos e garantias deve continuar não só nas aldeias, mas também se pode fazer dentro das instituições, ONGs, entidades, e universidades. Consoante dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o número de alunos ingressantes cresceu 52,5% e o de concluintes, 32,18%.

“A formação de professores indígenas em nível superior figura no cenário da luta desses povos como mais umas das questões de destaque diante da concretização da autonomia e do respeito à diferença”. (LINHARES, 2011, p. 119).

O Estado do Amazonas é composto no geral por 20 Instituições de Ensino Superior (IES). Destas, três são públicas, subdivididas em duas federais, uma estadual, nenhuma municipal e 17 privadas, conforme o Censo da Educação Superior 2017 do Inep.

No que diz respeito às matrículas nos cursos de graduação presenciais e a distância, por cor / raça, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2017, consta que no Amazonas há um total de 166.098, deste quantitativo 21.799 é de cor/raça branca; 12.176 cor/raça preta; 75.297 cor/raça parda; 2.688 cor/raça amarela; 3.638 cor/raça indígena; 1.140 cor/raça que não dispõe de informação; 49.360 cor/raça não declarada (Gráfico 1).

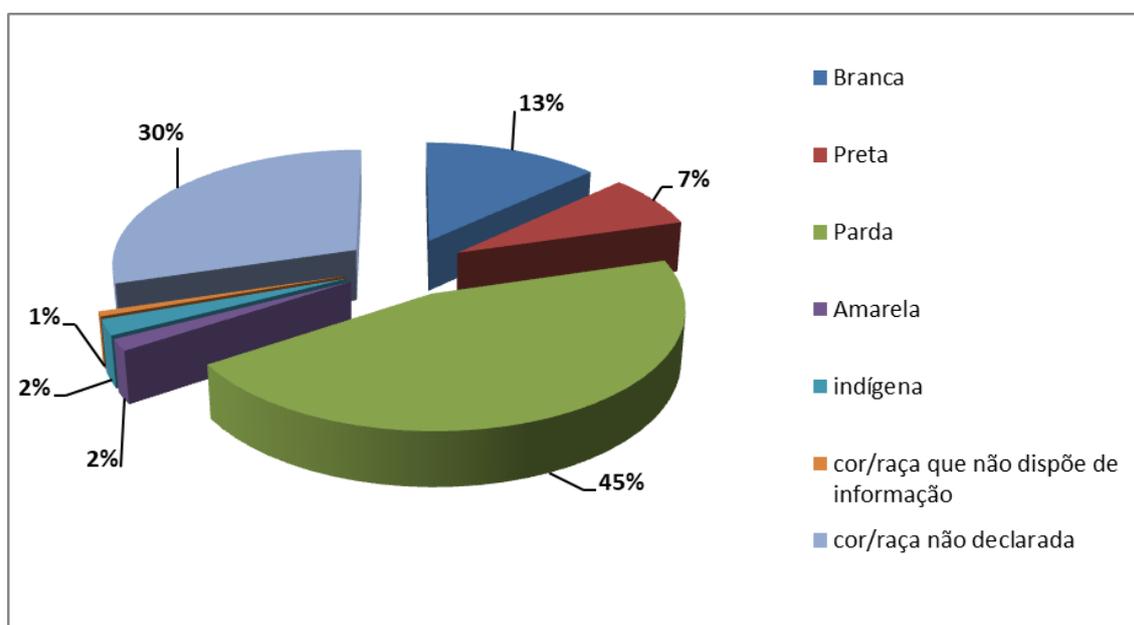


Gráfico 1 - Matrículas nos Cursos Presenciais e a Distância por Cor / Raça no AM
Fonte: Censo Inep (2017) – Elaborado pela Autora (2019)

A educação indígena surge neste cenário, não como algo inovador, mas como um meio que possibilita a ressignificação de valores, os quais, postos em

prática pelas políticas públicas de educação escolar indígena, aumentam as oportunidades de acesso a todos os níveis de ensino, principalmente ao superior.

Com isso, os impasses, ou uma modernidade inconclusiva deixam rastros não acabados no âmbito da ciência, onde os pesquisadores não devam mais falar pelos excluídos, não devam mais falar pelos trabalhadores, não devam mais falar em nome dos índios, pelas chamadas minorias sociais, é um momento agora de conceder ao excluído a palavra, que por sinal é autoral, no sentido em que os índios são autores dos seus conhecimentos, e os trabalhadores são autores da sua história, contudo não é alguém que vai chegar e fazer a história destes.

Surge então dentro da ciência aquilo que se chama de conhecimento tradicional, onde é preciso fazer a escavação das tradições, escavar os problemas de pesquisa, ir ao rizoma das questões que são instauradas, deixando um pouco de lado esse laboratório de pesquisa cartesiano. É necessário que o pesquisador leve à Academia, elementos instauradores e não fique só na teoria se tornando meros reprodutores.

Conseqüentemente, Santos (2009), diz que é necessário dar voz autoral, reconhecendo o senso comum, que é um tipo de conhecimento. Por conseguinte, no caso de uma educação superior indígena, é necessária uma pedagogia voltada aos contextos socioculturais, para fazer parte da demanda e especificidade das etnias no que diz respeito ao campo educacional, atendendo a realidade de cada povo e região.

O conhecimento tradicional do índio, precisa ser mantido e valorizado, no qual é necessário manter as tradições destes povos que ajudaram e continuam contribuindo para a história social e cultural do Brasil. O tempo contemporâneo exige outras conexidades, logo a ciência tem que responder a um tempo atual.

Nesta perspectiva, é preciso emancipar a ciência, mas não significa renegar o cartesianismo, o estruturalismo, nem todas as orientações epistemológicas, bem como a teoria crítica. Não é esta a discussão aqui e sim

o conhecimento-emancipação, onde o pensar complexo significa emancipar o conhecimento, mas no sentido de dar saltos qualitativos. Essa é a questão de Boaventura, encontra-se isso na dialética e não significa renegar conhecimentos, pois cada autor do pensamento complexo tem um conceito sobre a bifurcação, por exemplo.

A bifurcação então pode ser entendida como híbrida, já o intelectual e cientista Prigogine diz que o pensamento complexo é uma bifurcação onde as culturas das Américas tiveram um encontro de cultura e não a retirada delas. O autor Michel Serres, também fala de Filosofia Mestiça, que pode ser comparada ao estudo de Boaventura no hibridismo, onde se recriam culturas de outros países ou localidades dentro de alguma já existente.

O povo *Sateré-Mawe*, por exemplo, vai para a igreja católica e evangélica, mas eles creem mesmo é no guaraná e em outros itens de sua cultura e não em Javé. E esta cultura não pode ser silenciada. Os silêncios não são as mesmas coisas que os silenciamentos, uma coisa é silenciar alguém, colocar no subsolo da ciência de forma inviabilizada, como ocorre até hoje com as mulheres, os negros, e os indígenas, por exemplo, mas a cultura segundo Morin (2010) é metabolizante, como se fosse uma célula que vai se renovando constantemente.

A ciência moderna submergiu os sentimentos, ela escondeu a subjetividade que usava o método da quantificação. Todo pensamento teórico se faz através do método e esse método não dava conta de ler. Morin (2010) chama de dialógica ou dialogia o método do pensamento complexo.

Ademais, Boaventura foge do pós-moderno e propõe um conhecimento prudente para uma vida decente, no qual é necessário fazer a escavação, saber identificar o que tem no escuro para trazer a luz que é de fato a ciência, encontrando um limiar e um furo, para se chegar aos resultados da pesquisa científica.

Por conseguinte, a pesquisa pretende fazer uma análise da educação superior indígena no Amazonas, realizando um estudo da experiência do curso de Pedagogia Intercultural Indígena (PROIND) na Universidade do Estado do

Amazonas (UEA). Além disso, vai destacar sobre a modalidade de ensino presencial mediado pela TV, além da produção acadêmica científica desenvolvida pelos egressos do PROIND em Manaus, turma 2009-2014.

O critério adotado para a escolha deste território se deu pelo fato de ser um dos principais municípios do Amazonas, por se tratar da capital e sede do curso que teve turmas em outros municípios amazonenses, sempre valorizando e respeitando os aspectos culturais, sociais, além da pluralidade do pensamento social amazônico.

Esta Tese é uma pesquisa quali-quantitativa que busca entender como as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) são abordadas no Curso de Graduação da UEA em Pedagogia Intercultural Indígena em Manaus.

A pesquisa possui os seguintes instrumentos de coleta de dados: questionário com perguntas abertas, entrevistas, registro fotográfico, busca documental e bibliográfica.

Instrumentos de pesquisa são os meios através dos quais se aplicam as técnicas selecionadas. Se uma pesquisa vai fundamentar a coleta de dados nas entrevistas, torna-se necessário pesquisar o assunto, para depois elaborar o roteiro ou formulário. Evidentemente, os instrumentos de uma pesquisa são exclusivos dela, pois atendem às necessidades daquele caso particular. A cada pesquisa que se pretende realizar procede-se à construção dos instrumentos adequados. (ANDRADE, 2009, p. 132-133).

Quanto à abordagem metodológica, a pesquisa está baseada no levantamento de dados primários e secundários de cunho qualitativo e quantitativo, cujas entrevistas são estruturadas e abertas.

De acordo com Bodgan e Bikler (1994, p.47-51), “a pesquisa qualitativa em Educação tem como característica a fonte direta de dados que é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal”. Este tipo de pesquisa que segundo estes autores, supõe o contato direto do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, portanto torna-se também uma investigação descritiva.

E, no que tange à sua natureza, trata-se de estudo de caso descritivo, uma vez que a finalidade diz respeito à obtenção do conhecimento aprofundado, neste caso, “compreende um método que abrange tudo - com a lógica de planejamento incorporando abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados” (YIN, 2001, p.33).

Aos procedimentos adotados para esta coleta de dados, esta investigação utilizará a pesquisa do tipo bibliográfica, análise documental e recolha *online*, utilizando a técnica da bibliometria, pois através dos descritores e categorias, será feita uma busca de toda produção científica a respeito da educação superior indígena do Amazonas, mediada pela tecnologia. “Bibliometria é um estudo que avalia os textos científicos de áreas específicas de produção científica já pesquisada”. (SILVA et al, 2012).

Perante a pesquisa é feito no primeiro momento a entrega de um ofício, cuja finalidade era a autorização para realização do estudo (aceite), para o atual Reitor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Cleinaldo Costa, que por sinal foi autorizada em março de 2017.

Tal solicitação se justifica tendo em vista o cumprimento de um requisito para a submissão e a autorização da realização da pesquisa pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

É importante ressaltar que 22 indígenas da capital amazonense, concluíram no ano de 2014, o Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), que faz parte do Programa de Formação do Magistério Indígena (PROIND). Estes discentes de Manaus são de 11 etnias, e considerou-se para a pesquisa entrevistar um representante deste quantitativo.

Além disso, há seis entrevistados na pesquisa (Quadro 5), três realizadas via *e-mail* e as demais *in loco*. O critério de escolha se deu devido cada sujeito atuar em um segmento específico que contribui para o objetivo geral desta Tese.

Dentre eles contam: Coordenadora do PROIND/UEA; Um antropólogo que realiza estudos a partir dos povos indígenas; Um gestor público da

educação do Amazonas; a responsável pela Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (CGEEI/SECAD/MEC); Um ex-discente PROIND/UEA, que representa todos os alunos, além de um Mestre em Engenharia Elétrica que realiza estudos focados na IPTV como modalidade na educação.

Campo de Pesquisa	Entrevistado (A)	Perfil	Tipo De Entrevista	Data De Realização Da Entrevista
Comunicação e TI na Educação	Marcos Jolbert Cáceres Azambuja	Mestre e Doutorando em Engenharia Elétrica, cujos estudos são focados na IPTV como modalidade na educação. Faz parte do Grupo de pesquisa sobre a Educação em Engenharia. Membro do Grupo de Pesquisa - Cibernética Pedagógica: Laboratório de Linguagens Digitais (CNPQ).	Formulário	10/04/2018
Indigenismo, Política Indigenista e Etnodesenvolvimento	João Pacheco de Oliveira	É antropólogo. Doutor em Antropologia Social. Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Fez pesquisa de campo prolongada com os índios Tikuna, do Alto Solimões (Amazônia), da qual resultou sua dissertação de mestrado (UNB, 1977) e sua tese de doutoramento (PPGAS, 1986), publicada em 1988. Desenvolve trabalhos e pesquisas sobretudo para povos indígenas	Gravação Vídeo <i>In loco</i> na Universidade Federal do Amazonas	19 de setembro de 2016
Educação e Gestão Pública no Estado do Amazonas	Gedeão Timóteo Amorim	Mestre em Administração. Foi Secretário estadual de Educação do Amazonas. E atuou no projeto "Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica", cujo modelo é pioneiro no Brasil.	Formulário	10 de outubro de 2017
		Mestre e Doutorando em Antropologia social.		

Antropologia Indígena	Gabriel Sodré Maia	Primeiro Discente a colar grau pelo PROIND/UEA – Após ser aprovado no Mestrado da UFAM. Graduado em Graduação em Pedagogia Intercultural Indígena.	Formulário	11 de setembro de 2017
Educação Indígena	Susana Martelletti Grillo Guimarães	Responsável pela Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (CGEEI/SECAD/MEC).	Formulário <i>In loco</i> no Ministério da Educação em Brasília e Formulário Via E-mail	8 de julho de 2016
Educação Superior Indígena	Adria Simone Duarte de Souza	Coordena o Curso de Pedagogia Intercultural Indígena da UEA. Mestre e Doutoranda em Educação.	<i>Formulário In loco</i> na Coordenação do PROIND/UEA em Manaus	22 de setembro de 2014

Quadro 5 – Entrevistados da Pesquisa

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2018)

Junto com o questionário foi enviada uma nota explicando a natureza da pesquisa, junto com o pré-projeto e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ambos destacando a importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do entrevistado. As perguntas foram elaboradas de forma clara e objetiva.

Já nas entrevistas *in loco*, a conversa se deu de maneira informal, mas manteve uma sequência lógica sem prejudicar a pesquisa. Para Goode e Hatt (1969, p.237), a entrevista "consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de certo ato social como a conversação".

No Polo Morfológico (Quadro 6), a Tese, se encontra na Linha de Pesquisa 1 - Sistemas Simbólicos e Manifestações Socioculturais e se subdivide em: sistema simbólico, relações sociais, instituição a ser estudada e sujeitos da pesquisa.

POLO MORFOLÓGICO	
Sistema Simbólico	Educação para o povo indígena.
Relações Sociais	Educação Superior Indígena.
Instituição	UEA/PROIND
Sujeitos	Antropólogo – Representante MEC-Coordenação PROIND – Pesquisador do IPTV – Gestor Público em Educação – Ex-Discente PROIND

Quadro 6 – Polo Morfológico da Pesquisa

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2018)

O polo teórico da pesquisa (Quadro 7), acontece diante da elaboração de conceitos que vão ao encontro das referências bibliográficas encontradas em obras e artigos de intelectuais, pensadores e pesquisadores, capazes em formular estudos da educação indígena e tecnologia, cuja temática específica compõe os objetos científicos a serem discutidos em determinada pesquisa.

AUTORES	ABORDAGEM
OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de	Sociedades Indígenas
BANIWA, Gersem dos Santos Luciano	Povos Indígenas e Educação
GRUPIONI, Luis Donizete Benzi	Formação de Professores Indígenas
GUIMARÃES E VILARDI, Suzana M. G. Raquel	Educação Indígena
SOARES, Artemis	Educação Indígena no Alto Solimões
BASTOS, Elide Rugai; PINTO, Ernesto Renan M. F.	Pensamento Social da Amazônia
BARBOSA, Walmir de Albuquerque	Educação no Amazonas e o uso da tecnologia
SILVA, Marilene Corrêa da.	Pensamento Social da Amazônia
TUCCI, Carlos Alberto Franco; ALBUQUERQUE, Gabriel A. Santos de; BRITO, Gláucia da Silva.	Educação no Amazonas e o uso da tecnologia
RAMIREZ, David	IPTV
AZAMBUJA, Marcos Jolbert	IPTV
LEVY, Pierre	Cibercultura
PANK, Ará	Tecnologia na educação indígena

Quadro 7 – Polo Teórico

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2018)

Enquanto que o polo técnico serve como um percurso metodológico a ser seguido com a coleta e análise dos dados (Quadro 8). Que se subdivide em estratégias desde a entrega do ofício na Universidade do Estado do Amazonas, para que se tenha anuência para a realização da pesquisa, ao registro fotográfico, obtenção de dados documentais da UEA. Além disso, conta com o registro fotográfico, análise de documentos, para a recolha e tratamento dos dados, para se chegar aos resultados e redação final da Tese.

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	RESULTADOS
Entregar ofício de carta de aceite à pesquisa para UEA	Registro Fotográfico	Organização e análise dos dados coletados
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	Análise de Documentos Oficiais e obtidos via PROIND/UEA	Redação Final e Revisão da Tese
Elaborar questionário e aplicar entrevista	Recolha e tratamento dos dados	Apresentação da Tese para Banca

Quadro 8 – Polo Técnico

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2018)

Além de verificar as unidades de ensino, foi feita uma busca utilizando o método da bibliometria, para a construção do estado da arte deste projeto. Notou-se que não há pesquisas relacionadas à educação superior indígena mediada pela tecnologia, mas se tem falado em educação superior indígena, através de dissertações e teses publicadas e disponíveis para consulta nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras (Quadro 9).

PESQUISADOR	TEMA DA PESQUISA	TIPO DE PESQUISA	ANO	INSTITUIÇÃO
Joyce Karoline Pinto Oliveira Pontes	<i>Mbuesawa</i> : Formação do professor indígena através da Licenciatura em Pedagogia	Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA	2015	Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Shirlane Pantoja da Silva	O conhecimento escolar socializado aos Tikuna do Brasil e da Colômbia: interculturalidade e identidade	Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA	2014	Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Jaspe Valle Neto	Educação escolar indígena Mura: por entre práticas docentes e o projeto político-pedagógico	Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE	2013	Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Regina Aparecida Costa	Políticas públicas de acesso e permanência de indígenas no ensino superior em Rondônia	Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Educação	2012	Fundação Universidade Federal de Rondônia
Jonise Nunes Santos	Educação escolar indígena no município de Manaus (2005-2011)	Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE	2012	Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Sirlene Bendazzoli	Políticas públicas de educação escolar indígena e a formação de professores ticunas no Alto Solimões/AM	Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação	2011	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
Marcos André Ferreira Estácio	As quotas para indígenas na Universidade do Estado do Amazonas	Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE	2011	Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Fabiana de Freitas Pinto	Licenciatura específica para formação de professores indígenas/turma Mura: um balanço dos dois primeiros anos do curso à luz das expectativas dos alunos	Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE	2011	Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Erika Rodrigues Vieira	Tecnologia e prática educativa - a educação indígena em perspectiva: experiência das EEI Aldeia Uru-ity e EEI Aldeia Djaiko-aty	Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do UNISAL	2011	Centro Universitário Salesiano de São Paulo-UNISAL – SP
Isabel Cristina Ferreira Aranha	Artes como disciplina no currículo da escola indígena e na formação de seus (suas) professores (as)	Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE	2009	Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Rita Flomar dos Santos Melo	A Universidade Federal do Amazonas e o acesso dos povos indígenas ao ensino superior: desafios da construção de uma política institucional	Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE	2008	Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Quadro 9 - Pesquisas relacionadas à educação indígena
Fonte: Quadro elaborado pela autora (2016)

Pretendemos demonstrar nessa Tese que a educação superior indígena, nível graduação, mediada pela tecnologia no Estado do Amazonas, ainda é pouco abordada pela Academia e instituições que realizam trabalhos de pesquisa, ciência e extensão na região Norte.

A carência de estudos nesse segmento justifica a realização desta pesquisa em nível de Doutorado, tornando-se desafiante no campo epistemológico a análise da inserção da tecnologia nos cursos de graduação indígena do Amazonas.

Não podemos pensar que os indígenas estão fora do contexto da tecnologia, eles desde a década de oitenta a tecnologia adentrou no mundo indígena, portanto o uso do curso mediado pelo IPTV não foi surpresa. (MAIA, 2017)²⁶.

A educação superior permite a conquista da efetiva cidadania, pelo direito de acesso aos bens do mundo contemporâneo, sem interveniência e sem intermediação de não índios. Isso significa que a partir daí serão formados profissionais que sejam no mínimo capazes de articular os conhecimentos provenientes, por um lado, das tradições de seus povos, por outro, da tradição ocidental e, ao mesmo tempo, dará ao país a oportunidade de quebrar a visão estereotipada que uma parcela significativa da população brasileira ainda guarda sobre os índios.

Posto isto, este trabalho contribuirá para os estudos socioculturais a partir dos estudos simbólicos e ensino indígena, já que o Amazonas possui 64 etnias. Além disso, os caminhos da pesquisa irão ao encontro dos aportes interdisciplinares das Ciências Sociais e teorias que irão auxiliar em um estudo sistematizado da educação superior indígena no Estado.

²⁶ Gabriel Sodré Maia trata-se do primeiro aluno indígena do PROIND a colar grau e ingressar após a finalização do curso no Mestrado de Antropologia da UFAM.

CAPÍTULO 2 – TECNOLOGIA E AÇÕES AFIRMATIVAS PARA OS POVOS INDÍGENAS NA UEA

2.1 Breve Histórico da UEA

Nesta seção se tem como proposta discutir os processos interculturais da formação superior indígena no Amazonas, dando ênfase aos egressos do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Turma 2009-2014. Ademais, a partir das experiências do PROIND que seguiu o modelo de ensino do Proformar, demonstraremos a relevância das políticas educacionais indigenistas, onde se rompe a ideia hegemônica de universidade com atitudes verticalizadas.

Com a missão em formar recursos humanos qualificados, competentes científica e tecnologicamente, com compromisso para o exercício da cidadania, a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) tem por finalidade precípua a educação superior além da produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico integrados no ensino, na pesquisa e na extensão²⁷.

Instituída no mês de janeiro de 2001, com a realização do Concurso Vestibular que contou com 1.930 vagas, com 1.050, para os cursos de Graduação em Manaus e 880 para os municípios de Parintins (Distante a 369 quilômetros de Manaus) e Tefé (Distante a 523 quilômetros de Manaus), onde aproximadamente 180.000 candidatos concorreram ao certame. As aulas iniciaram no segundo semestre de 2001.

Em sua primeira etapa de implantação, transcorrida no segundo semestre de 2001, a UEA ofereceu cursos em quatro grandes áreas: Ciências Sociais, com os cursos de Direito e Administração Pública; Ciências da Saúde, com os cursos de Medicina, Odontologia e Enfermagem; Artes e Turismo, com os cursos de Dança, Música e Turismo; e Educação, que contempla os cursos Normal Superior e Licenciaturas. A essa estrutura podem ser acrescentados os cursos de Engenharia e Tecnologia do Instituto de Tecnologia da Amazônia (UTAM) que se encontram em fase de reestruturação para posterior absorção pela UEA. (UEA, 2002, p.6).

²⁷ UEA. **Histórico da UEA.** Disponível em: <<http://www2.uea.edu.br/sobreuea.php?dest=historico>>. Acesso em 09 dez 2017.

Em 2005, no dia 30 de junho, se forma a primeira turma do curso Normal Superior no Programa de Formação de Professores (Proformar), graduando 7.150 educadores. Esse foi o primeiro passo da UEA no que diz respeito ao ensino ministrado de forma presencial mediado pela tecnologia.

Posteriormente, a Instituição ofereceu, em 2012, o Curso de Pedagogia Intercultural, do Programa de Formação de Professores Indígenas (PROIND). O curso foi realizado em 52 municípios do Amazonas, por meio da modalidade de ensino Presencial Mediado por Tecnologia.

A UEA nasceu moderna, sendo a primeira instituição brasileira a reunir, no ambiente de ensino, um conjunto de recursos tecnológicos de apoio ao corpo discente, docente e administrativo, dentre os quais merecem destaque: *Lyceum* - Sistema de Gestão Acadêmica, e-Learning – Sistema de Ensino com Suporte da Internet/Intranet, *Pergamum* - Biblioteca Virtual, todos online, e recursos audiovisuais de última geração. (UEA, 2002, p.7).

A UEA abriu no primeiro semestre de 2015 inscrições para o Vestibular Especial para o Curso Tecnológico em Agroecologia para a Comunidade Indígena de *Umariçu*, situada no município de Tabatinga (distante a 1.105 quilômetros de Manaus). O concurso Vestibular Especial era exclusivamente aos membros dessa Comunidade, situada no município de Tabatinga, a 1.105 quilômetros de Manaus. O edital ofereceu um total de 40 vagas.

2.2 Concurso Vestibular da UEA

As ações afirmativas, e, dentre essas, a reserva de vagas no ensino superior para os povos indígenas já se faz presente nas universidades públicas federais e estaduais do Brasil. Com a promulgação da Lei Estadual n.º 2.894 de 31 de maio de 2004 (Imagem 1), que dispõe sobre as vagas oferecidas em concursos vestibulares pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), a partir do vestibular de 2005, mediante a qual se reservam 80% das vagas aos candidatos egressos de escolas de Ensino Médio no Amazonas, desde que tenham cursado os três anos obrigatórios, e os 20% restante aos demais candidatos.

DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO AMAZONAS
GOVERNO EDUARDO BRAGA

Manaus, segunda-feira, 31 de maio de 2004

Número 30.389 ANO CX

PODER EXECUTIVO

LEI N.º 2.894, DE 31 DE MAIO DE 2004

DISPÕE sobre as vagas oferecidas em concursos vestibulares pela Universidade do Estado do Amazonas e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS
FAÇO SABER a todos os habitantes que a ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a presente.

LEI:

Art. 1.º - As vagas em cursos e turnos oferecidas anualmente pela Universidade do Estado do Amazonas em concursos vestibulares terão a distribuição seguinte:

I - 80% (oitenta por cento) para candidatos que:
a) comprovem haver cursado as três séries do ensino médio em instituições públicas ou privadas no Estado do Amazonas, e;
b) não possuíam curso superior completo ou não o estejam cursando em instituição pública de ensino.

II - 20% (vinte por cento), para candidatos que comprovem haver concluído o ensino médio ou equivalente em qualquer Estado da Federação ou no Distrito Federal.

§ 1.º - Setenta por cento (60%) das vagas a que se refere o inciso I, dos cursos ministrados em Manaus, serão destinadas a alunos que tenham cursado as três séries do ensino médio em escola pública no Estado do Amazonas.

§ 2.º - Tratando-se de candidato aprovado em exame supletivo, a Universidade exigirá, do candidato que disputar as vagas do inciso I, a comprovação, na forma do edital respectivo, de residência no Estado do Amazonas por pelo menos 3 (três) anos.

§ 3.º - O candidato indicará, no ato da inscrição, o conjunto a que pertence a vaga que deseja disputar, responsabilizando-se pelas declarações que prestar.

§ 4.º - Na hipótese de não ser suficiente a quantidade de candidatos classificados em um dos conjuntos de vagas, a Universidade convocará os do outro conjunto, respeitada a ordem de classificação.

Art. 2.º - O disposto no artigo anterior aplica-se à metade das vagas dos cursos da Escola Superior de Ciências da Saúde, reservadas as demais integralmente para candidatos que comprovem haver cursado pelo menos 8 (oito) séries do Ensino Básico em Município do Interior do Estado, respeitada a distribuição por pólos geográficos constante do Edital do respectivo concurso.

§ 1.º - Tratando-se de candidato aprovado em exame supletivo, a Universidade exigirá a comprovação, na forma do edital respectivo, de residência no Estado do Amazonas, em Município do pólo por onde se deu a disputa da vaga, por pelo menos 3 (três) anos.

§ 2.º - Aos candidatos que disputarem as vagas reservadas por este artigo aplica-se o disposto no artigo 1.º, I, § 1.º, desta Lei.

§ 3.º - Se a quantidade de classificados por pólo geográfico, na forma deste artigo, não for suficiente para preenchimento das vagas oferecidas, a Universidade convocará candidatos do pólo seguinte, respeitada rigorosamente a ordem de classificação.

§ 4.º - A partir do concurso vestibular de 2.005, as vagas reservadas por este artigo para disputa no Interior do Estado serão fixadas na razão diretamente proporcional à população dos Municípios que integram cada pólo geográfico, priorizados sucessivamente os cursos de Medicina, Odontologia e Enfermagem.

Art. 3.º - Constantemente, a qualquer tempo, a validade de informações ou de documentos relativos às situações de que trata esta Lei o candidato será eliminado do concurso, convocação o que o seguir na ordem de classificação, ou terá cancelada sua matrícula na Universidade.

Art. 4.º - A administração da Universidade deverá:

I - priorizar a oferta de cursos e de vagas no Interior do Estado;

II - fazer cumprir pelos alunos, na forma estabelecida nos projetos pedagógicos dos respectivos cursos e em Resolução do Conselho Universitário, parte do estágio curricular obrigatório em Municípios do Interior do Estado;

III - oferecer cursos de graduação específicos para a população indígena, estabelecendo o necessário diálogo intercultural e privilegiando as regiões de maior concentração desses povos;

IV - manter, a cada ano, programa gratuito de preparação para ingresso nos cursos de graduação que oferecer, destinado principalmente às populações de baixa renda;

V - viabilizar os meios lógicos ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, em seu sistema regular de ensino.

Art. 5.º - Sem prejuízo do disposto no inciso III do art. 4.º, a Universidade do Estado do Amazonas reservará a partir do vestibular de 2.005, um percentual de vagas, por curso, no mínimo igual ao percentual da população indígena na composição da população amazônica, para serem preenchidas exclusivamente por candidatos pertencentes às etnias indígenas localizadas no Estado do Amazonas.

§ 1.º - Pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, o percentual referido no caput deste artigo será igual, no mínimo, ao dobro do percentual de índios na composição da população amazônica, para o oferecimento de vagas nos cursos de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Direito, Administração Pública, Turismo, Engenharia Florestal e Licenciatura Plena em Informática.

§ 2.º - O processo seletivo para o preenchimento das vagas destinadas aos índios será estabelecido pela Universidade do Estado do Amazonas, ouvida a Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, a Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino, a Fundação Estadual de Política Indígena - FEPI - ou outro órgão estatal que venha sucedê-la, e as entidades civis representativas dos Povos Indígenas, com atuação no Estado do Amazonas.

§ 3.º - Para os fins do disposto nesta Lei é considerado índio aquele assim reconhecido pela Fundação Nacional do Índio - Funai, através de certidão do registro administrativo a que se refere o art. 13 da Lei n.º 6.001, de 19 de dezembro de 1.973 (Estatuto do Índio).

§ 4.º - Os percentuais de vagas fixados para serem preenchidos pelos índios serão calculados sobre o número de total de vagas de cada um dos cursos oferecidos.

§ 5.º - As vagas reservadas aos índios que eventualmente não sejam preenchidas pelos mesmos, em cada processo seletivo, pela ausência de concorrentes, serão destinadas aos candidatos a que se refere o § 1.º do art. 1.º desta Lei.

Art. 6.º - No preenchimento das vagas previstas no art. 1.º desta Lei serão observadas, ainda, as seguintes regras:

I - em primeiro lugar serão preenchidas as vagas referidas no art. 1.º, § 1.º;

II - após o preenchimento das vagas referidas no art. 1.º, § 1.º, serão preenchidas as vagas destinadas aos demais candidatos referidos no art. 1.º, I, a e b, de cuja disputa também participarem os candidatos oriundos da escola pública que não obtiverem classificação na reserva de vagas prevista no art. 1.º, § 1.º;

III - no preenchimento das vagas referidas no art. 1.º, II, também concorrerão os demais candidatos que não obtiverem classificação na reserva de vagas a que se refere o art. 1.º, I, a e b.

Parágrafo único - O candidato oriundo de escola pública que se inscrever na reserva de vagas prevista no inciso I, § 1.º, que não obter classificação na forma prevista no inciso I e venha a obter, simultaneamente, nas hipóteses previstas nos incisos II e III, ocupará vaga na cota referida no art. 1.º, II.

Art. 7.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de maio de 2.004.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de maio de 2.004.

EDUARDO BRAGA
Governador do Estado

JOSÉ ANTONIO RABITCHO
Secretário de Estado da Casa Civil

MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS
Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia

VERA LUCIA MARQUES EDWARDS
Secretária de Estado de Educação e Qualidade do Ensino

Decreto n.º 24.246, de 31 de Maio de 2004

ABRE crédito Suplementar que especifica, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade vigentes da Administração Direta e Indireta.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a autorização contida no artigo 4.º da Lei n.º 2.870 de 22 de dezembro de 2003.

DECRETO:

Art. 1.º - Fica aberto nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade vigentes da Administração Direta e Indireta, crédito Suplementar no valor de R\$ 2.294.037,80 (DOIS MILHÕES, DUZENTOS E NOVENTA E QUATRO MIL, TRINTA E SETE REAIS E OITENTA CENTAVOS) para atender as dotações indicadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2.º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão das Anulações das dotações indicadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de maio de 2004.

EDUARDO BRAGA
Governador do Estado do Amazonas

OZIAS MOREIRO RODRIGUES
Secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

ISPER ABRAHIM LIMA
Secretário de Estado da Fazenda

Imagem 1 - Lei Estadual n.º 2.894/2004
Fonte: Diário Oficial do Estado do AM

Porém, no período de 2005 a 2012, passou a ser dividido em dez grupos o sistema de ingresso e seleção da Instituição de Ensino. O grupo de acesso inicialmente era o Grupo 10, presente nos editais desses anos. Por conseguinte, os treze indígenas graduados no período de 2003 a 2005, ainda não tinham sido contemplados com esse requisito disposto nos editais de Vestibular Concurso.

O Concurso Vestibular 2004 com acesso ao segundo semestre de 2004, disponibilizou 3.005 vagas para cursos de Graduação, sendo 1.235 vagas em cursos ministrados em Manaus e 1.770 vagas em cursos ministrados em Parintins, Tefé, Tabatinga, Boca do Acre, Carauari, Eirunepé, Humaitá,

Itacoatiara, Manacapuru, Manicoré, Maués e São Gabriel da Cachoeira. Neste edital existiam apenas nove grupos, onde o Grupo 9 era destinado exclusivamente às vagas para o interior. Neste sentido, ainda não havia cotas para indígenas, uma vez que as aulas iniciaram em setembro de 2004 e alguns casos específicos em março de 2005. Os indígenas nesse período e antes dele, concorriam nas vagas destinadas ao interior, ou em outros grupos, não havia um grupo específico a eles.

O Concurso Vestibular 2005 com acesso para o ano de 2006 teve 3.519 vagas²⁸ para cursos de Graduação subdivididas em 1.291 vagas em cursos ministrados em Manaus, 2.228 vagas em cursos ministrados nos municípios de Parintins, Tefé, Tabatinga, Boca do Acre, Carauari, Coari, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Manicoré, Maués, Presidente Figueiredo e São Gabriel da Cachoeira. Destas, 146 vagas destinadas a candidatos indígenas no Grupo 10. Nesse vestibular havia 11 Grupos, no qual o último era destinado a professores da Rede Pública de Ensino de municípios do interior do Estado.

O Governo do Estado do Amazonas ofereceu no concurso vestibular 2007 para acesso em 2008, 3.820 vagas para cursos de Graduação, sendo 1.684 vagas em cursos ministrados em Manaus e 2.136 vagas em cursos ministrados em Itacoatiara, Parintins, Tefé, Tabatinga, Boca do Acre, Careiro Castanho, Carauari, Coari, Eirunepé, Humaitá, Lábrea, Manacapuru, Manicoré, Maués, Presidente Figueiredo e São Gabriel da Cachoeira.

As 170 vagas são excedentes e são preenchidas exclusivamente pelos candidatos do Grupo 10, que comprovem pertencer a etnia indígena no Estado do Amazonas, por certidão de registro administrativo passada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), vedado o preenchimento por qualquer outra forma ou candidato. A Universidade do Estado do Amazonas ofereceu no Vestibular 2008/2009, 3.865 vagas²⁹ para cursos de graduação, sendo 120 vagas em cursos ministrados em Manaus e 2.482 vagas em cursos ministrados no interior

²⁸ Edital Disponível em: < <http://data.uea.edu.br/ssgp/vestibular/750-3.pdf>> Acesso em 01 set.2017.

²⁹ Edital Disponível em: < <http://data.uea.edu.br/ssgp/vestibular/746-17.pdf>> Acesso em: 01 set. 2017.

do Estado do Amazonas e 173 vagas destinadas para indígenas. Os candidatos de etnias indígenas do Estado do Amazonas pertenciam ao Grupo 10, FGV que realiza o certame.

Ao passo que foi oferecido pela UEA o Vestibular 2010/2011, com 3.780 vagas³⁰ para cursos de graduação, sendo 1.430 vagas em cursos ministrados em Manaus e 2.180 vagas em cursos ministrados no interior do Estado do Amazonas e 170 vagas destinadas para indígenas. Os candidatos de etnias indígenas do Estado do Amazonas pertenciam ao Grupo 10, cujo candidato tinha que pertencer a uma das etnias indígenas do Estado do Amazonas, comprovando através da certidão do registro administrativo expedida pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

A Universidade do Estado do Amazonas ofereceu no Vestibular 2011/2012, 5.060 vagas³¹ para cursos de graduação, sendo 1.690 vagas em cursos ministrados em Manaus e 3.100 vagas em cursos ministrados no interior do Estado do Amazonas e 270 vagas destinadas para indígenas. Os candidatos de etnias indígenas do Estado do Amazonas pertenciam ao Grupo 10, haja vista que possuía 11 grupos e o último era destinado à servidores públicos estatutário da União e do Amazonas que não se encontrava matriculado em um curso superior.

Grupo 10: Candidato que pertencer a uma das etnias indígenas do Estado do Amazonas comprove essa condição com certidão do registro administrativo expedida pela FUNAI, e

1. não estar cursando curso superior em instituição pública, NO ATO DA MATRÍCULA.

A Universidade do Estado do Amazonas oferece, no acesso 2012/2013 do Vestibular, 3.569 vagas³² para cursos de graduação, sendo 1.675 vagas em cursos ministrados nas unidades acadêmicas de Manaus e 1.730 vagas em cursos ministrados nas unidades do interior do Estado e 164 vagas destinadas

³⁰ Edital Disponível em: < <http://data.uea.edu.br/ssgp/vestibular/326-1.pdf>> Acesso em: 01 set. 2017.

³¹ Edital Disponível em: < http://download.uol.com.br/vestibular2/edital/uea_2012.pdf> Acesso em: 01 set.2017.

³² Edital Disponível em: < http://download.uol.com.br/vestibular2/edital/UEA_EDITAL_VEST_2013.pdf> Acesso em: 01 set.2017.

para indígenas. São vagas do Grupo 10, reservadas para disputa exclusivamente entre candidatos pertencentes às etnias indígenas do Estado do Amazonas, (art. 5º, *caput* e parágrafo 1º. da Lei 2.894/2004). Este grupo de acesso aos cursos da UEA caracteriza-se como política de ação afirmativa do tipo cotas étnicas.

Grupo 10 – Candidato que pertencer a uma das etnias indígenas do Estado do Amazonas e que comprove essa condição com certidão do registro administrativo expedida pela FUNAI, e

1. Tenha concluído o Ensino Médio em qualquer escola de qualquer natureza no Estado do Amazonas.

2. não tenha matrícula institucional em curso de graduação em instituição pública de ensino superior, NO ATO DA MATRÍCULA.

Em obediência ao disposto na Lei Estadual Nº 2.894/2004, as vagas ofertadas no concurso Vestibular 2013, acesso 2014, ficaram distribuídas em 11 grupos³³, no qual foram oferecidas neste Vestibular, 3737 vagas para cursos de graduação, sendo 1.305 vagas em cursos ministrados nas unidades acadêmicas de Manaus e 2.432 vagas em cursos ministrados nas unidades acadêmicas do interior do Estado e 146 vagas destinadas para indígenas.

Grupo 11: Candidato que pertence a uma das etnias indígenas do Estado do Amazonas e que comprove essa condição com certidão do registro administrativo expedida pela FUNAI, e:

1. Tenha concluído o Ensino Médio em qualquer escola de qualquer natureza no Estado do Amazonas, e

2. NO ATO DA MATRÍCULA:

2.1. Não possua curso superior completo ou

2.2. Não tenha matrícula institucional em curso de graduação de instituição pública de Ensino Superior.

Já as vagas oferecidas no concurso Vestibular 2014, acesso 2015, ficaram distribuídas em 11 grupos³⁴, no qual foram oferecidas neste Vestibular, 3964 vagas para cursos de graduação, sendo 1224 vagas em cursos

³³

Disponível

em:

<<https://documento.vunesp.com.br/documento/stream/MTE5Ng%3d%3d>>Acesso em 01 set.2017.

³⁴ Disponível em: Vestibular 2014, acesso 2015< <https://www.vunesp.com.br/UEAM1401>>01 set.2017.

ministrados nas unidades acadêmicas de Manaus e 2568 vagas em cursos ministrados nas unidades acadêmicas do interior do Estado e 172 vagas destinadas para indígenas. Em obediência ao disposto na Lei Estadual Nº 2.894/2004 e Lei Estadual Nº 3972/2013³⁵ as vagas ofertadas no concurso Vestibular foram distribuídas em cursos de áreas diversas, exceto saúde (Grupos 1, 2 e 3); Cursos da área da saúde (Grupos 4, 5, 6 e 7) e Cursos diversos para candidatos de etnia indígena (Grupo 8)³⁶.

Grupo 8: Candidato que pertence a uma das etnias indígenas do Estado do Amazonas e que comprove essa condição com Certidão do Registro Administrativo expedida pela FUNAI.

Requisitos:

1. Tenha concluído o Ensino Médio no Estado do Amazonas, e
2. NO ATO DA MATRÍCULA:
 - 2.1 Não possua curso superior completo ou
 - 2.2 Não tenha matrícula institucional em curso de graduação de instituição pública de Ensino Superior.

À proporção que as vagas ofertadas no Vestibular/UEA 2015, acesso 2016, estão em obediência ao disposto na Lei Estadual Nº 2.894/2004 e Lei Estadual Nº 3.972/2013. A Universidade ofereceu no Vestibular, 2795 vagas para cursos de graduação, sendo 1239 vagas em cursos ministrados nas unidades acadêmicas de Manaus e 1428 vagas em cursos ministrados nas unidades do interior do Estado e 128 vagas destinadas para indígenas³⁷, disponíveis no Grupo 8.

O Concurso Vestibular 2016, acesso 2017 para ingresso nos cursos de graduação da UEA foi mediante nos termos da Lei Estadual Nº 2.894, de 31 de maio de 2004 e da Lei Estadual Nº 3.972, de 23 de dezembro de 2013, e da Resolução Nº 38/2015, do egrégio Conselho Universitário. Nesse Vestibular

³⁵ A Lei alterou na forma que especifica a Lei 2.894, de 31 de maio de 2004, que dispõe sobre as vagas oferecidas em concursos vestibulares pela Universidade do Estado do Amazonas.

³⁶ Ver Edital em: <<https://documento.vunesp.com.br/documento/stream/NDMxNw%3d%3d>> Acesso em: 01 set.2017.

³⁷ Ver em: Vestibular/UEA 2015, acesso 2016 < <https://www.vunesp.com.br/UEAM1504>> Acesso em: 01 set. 2017.

foram oferecidas 1950 vagas para cursos de graduação, sendo 1164 vagas³⁸ em cursos ministrados nas unidades acadêmicas de Manaus e 694 vagas em cursos ministrados nas unidades do interior do estado e 92 vagas destinadas para indígenas no Grupo 8.

Diante do Quadro 10, as vagas destinadas para Indígenas no Concurso Vestibular da UEA, consta que nos anos de 2004/2005 – 2009/2010, não houve oferta de vagas para indígenas e que 2011/2012 houve o maior número de vagas aos povos indígenas, chegando a 270.

Edital 2004/ 2005	Edital 2005/ 2006	Edital 2006/ 2007	Edital 2007/ 2008	Edital 2008/ 2009	Edital 2009/ 2010	Edital 2010/ 2011	Edital 2011/ 2012	Edital 2012/ 2013	Edital 2013/ 2014	Edital 2014/ 2015	Edital 2015/ 2016	Edital 2016/ 2017	Edital 2017/ 2018
0	146	-	170	173	-	170	270	164	146	172	128	92	139

Quadro 10 - Vagas Destinadas para Indígenas no Concurso Vestibular da UEA

Fonte: Elaborado pela Autora da Pesquisa com dados dos Editais da UEA (2017)

Vale destacar que o Grupo 8 ganha mais um item como requisito que é a comprovação que o aluno pertence a uma das etnias indígenas do Estado do Amazonas com Certidão do Registro Administrativo expedida pela FUNAI.

Grupo 8: Candidato que pertence a uma das etnias indígenas do Estado do Amazonas.

Requisitos:

1. Tenha concluído o Ensino Médio no Estado do Amazonas;
2. Comprove pertencer a uma das etnias indígenas do Estado do Amazonas com Certidão do Registro Administrativo expedida pela FUNAI; e
3. NO ATO DA MATRÍCULA:
 - 3.1 Não possua curso superior completo; ou
 - 3.2 Não tenha matrícula institucional em curso de graduação de instituição pública de Ensino Superior.

As vagas disponíveis no Vestibular/UEA 2017, acesso 2018, para ingresso nos cursos de graduação da Universidade do Estado do Amazonas

³⁸ Ver Edital em: < <https://www.vunesp.com.br/UEAM1506>> Acesso em: 01 set.2017.

nos termos da Lei Estadual Nº 2.894, de 31 de maio de 2004 e da Lei Estadual Nº 3.972, de 23 de dezembro de 2013, e da Resolução Nº 48/2017 deste Edital. São oferecidas 3.433 vagas para cursos de graduação, sendo 1122 vagas em cursos ministrados nas unidades acadêmicas de Manaus, 1932 vagas em cursos ministrados nas unidades do interior do Estado, 139 vagas destinadas para indígenas (Disponíveis no Grupo 8) e 240 vagas destinadas para Pessoas com Deficiência (PCD). Neste edital se tem 9 Grupos³⁹.

2.3 Diplomados nos cursos de Graduação e Pós-Graduação

Quando se fala de alunos indígenas diplomados nos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), se percebe que houve aumento na demanda. De acordo com dados obtidos no mês de setembro de 2017, através da Pró-Reitoria de Planejamento (Proplan/UEA).

A partir do ano de 2002 até o primeiro semestre de 2017, tem-se um total de 1.132 indígenas graduados no Amazonas, Um pós-graduado no ano de 2015 com Mestrado e até o momento nenhum indígena pós-graduado no nível de Doutorado. Os dados correspondem apenas aos ex-alunos de cursos de graduação da UEA que ingressaram pelo grupo/cota indígena.

Em concordância com dados de abril de 2017, disponíveis na página oficial da UEA no que diz respeito aos indígenas do Amazonas, há 493 alunos matriculados em cursos de Graduação. Destes, os *Ticunas, Kambebas, Caixanas e Kokamas* protagonizaram em 2012, no município de Benjamin Constant (1.118 quilômetros de distância de Manaus), um acontecimento histórico para as comunidades indígenas da região do Alto Solimões, se trata da formatura de 204 índios de sete cursos superiores promovidos pela Instituição de Ensino. A primeira turma é do curso de Licenciatura para Professores Indígenas do Alto Solimões, realizado pela UEA em parceria com o Ministério da Educação (MEC)⁴⁰.

³⁹ Ver em :< <https://documento.vunesp.com.br/documento/stream/MTAzNzEy>> Acesso em: 01 set.2017.

⁴⁰ A experiência da UEA, no caso da formação de professores indígenas, pauta-se em estudos, pesquisas e no desenvolvimento de alguns cursos: o primeiro, curso de Licenciatura plena para

A etnia com maior formação superior pela UEA é a *Kokama*. A segunda etnia com mais indígenas formados é a *Munduruku* seguida da *Baré*. Conforme dados do primeiro semestre de 2017, a Universidade possui nove alunos matriculados em cursos da Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Scripto Sensu*.

Do quantitativo de graduados indígenas, constam: dois (0%) que se graduaram em 2003, 11 (1%) em 2005 e 2008, oito (1%) em 2009, 23 (2%) em 2010, 37 (3%) em 2012, 28 (2%) em 2013, 621 (55%) em 2014, 89 (8%) em 2015, 32 (6%) em 2016 e 67 (6%) nos seis primeiros meses de 2017 (Tabela 1). Considera-se que o ano de 2014 foi onde se graduou o maior quantitativo de indígenas na UEA, mas isso ocorreu devido à formação de Pedagogos pelo Programa de Formação de Professores Indígenas (PROIND).

Modalidade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017*	Total
Graduação		2		11			11	8	23	203	37	28	621	89	32	67	1.132
Pós-Graduação - Mestrado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Pós-Graduação - Doutorado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	2	0	11	0	0	11	8	23	203	37	28	621	90	32	67	1.133

Tabela 1 - Alunos indígenas diplomados nos cursos de Graduação e Pós-Graduação

Fonte: Dados obtidos pela pesquisadora através da Proplan/UEA (2017)

Atualmente há cinco cursos vigentes na modalidade *Internet Protocol Television* (IPTV) que possuem alunos matriculados de etnia indígena: Direito, Educação Física, Gestão Pública, Letras e Gestão Comercial. Segundo Azambuja (2018) o serviço do IPTV contribui imensamente para um ensino eficaz e eficiente, se for executado corretamente e se houver tecnologia certa em todas as partes do projeto.

A interatividade proporcionada pela IPTV permite o desenvolvimento de criatividade, debates, participação ativa e autonomia na produção de conhecimentos dentro do ensino em

professores indígenas do Alto Solimões, foi oferecido em Benjamim Constant/AM, na comunidade indígena Filadélfia. Iniciou em 2007 e formou cerca de 200 professores indígenas. O curso foi uma proposta de formação de professores indígenas junto à Organização de Professores Tikuna Bilingües (OGPTB) em parceria com o Ministério de Educação (MEC) por meio do Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND). (BETTIOL, 2017, p.58).

Engenharia. Neste contexto, os alunos e professores necessitam apropriar-se da linguagem dessa nova mídia que é a IPTV. Apesar da lenta implantação do IPTV, a nova tecnologia poderá servir à Educação. (AZAMBUJA, 2018).

No contexto do acesso à informação a principal preocupação entre os pesquisados é a luta pelos direitos indígenas, e, o fato de estarem informados a respeito do mundo fora da aldeia tem primordial importância para a defesa de suas terras e sua sobrevivência. E é neste sentido que Gersem Luciano (*Baniwa*) (2006) afirma que:

Na atualidade, é evidente o desejo dos povos indígenas pela apropriação dos recursos tecnológicos para a defesa dos seus direitos e para a melhoria das condições de vida. Mas também são evidentes as dificuldades para o acesso e a apropriação adequados, os quais precisam ter como principal fundamento o fortalecimento dos conhecimentos e dos valores tradicionais, complementados e enriquecidos pelos avanços da modernidade, da ciência e da tecnologia digital. É inegável o papel dos sistemas de comunicação e de informação digital na luta pela defesa dos direitos dos povos indígenas. (LUCIANO, 2006, p. 91).

Assim como em Manaus através do PROIND, ocorreu no período de 2002 a 2004 no município de São Gabriel da Cachoeira (Distante a 852 quilômetros de Manaus) a formação de 133 professores que concluíram as seis etapas do Curso Normal Superior – CNS/Proformar I, oferecido pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Consoante o Censo Demográfico de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), São Gabriel da Cachoeira possui uma população de aproximadamente 29.947 habitantes, onde a sua maioria é indígena, que falam idiomas pertencentes a quatro troncos linguísticos distintos: *Aruak*, *Tukano* Oriental, Tupi-Guarani e *Maku*, conforme dados do Instituto Sócio-Ambiental (ISA), que destaca ainda a predominância de 22 etnias no local.

Cruz (2008) aponta que no período da formação superior, os professores assistentes atuavam em interatividade com a equipe de titulares, acompanharam, em classe, todas as atividades acadêmicas e pedagógicas, desenvolvendo as dinâmicas locais, em 61 municípios do interior do Amazonas para os indígenas.

Esse projeto inovador atingiu 7.600 professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, em 159 salas de aulas distribuídas pelos 61 municípios do interior do Estado. O CNS/Proformar tinha como propósito atender aos artigos 62, 63 e 87 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/96) e, assim, habilitar em Licenciatura Plena todos esses professores. (CRUZ, 2008, p.11).

Nesse bojo, Cruz (2008, p.11) destaca ainda que as “aulas eram ministradas por uma equipe composta de cinco professores titulares, que atuavam na transmissão das aulas pela televisão, em tempo real, num estúdio localizado em Manaus”.

2.4 Curso de Pedagogia Intercultural Indígena

O curso, iniciado em 2009, teve uma carga horária total de 3.310 horas e foi oferecido de forma especial, no período de recesso acadêmico dos cursos regulares. As aulas foram realizadas nas unidades da UEA em 51 municípios do interior do Estado do Amazonas e também da capital.

O objetivo da licenciatura foi formar professores para o exercício da docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, nas diferentes modalidades de ensino e no acompanhamento do trabalho pedagógico por meio de uma perspectiva intercultural, envolvendo indígenas e povos de diversas populações tradicionais da Amazônia.

Graduaram no dia 28 de agosto de 2014, aproximadamente 1.870 acadêmicos da primeira turma do Curso Superior de Pedagogia Intercultural, do Programa de Formação de Professores Indígenas (PROIND). A cerimônia foi realizada na reitoria da universidade e transmitida por meio do Sistema Presencial de Ensino Mediado por Tecnologia (SPMT/IPTV) para os municípios onde o curso foi realizado.

A outorga de grau se deu em agosto de 2014 e formou 576 (quinhentos e setenta e seis) indígenas e 1.301 (mil trezentos e um) não indígenas, totalizando 1.877 (mil oitocentos e setenta e sete) alunos. (BETTIOL, 2017, p.118).

No dia 4 de janeiro de 2016, a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) informa o desligamento do cadastro de 34 discente da UEA (Gráfico 2), por abandono de atividades, os alunos do curso de Pedagogia Intercultural Indígena (PROIND), nos municípios de Anamã (3), Amaturá (4), Autazes (3),

Barcelos (2), Borba (1), Barreirinha (4), Beruri (1), Coari (2), Canutama (1), Humaitá (2), Manaus (1), Nhamundá (1), Parintins (2), Santo Antônio do Içá (2), Santa Isabel do Rio Negro (1), São Gabriel da Cachoeira (3), Tapuá (1), Tefé (1)⁴¹.

Essa forma de exclusão do cadastro discente da Universidade do Estado do Amazonas é aplicada ao aluno que tenha sido reprovado por falta em disciplinas ou notas abaixo da média.

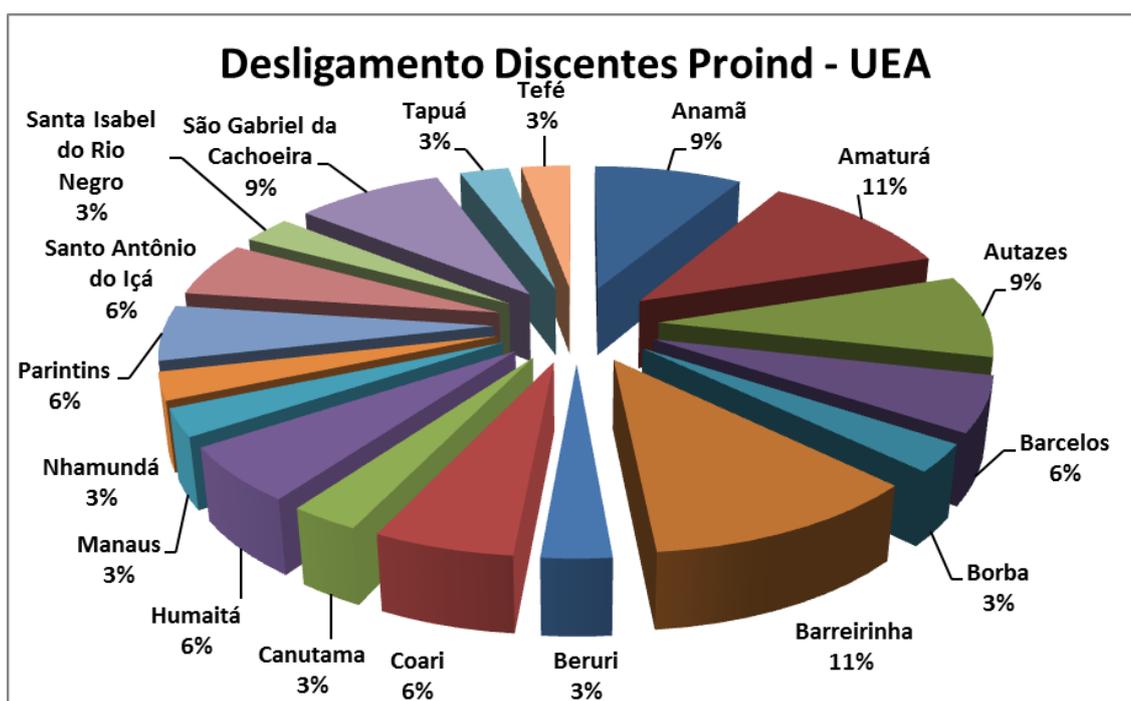


Gráfico 2 – Desligamento dos Discentes PROIND-UEA
Fonte: Elaborado pela autora (2016) a partir de dados da UEA

A Universidade, com seus valores, modos de funcionamento, nos faz refletir que o tipo de relação com o capital cultural já está internalizado, ou seja, faz parte da maneira como a equipe organizacional avalia e enxerga a aprendizagem.

A proposta de uma formação superior específica para professores indígenas no Amazonas apresenta um conjunto de elementos importantes para o fortalecimento das organizações indígenas, um contexto de lutas pelo reconhecimento dos seus

⁴¹ O desligamento toma como base a resolução nº 003/2010 - Consuniv/UEA, de 14 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o desligamento de aluno dos cursos de graduação ofertados nas modalidades de ensino presencial e ensino presencial modular.

direitos e diversidade cultural. (CARVALHO FILHO; OLIVEIRA, 2010, p.97).

A partir de dados obtidos pela pesquisadora através da coordenação do PROIND/UEA, a turma da capital amazonense foi formada por 21 estudantes indígenas de diferentes etnias e 24 não indígenas que se ocupam das mais diferentes profissões⁴². O licenciado formado pela UEA tem como campos de atuação: o exercício do magistério da Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental e gestão educacional.

Outro curso, Pedagogia com Formação em Interculturalidade (que terminou em 2014), não foi especificamente para professores indígenas, visto que atendeu também a ribeirinhos, alunos das cidades do interior e professores das escolas do campo. Alcançou professores indígenas mais de 30 diferentes povos pertencentes aos diferentes Territórios Etnoeducacionais¹⁶, na modalidade presencial, mediado por tecnologia. (BETTIOL, 2017, p.58).

A Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena da Universidade do Estado do Amazonas esteve voltada a professores que sejam índios ou não índios, mas que dominem a língua nativa, ambos sem graduação na área educacional, e que já estejam atuando como docentes em escolas ou comunidades indígenas. No período do curso, se realizou de forma semipresencial e diferenciada; as aulas ocorriam nos meses de janeiro, junho e julho pelo fato de este ser um período de recesso escolar das crianças indígenas.

2.5 Uso da Tecnologia: Do Proformar ao Centro de Mídias da SEDUC

No século XXI é de fundamental importância a utilização da tecnologia e esta vem impactando na vida da sociedade e principalmente no ensino. Diante dessas mudanças com a chegada da tecnologia educacional, o professor deve ter um perfil diferente, ou seja, aquele professor da educação tradicional acostumado com a diretividade utiliza-se da autoridade para manter a disciplina

⁴² BARROSO, Regina Barroso; BETTIOL, Célia Aparecida; AZEVEDO, Claudina Maximiano. **Retratos da Diversidade no Programa de Formação do Magistério Indígena (PROIND) da UEA.** In: XXI EPENN, 2013, Pernambuco, PE. ANAIS DO XXI EPENN. PERNAMBUCO (PE), 2013. p. 1-7. Disponível em: <http://www.epenn2013.com.br/EPENN_DISCO/Posterres/GT08/GT08_RETRATOS_DA_DIVERSIDADE.pdf> Acesso em: 15 abr. 2015.

na sala de aula e acha que somente ele é o dono do conhecimento, essa situação mudou através da chegada das tecnologias educacionais.

No Estado do Amazonas tem uma experiência desse uso através dos cursos de formação superior da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), cuja primeira experiência se deu pelo Programa de Formação e Valorização de Profissionais da Educação, uma ação governamental⁴³ que apostava nas novas tecnologias de aprendizagem, além de não estar presa às políticas tradicionais de ensino, tendo início no ano de 2001, com o vestibular para todo o Amazonas na sua primeira fase concluído em julho de 2005 e a segunda fase realizada com seleção neste mesmo ano, sendo concluída em setembro de 2008.

Através do Decreto Estadual nº 21.963, de 27 de junho de 2001, pôde-se fazer o processo de seleção via vestibular na UEA e em janeiro de 2002 as atividades iniciaram no interior do Estado para os 61 municípios e em Manaus, somente no mês de agosto do mesmo ano que teve vigência o curso.

A primeira aula da UEA, sem que ainda no seu processo de criação tivessem aparecido suas Unidades Acadêmicas, foi ministrada para os alunos do Curso Normal Superior do Proformar. Ali estava sinalizando o novo, o diferente, o que rompe com as velhas estruturas, que as desafia criando novas expectativas. Estava começando uma nova experiência em educação: o Proformar era diferente, por isso já é parte significativa da história da formação de professores em nosso Estado. (BARBOSA, 2008, p.14).

O Proformar, na sua primeira versão, ainda segundo Barbosa (2008), foi contratado pela SEDUC/AM e prefeituras do interior, mas houve muitas dificuldades, como a logística, de pessoal com formação docente adequada para atender ao sistema presencial de ensino. E com isso, a UEA foi buscando alternativas para o melhoramento do curso⁴⁴, prontamente, a

⁴³ Não é por vaidade, não é por vontade dos que construíram, mas porque ele criou um espaço de instrução, reflexão, de investigação sobre os processos educacionais. Ele demonstrou ser possível fazer educação, formar professores, sem recorrer à tentação do populismo político e manter os objetivos de uma tentação do populismo político e manter os objetivos de uma ação de estado; ele valorizou, também, a liberdade de pensamento e expressão de professores e alunos. (BARBOSA, 2008, p.13).

⁴⁴ Uma equipe do Mato Grosso foi ao Estado do Amazonas estudar as adaptações que se tinham que fazer em todo o sistema. Treinaram todo o pessoal e o Proformar entra em

Fundação Getúlio Vargas (FGV)⁴⁵ se tornou uma ponte para tentar solucionar esses empecilhos. Prontamente, optaram pela plataforma tecnológica como mediação do ensino, através de uma TV.

O gestor educacional Gedeão Amorim, no período de 1997 a 2001, exerceu a função de pró-reitor de extensão e viabilizou um ensino mediado pela tecnologia na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) com o Programa de Formação e Valorização de Profissionais da Educação (Proformar — UEA), cuja ação graduou mais de 15 mil professores da educação em nível superior. No período de 2005 a 2012 foi secretário da SEDUC, sendo autor do projeto Centro de Mídias de Educação do Amazonas. Para ele a tecnologia não apresenta empecilhos na educação, outros fatores que podem causar ruídos na comunicação feita entre docente e discente via tecnologia.

Já tive oportunidade de lecionar para indígenas em nível superior, não com as mídias hoje disponíveis e também já convivi com salas de aulas de adolescentes indígenas utilizando laboratórios de informática sem diferenciar capacidades e cognições em relação a alunos não indígenas. Isto nos permite admitir que a tecnologia por mais avançada que seja não é por si o empecilho, as dificuldades podem ser outras. (AMORIM, 2017)

“Assim chega-se à idéia de Ensino Presencial Mediado pela TV, adaptado às condições regionais, com um custo mais baixo e com maiores benefícios que os previstos no projeto anterior”, (BARBOSA, 2008, p.24). Falar e descrever sobre a tecnologia parece algo fácil, mas apesar da sua inserção na sociedade contemporânea e presente em todos os lugares, muito se tem a aprender para fazer o seu uso, principalmente no âmbito educacional.

Nota-se que 9.341 alunos/professores, foram os primeiros a ingressarem na UEA por meio do vestibular no Proformar I. Enquanto o Proformar II fez um contrato com as prefeituras dos municípios amazonenses de R\$ 20.876.145,00, beneficiando 7.221 alunos/professores. Dos mais de 15 mil

evidência no cenário amazonense. (Walmir Albuquerque Barbosa – Agosto de 2017 – em defesa de Qualificação de Joyce Karoline Pinto Oliveira Pontes).

⁴⁵ O Isae/FGV foi contratado para coordenar as equipes de: Tecnologia Educacional.

professores graduados, 551 são representantes de etnias indígenas, 153 na primeira etapa e 398 na segunda fase. Esses professores em formação são de 22 etnias indígenas, presentes em 14 municípios do Amazonas.

Proformar I (2002 – 2005)	Professores em Manaus	Professores no Interior do Estado	Turmas em Manaus	Turmas no Interior do Estado
	1.887	7.454	44	162

Tabela 2 - Primeira Turma Proformar/UEA

Fonte: Barbosa (2008) – Adaptado pela Autora da Pesquisa (2018).

Vale destacar que o contrato com o Instituto Superior de Administração e Economia da Fundação Getúlio Vargas (ISAE/FGV) se deu até o ano de 2004 e a UEA desenvolve um setor específico de logística, para levar provas, professores, e materiais que seriam necessários utilizar.

Barbosa (2008, p.33) conta que o custo das aulas transmitidas via TV, era inferior às despesas de um aluno regular. “Isso implica dizer que o custo médio de cada aluno de graduação pelo sistema presencial mediado pela TV, utilizado com sucesso pela UEA, foi de aproximadamente R\$ 5.619,00”. Mas com toda estrutura montada e os gastos iniciais já supriam o da segunda fase do Proformar, o custo-aluno passa a ser aproximadamente R\$ 3.000,00.

Se, na experiência de minha formação, que deve ser permanente, começo por aceitar que o *formador* é o sujeito em relação a quem me considero o objeto, que ele é o sujeito que me forma e eu, o objeto por ele formado, me considero como um paciente, que recebe os conhecimentos-conteúdos-acumulados pelo sujeito que sabe e que são a mim transferidos. Nesta forma de compreender e de viver o processo formador, eu, objeto agora, terei a possibilidade, amanhã, de me tornar o falso sujeito da “formação” do futuro objeto de meu ato formador. É preciso que, pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem formar é a ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado (FREIRE, 1996, p. 22-23).

Mas diante do contexto e a forma em promover o ensino superior cabe destacar que o ensino semipresencial para Barbosa (2008) é uma mescla de ensino presencial com o ensino a distância. “As estratégias de comunicação a

distância, fora das salas de aula, como ensino individualizado, cumprido pelo aluno solitariamente” (p.56).

Já o ensino presencial “é centrado na organização física, técnico-administrativa e na autoridade do professor” (BARBOSA, 2008, p.56). E na modalidade de ensino presencial mediado pela TV “dos discentes são exigidas as mesmas habilidades que são exigidas aos alunos presenciais tradicionais, mas acrescidas de outras, decorrentes dos processos tecnológicos utilizados” (BARBOSA, 2008, p.57).

Todos esses sistemas estão apoiados por uma estrutura de hardware distribuída pelos campi da Capital e do Interior, composta de 1.300 computadores, 180 televisores e vídeos cassetes, quadros digitais, identificação biométrica, projetores de opaco, câmaras de vídeo e um completo estúdio de televisão instalado no Prédio Samuel Benchimol, em Manaus, com transmissão de imagem, via Embratel, para todos os Municípios do Interior. (UEA, 2002, p.7).

Enfatiza-se, sobretudo que a experiência do Proformar propiciou a mediação dialógica no ensino e aprendizagem a partir da TV, mas de forma síncrona, ao contrário da Educação a Distância (EaD) que em muitas vezes utiliza fóruns, onde o aluno age de forma assíncrona⁴⁶.A tecnologia proporcionou qualidade e exigências éticas do docente conhecer os novos recursos utilizados para ministrar uma aula.

Propor inovações pedagógicas aos professores é remover a estrutura do trabalho e conscientizar-se de certas interdependências, já que, em geral, não se trata de simples substituições metodológicas, mas de importantes alterações que devem ser vistas dentro da complexidade dos encargos da função do professor e de acordo com suas possibilidades e obrigações de trabalho. (SACRISTÁN, 2000, p.238).

E surgiram atividades inovadoras no âmbito cultural, econômico, ambiental, político, entre outros, onde o docente titular atuava a distância através da mediação da TV para os 61 municípios do Amazonas (Imagem 2), uma vez que o estúdio de gravação se concentrava e se concentra até os dias atuais em Manaus, desta forma, o professor assistente auxiliava no interior os alunos, através das demandas e explicações feitas pelos docentes titulares.

⁴⁶ Termo utilizado em educação a distância para caracterizar a comunicação que não ocorre exatamente ao mesmo tempo, não-simultânea.



Imagem 2 - Transmissão de aulas à distância da UEA
Fonte: Relatório Geral da UEA (2001)

Um dos idealizadores do Proformar é o deputado Federal no Amazonas pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) da Câmara Municipal de Manaus (CMM), Professor Mestre em Administração, na Área de Concentração Políticas e Gestão Institucional, Gedeão Timóteo Amorim. O Programa graduou professores da Educação em Nível Superior com a utilização da tecnologia, se tornando uma inovação no Amazonas.

O PROFORMAR foi um projeto inicialmente produzido pela minha consultoria em 2001 para ser executado com metodologia tradicional presencial. Todavia as condições gerais não permitiam que pudesse operar tradicionalmente, entre outras coisas porque não contavam com cerca de 200 professores preparados, para cada disciplina, a cada 10 (dez) dias, para os diferentes municípios do Estado. Foi necessário, pela primeira vez, adotarmos a adoção de televisão com apoio de telefonia e faz para interações. Essa circunstância nos motivou para avançarmos com adoção das tecnologias emergentes. Portanto, esta foi minha participação e depois como coordenador. (AMORIM, 2017).

Em 2001, quando ainda estavam especulando as tecnologias existentes e eventuais cursos com a sua utilização, não foi identificada qualquer outro serviço ou aparelho eletrônico melhor que a televisão. Segundo Amorim (2017) Esse era um tempo em que a equipe estava motivada e de certo modo, obcecada por inovações, foi aí então que se obteve conhecimento sobre a emergente tecnologia do IPTV.

Ainda conforme Amorim (2017), desenvolver essa tecnologia em circuitos urbanos, com cabeamento ou mesmo com visadas de rádio, seria algo bastante tímido para algumas cidades. E se a população for avaliar quão grande seria o desafio, para atingir essas distâncias, condições atmosféricas, logísticas, incluindo instalações escolares, energia elétrica para o funcionamento das plataformas sujeitas às variações de cheias e secas da Amazônia, recursos humanos com dedicação exclusiva e fixação de residência em grande parte das comunidades, algo que só se superaria com a adoção de satélites, outro grande desafio, para organizar uma licitação pública para contratar serviços com melhor técnica e preço.

Diante desse contexto, e a evolução da disseminação do ensino desde o Proformar ao chegar ao PROIND fazendo a utilização da televisão, aliada com a tecnologia, Ramirez (2008) conceitua a infraestrutura ou arquitetura do IPTV em diversos elementos envolvidos que devem ser protegidos individualmente e como um sistema possa manter os níveis de segurança requeridos. Há três seções principais de uma infraestrutura IPTV:

1. **O *Head-End*** – Compreende todo o armazenamento de conteúdo, incluindo fontes de terceiros e conteúdos exclusivos. O *Head-End* está sob completo controle do prestador de serviços, bem como a segurança e controles de acesso. São pontos centrais de uma solução de IPTV. São as localidades onde são realizados os *injets*, isto é, onde é realizada a captura e agregação de conteúdo em nível nacional. No *Head-End* que ocorre a manipulação do conteúdo, o mesmo fornece o conteúdo para todo o sistema de IPTV e se constitui como repositório primário de conteúdo, onde se armazenam as matrizes do conteúdo sob demanda e por onde se faz a transmissão do conteúdo ao vivo.
2. **Rede de agregação** – Compreende todo o equipamento de comunicação usado para interligar o usuário final ao *Head-End*.
3. **Home End** – Compreendem nesta sessão os equipamentos de recepção na casa do usuário final, podendo ser: modem, incluindo PCs e set-top boxes, onde o conteúdo será exibido. Esta é a área em que o conteúdo de *Digital Rights Management* (DRM) é decodificada e utilizada.

Os três elementos principais da arquitetura IPTV podem ser vistos na Imagem 3, juntamente com uma representação dos componentes principais para as funções de *Vídeo on Demand* e *Vídeo Broadcast*.

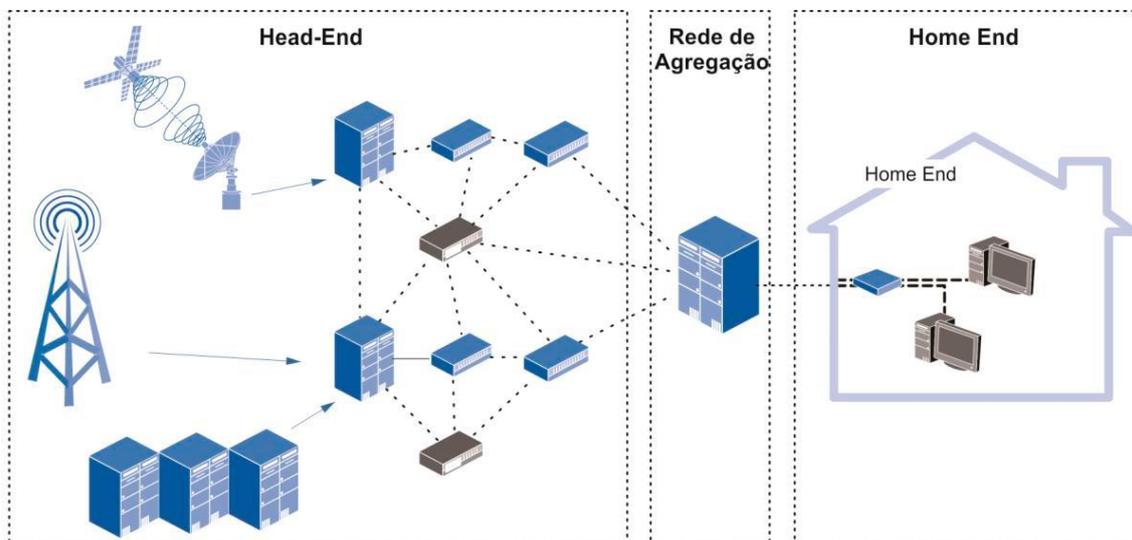


Imagem 3 - Arquitetura do IPTV
Fonte: IPTV Security (2008)

Na Amazônia, principalmente em comunidades longínquas no Amazonas, a IPTV mesmo que não funcione via Rede Mundial de Computadores (Internet), se tem como solução o uso de transmissão via satélite, mas ainda, não deixa de exigir a rede IP, pois a IPTV é um serviço multimídia, uma vez que para Azambuja (2018), é preciso ter claro que se os dados não forem entregues em redes baseadas em IP gerenciadas para prover níveis de *Quality of Service (QoS)* / *Quality of Experience (QoE)*, segurança, interatividade e confiabilidade de requisitos, não pode dizer que é um serviço de IPTV. Pode ser qualquer outro seguimento (*webtv*, *vídeo on demand*, *vídeo streaming*), menos IPTV.

Diante desse contexto, pensou-se em trazer um diferencial para o ensino no Amazonas, a equipe do professor Gedeão Amorim, que desde o ano de 2005 era o titular da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), tinha uma única condição: não errar, ou melhor, fazer uma obra prima, porque todos os processos eram novos, principalmente com a implementação em 2007, pelo Governo do Estado do Amazonas, do Centro de Mídias de Educação, que se destacou no cenário nacional e internacional pela eficácia do uso de novas tecnologias no atendimento a estudantes do ensino básico.

Finalmente com toda parafernália composta, veio a fase dos ajustes tecnológicos, do enfrentamento de fenômenos imprevistos, algo que, digamos, convencionamos o dia 11 (onze) de agosto de 2007, quando inauguramos o Centro de Mídias de Educação do Amazonas, com a presença do Ministro da Educação, exato na ocasião lançou o PNE - Plano Nacional de Educação do Brasil. (AMORIM, 2017).

O Centro de Mídias é um "case" amazonense, nas palavras de Amorim (2017), concebido, precipuamente, para cumprir o dever público de garantir educação a todos os brasileiros, no caso do Amazonas, atender demandas sociais das comunidades mais interiorizadas do Estado à época, o arranjo tecnológico era emergente (utilização do IPTV), mas, além do arranjo, o mais importante foi a concepção do "conceito de presencial mediado", que prever componentes essenciais, garantia de sucesso da aprendizagem.

Enfim, desta forma, entende-se que a IPTV com estas características, tem um grande potencial para o processo de ensino-aprendizagem, pois suas condições propiciam uma Educação efetiva e colaborativa para o meio acadêmico, principalmente na Educação do Ensino Superior. (AZAMBUJA, 2018).

As aulas eram transmitidas a partir de três estúdios localizados em Manaus, por meio de videoconferência com transmissão por satélite bidirecional⁴⁷. Nesta continuidade, se integrava a transmissão ao vivo e era totalmente interativa, sendo capaz de transmitir e receber áudio e vídeo de alta qualidade nos dois sentidos.

A finalidade inicial da SEDUC era exatamente conseguir fazer com que o Ensino Médio chegasse às comunidades mais distantes da capital amazonense, para isso, os gestores perceberam a necessidade em promover processos comunicacionais detalhados e eficazes na transmissão e recebimento da mensagem, sem que houvesse ruídos, e dividiram em professores generalistas/assistentes (um por sala), gestor escolar (um por escola), coordenador regional (um para cada município), assessores pedagógicos e professores titulares que atuavam na preparação e ministração

⁴⁷ Utiliza uma solução de treinamento IP em uma plataforma interativa de educação *online* de entrega de aplicativos. Permite a realização de testes de aprendizagem e o atendimento de outras necessidades pedagógicas na sala de aula, como a própria gravação das aulas para edição de dos objetos de aprendizagem e reprodução futura dessas aulas.

das aulas. E a equipe técnica que filmava, produzia dentro dos estúdios em Manaus (Imagem 4), como se tem até os dias atuais.



Imagem 4 - Estúdio Centro de Mídias SEDUC-AM
Fonte: SEDUC/AM (2015)

Os professores titulares eram arregimentados no município onde seria lotado, com capacitação, treinamento e acompanhamento permanente. A programação inicial das aulas predominava a preparação dos conteúdos. Desta forma, a tecnologia deve ser apresentada como recurso para os saberes e práticas pedagógicas aos professores universitários, ampliando o acesso ao conhecimento do discente.

Dentre os benefícios do uso do IPTV no PROIND/UEA, o professor titular poderia deixar arquivada sua aula após a transmissão ao vivo e caso o aluno tivesse dúvidas poderia recorrer fazendo *login* na conta de acesso restrito via *WEB*. Outra vantagem é o acesso à rede de bibliotecas digitais ou virtuais de universidades e periódicos. Discussão através de fóruns, áudio e videoconferência com monitoria *online* para o discente e um espaço de conteúdo colaborativo.

2.6 Tecnologia e a docência

Neste seguimento se percebe que tecnologia e seu avanço é sem dúvida uma das marcas do tempo atual, atingindo todos os setores da

sociedade e o professor deve estar preparado de fato com o que vai contribuir para a prática pedagógica. E como foi uma experiência que deu certo para a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) com o Proformar e no Centro de Mídias da SEDUC, surge em 2009 a proposta do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural, que teve como objetivo disponibilizar um suporte das atividades onde o professor titular responsável pelo ensino e pela pesquisa, recorrendo a videoconferências, por meio da Internet, cuja finalidade era ministrar seu conteúdo, hospedado no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) com a plataforma IPTV (*Internet Protocol Television*).

As aulas do PROIND eram transmitidas ao vivo pelo Centro de Mídias da SEDUC. Havia um professor assistente presente em cada município, cujo objetivo era atender ao aluno que se encontrava com dúvida, e para organizar a transmissão que era feita em sala de aula da unidade acadêmica de ensino. (SOUZA, 2014)⁴⁸.

Mas enquanto houve a formação pelo PROIND, ainda pelo Centro de Mídias da SEDUC, o docente, colocava à disposição dos graduandos atividades como fóruns, *chats*, visualização de vídeos, *download* de apostilas em *Portable Document Format* (PDF), apresentações em *Power Point*.

O IPTV possui uma lista de usuários com moderação de canais que são representados pela cor laranja no IPTV, ou seja, *logins* particulares subdivididos em: CMEAtende, CMETransmit, CMEIlha, CMESistema, Suporte Técnico, Monitoramento e CMEPedag. Os *logins* na cor verde representam os professores presenciais que se encontram *online* e mostra para a equipe no estúdio o nome deste docente, a localização geográfica, bem como o nome do curso/instituição. Um dos problemas que podem acontecer é o *login* deste professor ficar em negrito para a equipe do estúdio, quando isso acontece é devido alguma configuração realizada pelo próprio docente no sistema como, por exemplo, a atribuição de uma senha incorreta de acesso.

Caso ocorra, cabe ao docente entrar em contato imediatamente com o CMEAtende que encaminhará para o CMESuporteTecnico, porque caso

⁴⁸ Coordenadora do PROIND/UEA

contrário, a equipe do estúdio não terá como saber quem é o titular que está solicitando algum tipo de demanda como interação, por exemplo.

Se acontecer algum problema como falhas no microfone, *chat* ou câmera por exemplo, o *login* Monitoramento, que é um suporte proativo no canal vai captar essa informação tratando a falha antes que ocorra algo mais sério. Posteriormente, o *login* SuporteTecnico do IPTV pode entrar em contato com os professores ou vice-versa, caso haja percepção de alguma falha técnica durante a execução da aula ministrada. O docente também pode fazer o registro da falha direto com a central de atendimento, por meio do *login* CMEAtende. Portanto, é de suma importância que aconteça o *feedback*.

Dentre as funcionalidades dos *logins*, que são o canal de comunicação do professor com o estúdio no Centro de Mídias, segue uma breve explicação:

Login CMEAtende - É responsável pelo envio de material via IPTV, por onde todos assistem as aulas. É importante destacar que o material também é enviado via *e-mail*, caso ocorra algum problema com o equipamento IPTV. O *login* CMEAtende monitora o *chat* público voltado ao ensino, todos áudios e imagens da transmissão, desde o momento em que se inicia a aula.

Login CMESistemas- É responsável pelo material enviado via *e-mail*.

Login CMESuporteTecnico – É responsável pelo equipamento que está dentro da sala de aula e acesso à *WEB*. Instrui o professor para tentar resolver o problema. Para cada situação não solucionada, o professor entra em contato com a central de atendimento técnico, através de *e-mail*, *WhatsApp* e 0800, ou via *chat* IPTV - no *login* SuporteTecnico.

Login CMETransmit/Ilha - É um equipamento que não tem contato/conexão com os professores presenciais. São apenas bases de transmissão da aula, eles não têm como responsabilidade a interação com o docente. Queda de sinal, problemas no estúdio, indagações sobre as aulas, entre outros problemas, podem ser feitos pelo CMEAtende e CMESuporte Técnico.

Para o IPTV ter funcionalidade, o professor através de um computador abre o sistema já previamente instalado em seu computador colocando seu usuário, senha e servidor que são fornecidos pelo Suporte Técnico (Imagem 5). Caso o *login* ou a colocação de senha não seja realizada de maneira correta, o IPTV não é acessado e a turma não consegue assistir as aulas. Quando o professor quiser interagir com a sua turma em uma videoconferência, basta clicar no botão pedir a vez.

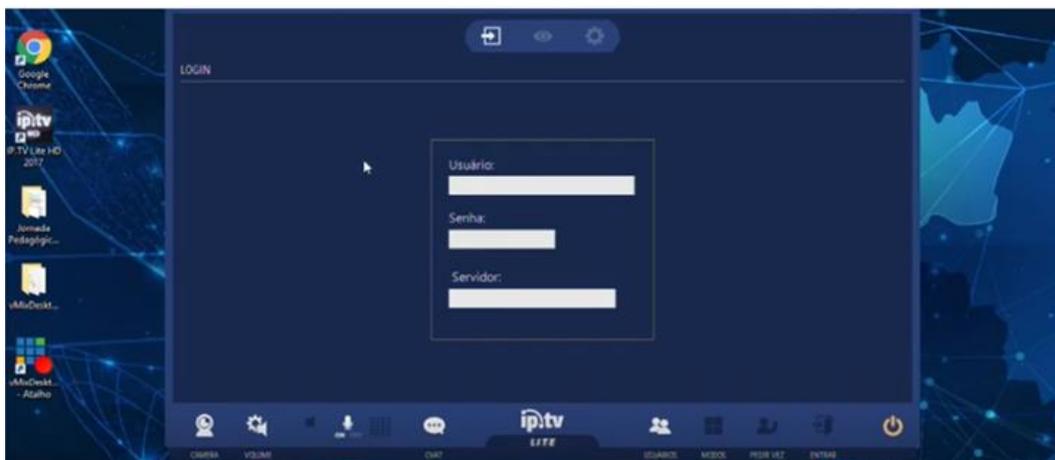


Imagem 5 - Tela de Login do IPTV

Fonte: SEDUC/AM (2019)

O perfil desse novo professor é sempre estar atualizado, se inserindo no mundo digital para ter acesso ao maior número de informações que serão repassadas aos alunos na forma de conhecimento. Se torna parceiro dos estudantes contribuindo para a formação integral deste, assim a relação professor e aluno deixa de ser vertical e se torna horizontal cujo diálogo é muito bem vindo, com garantia da autoridade, mas sem autoritarismo.

Neste sistema, as aulas eram realizadas nos turnos matutino e vespertino, totalizando uma carga horária de 8 horas diárias. As aulas pelo IPTV com os professores titulares ocorriam no período da manhã e, no período da tarde, os professores assistentes trabalhavam o aprofundamento com as turmas nas salas de aula. Outros recursos eram utilizados para a comunicação com os acadêmicos dos 52 municípios, como o chat e a interação, que ocorria todos os dias em momentos organizados pelos professores titulares (UEA, 2013)⁴⁹.

⁴⁹ UEA, **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia com Formação em Interculturalidade**, da Universidade do Estado do Amazonas, localizada em Manaus-AM. Elaborado em 2013.

A IPTV ao ser usada como um Ambiente Virtual de Aprendizagem na Educação, pode promover esta forma interessante de aprendizagem afirmado por Tori (2010) devido as suas características, permitindo obter um bom desempenho do aluno/professor na sua efetiva utilização. Por exemplo:

- ✓ Palestras, seminários e aulas podem ser transmitidos ao vivo permitindo interação audiovisual ou em texto entre várias instituições, campi, salas, etc;
- ✓ A gravação audiovisual das palestras, seminários, aulas, sincronizados com os respectivos slides de apresentação poderão ser disponibilizados aos alunos, via serviço *On Demand*;
- ✓ Criação de nichos de discussão através de fóruns, áudio e vídeo conferência, por disciplina, por área, período e por projetos. Apoiando o conceito cooperativo e colaborativo entre aluno-professor, aluno-aluno e aluno-conteúdo;
- ✓ Oferecer monitoria *online* para o aluno como já acontece em sistemas de EaD;
- ✓ Oferecer ao aluno e professor, conta de acesso restrito via web, espaço de disco virtual para conteúdo colaborativo;
- ✓ Acesso à rede de bibliotecas digitais ou virtuais das grandes universidades e periódicos;
- ✓ O professor pode deixar arquivada sua aula após a transmissão ao vivo;
- ✓ Durante a transmissão de uma aula/palestra a IPTV permite comunicação entre alunos e professores, reduzindo assim as distâncias espacial/interativa;
- ✓ Permitir o uso integrado com outras ferramentas do AVA, como por exemplo, o uso de enquetes ou avaliações em tempo real sobre os temas e conteúdos abordados;
- ✓ Permitir a integração de outras ferramentas e recursos, como: AVA (*Moodle, Teleduc, Tidia-AE*, comunidades de relacionamentos (*Facebook, e-Groups*), *Chat, Merchandising (Twitter)* entre outros; e
- ✓ Com o advento dos grandes eventos no Brasil, a transmissão do conhecimento e informação através do IPTV por profissionais ou

professores envolvidos nestes grandes projetos, será de grande ajuda para o meio acadêmico quanto para a pesquisa.

Com todos esses benefícios do IPTV, os discentes não ficavam dispersos em sala de aula. Eles tinham ainda o acompanhamento de um professor assistente (presencial), que os orientava, levando em consideração a etnia de cada um, pois existiam alunos indígenas e não indígenas. Todas as atividades eram postadas nesse ambiente, onde também se fazia o registro das notas referentes ao desempenho individual do aluno. O tutor tinha a responsabilidade em corrigir e proporcionar ao acadêmico o *feedback* de suas ações.

As salas de aula do curso eram equipadas com vários *hardwares*: TV, computador, microfone, *webcam*, telefone IP, modem, impressora, *nobreak*, através dos quais os alunos acompanhavam as aulas e realizam as atividades⁵⁰. Em face dessa prática e desse ambiente, talvez tenham sido facilmente assimilados por professores e alunos porque já há o sentimento de familiaridade entre eles em relação a esse quadro tecnológico.

Em relação ao ensino indígena no Brasil, percebemos que há avanço tecnológico com a inserção do IPTV, e também houve mudanças no pensamento do indígena a respeito da educação, conforme Luciano (2006, p.129):

Há algum tempo atrás, os povos indígenas do Brasil acreditavam que a educação escolar era um meio exclusivo de aculturação e havia certa desconfiança e repulsa quanto à escolarização. Isto está mudando. Diante das necessidades de um mundo cada vez mais globalizado, os índios julgam que a educação escolar, quando apropriada por eles e direcionada para atender às suas necessidades atuais, pode ser um instrumento de fortalecimento das culturas e das identidades indígenas e um possível canal de conquista da desejada cidadania, entendida como direito de acesso aos bens e aos valores materiais e imateriais do mundo moderno.

⁵⁰ Verificar em: UEA - Universidade do Estado do Amazonas. **Caderno 1 - O uso da Tecnologia na Plataforma da UEA Indígena.** Disponível em:<<http://www.projetos.uea.edu.br/licenciaturaindigena/blog/uploads/cadernoUEA.pdf>> Acesso em: 26 dez. 2016.

No período do Proformar, o sistema mediado pela TV não podia receber e transmitir dados simultaneamente, pois o satélite não conseguia fazer o tráfego de dados, mas atualmente e colocado em prática no curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural do PROIND, essa limitação foi superada com o sistema IPTV. Outros benefícios para a Educação através do IPTV são apontados por Tori (2010):

- ✓ Por sistemas de gerenciamentos, torna-se possível saber as ações e reações de cada um dos usuários do IPTV;
- ✓ Poderão ser realizadas pesquisas síncrona ou assíncrona, para conhecer em tempo real, a satisfação do usuário (aluno/professor) sobre temas abordados, sobre a metodologia aplicada, sobre os níveis de interação aluno-professor, sobre a aprendizagem e dificuldades de compreensão, assim como o nível de conhecimento sobre temas propostos;
- ✓ Proposta de produção coletiva de saberes em programas de edição de textos permitindo registros simultâneos, como exemplo: Google Docs;
- ✓ Incentivar os alunos a produzirem conteúdos audiovisuais através de dispositivos móveis ou filmadoras digitais e compartilharem em espaço restrito no ambiente do IPTV para análise e avaliação coletiva;
- ✓ No ambiente o usuário poderá contar com uma série de conteúdos audiovisuais, textos e livros digitais armazenados em vários servidores de compartilhamento de instituições de ensino e redes de universidades.

A docência é uma profissão de transformação humana. Quem com ela trabalha tem um objetivo relacionado à mudança que o conhecimento ensinado/aprendido vai fazer para os alunos indígenas e não indígenas. O qual diz respeito, também, ao uso do Sistema Presencial Mediado por Tecnologia (SPMT) no *Internet Protocol Television* (IPTV), onde foram depositados os conteúdos das disciplinas e atividades do curso do PROIND.

É interessante destacar que o termo Internet foi divulgado com base na expressão inglesa, *Interaction*, assim a Internet é o conjunto das centenas de redes de computadores conectados em diversos países para compartilhar a informação e, em situações especiais, diversas tecnologias. “os padrões e

normas da Internet são organicamente estabelecidos pela comunidade”. (PINHO, 2003, p.41).

Logo, cada organização instala e mantém a sua própria parte na rede, já que nenhum governo, instituição ou empresa é capaz de controlar a Rede Mundial de Computadores. Segundo Silva (2002), a Internet foi concebida em 1969, quando a *Advanced Research Projects Agency* (Arpa)⁵¹, uma organização do Departamento de Defesa Norte- Americano, focado na pesquisa de informações para o serviço militar. Posteriormente, é criada a ARPAnet, rede nacional de computadores, que servia para garantir comunicação emergencial.

O nome Internet propriamente dito, surgiu bem mais tarde, quando a tecnologia da ARPAnet, passou a ser usada para conectar laboratórios de pesquisa e universidades, inicialmente nos Estados Unidos da América (EUA), depois em outros países. E o que as redes têm em comum são os protocolos conhecidos como *Transmission Control Protocol/Internet Protocol* (TCP/IP), que permite que elas se comuniquem umas com as outras. Esse protocolo é a linguagem comum entre os computadores ou dispositivos que possuem conexão com a Internet.

[...] com o surgimento do computador, o homem teve a capacidade de armazenamento redimensionada. Foi esta inovação imprevisível que transforma a informática em um meio para criação, comunicação e simulação. (LÉVY, 1999, p.101).

Diante desse contexto, Pinho (2003), diz que o funcionamento da Internet é como uma estrada de informações, mas propriamente uma “superestrada de informação”, um mecanismo de transporte que conduz os dados por um caminho de milhões de computadores interligados. E a utilização da Internet não exige equipamento de custo de alta complexidade de manuseio, como nos tempos da ARPAnet.

Só no Brasil para se ter ideia, de acordo com dados de 2005 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o acesso à Internet triplicou entre os anos de 1999 a 2005, passando de 16,4% desde o seu surgimento no País,

⁵¹ Agência de Pesquisas e Projetos Avançados.

para 46%, um salto ao uso da Rede Mundial de Computadores. Diante desse contexto, o intelectual espanhol, Castells (2003), conceitua essa tecnologia como a nova era da informação.

(...) é um novo ambiente de comunicação. Como a comunicação é a essência da atividade humana, todos os domínios da vida social estão sendo modificados pelos usos disseminados da Internet (...) com consideráveis diferenças em suas conseqüências para a vida das pessoas (...) cultura e instituições. (CASTELLS, 2003, p. 225).

Por este ângulo, Azambuja (2018), destaca esse novo cenário educacional que utiliza a IPTV via satélite com o auxílio da Internet se torna uma nova modalidade de Educação, alinhando seu pensamento nas contribuições de Tori (2010), quando descreve o surgimento de um fenômeno de convergência entre o virtual e o presencial na Educação conhecido como *Blended Learning* (BL) se tornam notáveis, principalmente porque é tido como uma metodologia ativa cujo aluno é o centro do processo. Para Horn e Staker (2015), *blended learning* funciona como um programa de educação formal em que o aluno aprende através de conteúdos *online* com orientação e controle de quando utilizar, o local e o ritmo.

Consequentemente, essa pesquisa é sustentada a partir das experiências da UEA ao utilizar o ensino mediado pela tecnologia, como uma modalidade nova de ensinar, sem tirar o domínio do professor da sala de aula, onde o mesmo pode interagir com os alunos em qualquer parte em que se tenha um polo de ensino estruturado com os recursos tecnológicos e uma boa conexão de Internet.

E desta forma, quem sabe, possa servir de modelo e referência para cursos em nível superior, *Lato Sensu*, *Scripto Sensu*, não só no Estado do Amazonas, mas em outras localidades do Brasil. É nesse sentido, que com a reflexão sobre o acesso de indígenas à universidade, deve-se levar em conta que junto com este debate. Sobretudo, não podemos deixar de refletir sobre as dicotomias: saberes indígenas ou tradicionais e saberes científicos ou ciência ocidental, que a partir da trajetória dos acadêmicos indígenas poderemos aprimorar e aprofundar sobre o assunto.

Conseqüentemente, este estudo partiu-se do pressuposto de que o ensino em sala de aula mediado pela tecnologia é capaz de contribuir para a assimilação e propagação do conhecimento, onde não há limites para a aprendizagem, já que a IPTV traz perspectivas para a modalidade de Educação a Distância (EaD) porque a comunicação entre docente e discente se torna interativa e dinâmica.

O IPTV com suas características de uma mídia completa foi utilizada de forma satisfatória na Educação a Distância de 52 municípios amazonenses com o curso do PROIND e a videoconferência em tempo real entre docentes e discentes. As tecnologias não substituem os docentes, mas auxiliam na transformação do conhecimento, principalmente na contemporaneidade diante do ensino superior que promove a interculturalidade aos povos indígenas.

CAPÍTULO 3 – EDUCAÇÃO SUPERIOR ATRAVÉS DO PROIND

3.1 Programa de Formação do Magistério Indígena

Este terceiro capítulo pretende descrever como se deu a gestão do curso que está sob a responsabilidade do colegiado de Pedagogia da Escola Normal Superior (ENS) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), que elegeu a coordenação do Programa de Formação do Magistério Indígena (PROIND). É importante dizer que, desde 2009 e até o primeiro semestre de 2013, três diferentes coordenadoras encarregaram-se da gestão do curso.

Em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC)⁵², se pretendia cumprir a finalidade institucional centrada no trinômio: ensino-pesquisa-extensão, como estratégias que respondessem às necessidades da sociedade amazonense na busca de melhor qualificar seus recursos humanos, desenvolver suas potencialidades e garantir a qualidade de vida de seus cidadãos (PDI, 2012)⁵³.

Sendo ministrado na modalidade do Ensino Presencial Mediado por Tecnologia (EPMT), o curso de Licenciatura em Pedagogia da UEA destinado à formação de professores para as escolas indígenas fez sua oferta em caráter especial-modular, ocorrendo no período de recesso, nos meses de janeiro, fevereiro e julho. Conforme a Resolução nº 010/2010 - CONSUNIV/UEA, de 11 de maio de 2010, o curso seria destinado a professores de escolas indígenas do Ensino Fundamental, preferencialmente indígenas, conforme o item nº 1.1 do Edital nº 043/2009, que regulamentou o Processo Seletivo ao Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura Intercultural Indígena, para a ocupação das vagas disponíveis.

O Curso iniciou suas atividades no mês de agosto do ano de 2009, em 52 municípios do Amazonas, sendo realizado nos turnos matutino e vespertino, totalizando uma carga horária de oito horas diárias. Percebeu-se que a PPC vai

⁵² UEA, **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia com Formação em Interculturalidade**, da Universidade do Estado do Amazonas, localizada em Manaus-AM. Elaborado em 2013.

⁵³ UEA. **Plano de Desenvolvimento Institucional**, UEA 2017-2021. Disponível em: <<http://www.pdi.uea.edu.br/>> Acesso em 01 fev. 2018.

ao encontro das necessidades da Universidade do Estado do Amazonas que é buscar atender a aspirações dos povos indígenas do Amazonas, preservando a cultura.

Nesse sentido, discutir o modelo de educação escolar indígena passa pela dimensão cultural em que se encontra a sociedade atual, diante das transformações políticas, sociais, econômicas e ambientais que ocorrem no mundo contemporâneo. Há de se encontrar um modo para atender as necessidades pessoais e técnicas que o aluno indígena precisa para acompanhar as mudanças do mundo atual. (FREITAS, 2005, p.24).

Conforme consta no PPC, a matrícula que resultou do concurso Processo Seletivo ao Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura Intercultural Indígena apresentou um quadro discente diferente do esperado: matricularam-se 1.864 não índios (72%) e apenas 745 índios (28%)⁵⁴. Por esta razão, no ano de 2013, o curso passou por alterações e foi desenvolvido um quadro de equivalência para poder equiparar as disciplinas cursadas pelos alunos à nova proposta curricular.

Durante o processo de execução da Licenciatura em Pedagogia da UEA, foi adotada pela Coordenação Geral do Curso a produção editorial do material utilizado durante as aulas, como uma maneira de roteirizar a metodologia que seria ministrada.

Todo conteúdo das disciplinas foi pensado e elaborado pelos professores com aproximadamente seis meses de antecedência, pois todo assunto pedagógico deveria estar em concordância com a cultura de cada povo indígena e adaptado às especificidades amazônicas.

⁵⁴ As explicações apresentadas por pessoas que atuaram na matrícula indicam de que não havia indígenas com curso médio concluído em diversas localidades onde foram feitas as matrículas. Por outro lado, igualmente, não se apresentaram professores de escolas indígenas não índios em número suficiente para juntamente com os professores índios preencherem os 70% das vagas oferecidas. A proporção estabelecida no Edital de 70% para índios e professores de escolas indígenas não índios e 30% para a comunidade terminou invertida. As vagas remanescentes do Grupo I foram ocupadas por pessoas que não se enquadravam no perfil exigido para o Grupo, mas que representavam a maioria dos candidatos; eram mais de 20.000. Somente um desempenho extraordinário poderia fazer frente à avalanche representada por um contingente formado por mais de 95% dos candidatos. (PPC PROIND, 2013, p.23-25).

Conforme a coordenadora, Adria Simone Duarte de Souza (2014), foi elaborada, pela primeira Coordenação do Programa de Formação do Magistério Indígena (PROIND), uma série de cadernos com ISBN, que seriam utilizados por professores titulares, assistentes e acadêmicos dos 52 municípios do Amazonas onde se realizava o Curso (Imagem 6).

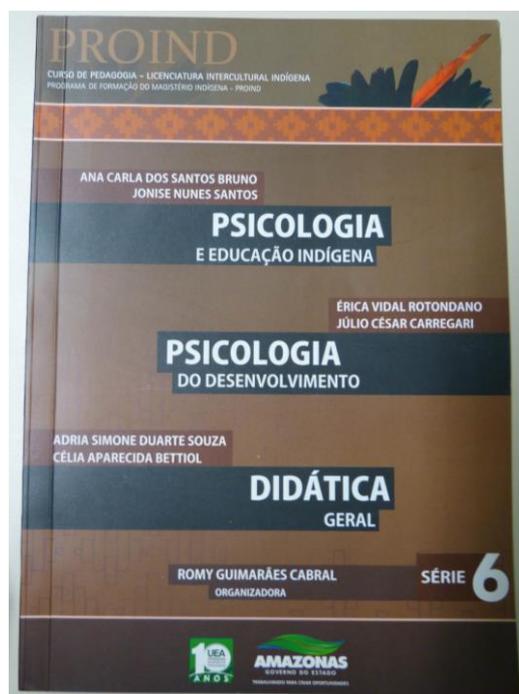


Imagem 6 - Série de cadernos PROIND/UEA
Fonte: Acervo da pesquisadora (2015)

É considerável lembrar que essa produção editorial se espelhou no Programa Especial de Formação de Professores (Proformar) realizado pela UEA no período de 2005 a 2008, nos 62 municípios amazonenses, onde a reunião de textos era organizada pelos professores contratados chamados de titulares. A princípio, esse material não foi considerado como livro, mas, sim, como apostila que era distribuída aos discentes do Curso.

Ao nascer como Universidade, a UEA teve o cuidado de criar a sua editora e registrá-la na Biblioteca Nacional com a denominação de “Edições UEA”. Assim fazendo, cumpriu as determinações legais do registro e do chamado “depósito legal” de tudo que é editado no Brasil, sob pena de o material editado ser considerado como obra clandestina. [...] Equivocadamente, as publicações iniciais do Proformar (e de outros programas como o Aprovar), contendo os conteúdos das primeiras disciplinas lecionadas no Curso Normal Superior, tomaram a

denominação de “apostilas”. (BARBOSA; RAMOS, 2008, p.101).

Conforme salientam Barbosa e Ramos (2008), somente no ano de 2005, esse material tomou o formato convencional dos livros, “com capas chamativas e miolos com diagramação apropriada aos conteúdos de cada disciplina, mas sem fugir às regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para esse tipo de publicação”.

O passo seguinte foi cumprir a lei sobre editoração, fazendo a indexação obrigatória com o ISBN obtido junto à Biblioteca Nacional mediante o depósito legal, com a indicação da Editora da UEA, que se viu ressurgida e com uma considerável produção, em curto espaço de tempo. (BARBOSA; RAMOS, 2008, p.103).

Esses materiais estão disponíveis na Coordenação do Curso do PROIND em um armário (Imagem 7), organizados por módulos. Deste modo, quando se alterou a denominação do curso, elegendo-se o título de Curso de Pedagogia, a mesma metodologia foi adotada na produção do material didático. Pensou-se em seguir o mesmo procedimento aplicado no Proformar, no quesito material pedagógico.



Imagem 7 - Série de cadernos PROIND/UEA no Armário
Fonte: Acervo da pesquisadora (2015)

Ao final do ano de 2010, ocorreu mudança na coordenação do PROIND, a qual realizou levantamento sócio-cultural para revelar as diferentes identidades coletivas presentes neste curso. Na perspectiva indígena a

identidade é algo utilizado mais na Academia, um conceito atribuído aos não índios e não se preconiza nas comunidades. Esta tem haver com a representação. Por isso, há dificuldades em se trabalhar com políticas públicas voltadas aos povos indígenas, porque o Estado brasileiro diante dos governos exige trabalhar com representantes. Mas como solicitar representantes de povos que não delegam poder? Logo, não é uma tarefa simples trabalhar o diálogo entre culturas, sociedade e civilizações.

Em conformidade com o Ministério da Educação (MEC) se pretende lançar mestrados profissionais em alfabetização, Educação Infantil, inclusão social, Educação indígena, Educação de Jovens e Adultos, Educação em direitos humanos e avaliação⁵⁵. A iniciativa pretende colocar em evidência novos cursos de pós-graduação, se diferenciando dos já oferecidos, tendo enfoque na qualificação profissional para o mercado de trabalho, e não na formação de pesquisadores ou docentes na área indígena.

De acordo com a coordenação do PROIND, as disciplinas cursadas no início possuíam a adjetivação indígena e necessitavam desta alteração para as novas finalidades a que o curso se propunha: não mais formar apenas professores para as escolas indígenas, mas, também, para as escolas interioranas, do campo e urbana. A carga horária foi fixada em 3.300 (três mil e trezentas) horas, equivalentes a 200 (duzentos) créditos (Quadro 11).

O curso realizou mobilidades acadêmicas, recebendo alunos do Curso de Pedagogia Regular. Os quais cumpriram algumas disciplinas ofertadas nos módulos de janeiro, fevereiro e julho.

Receberam-se, igualmente, alunos indígenas e não indígenas que mudaram, por razões pessoais, de município. Durante o período das aulas, utilizou-se o sistema IPTV para interação, reuniões e esclarecimentos de dúvidas dos acadêmicos junto à Coordenação Geral do Programa de

⁵⁵ Entrevista com Maria Helena Guimarães, secretária executiva do Ministério da Educação - MEC, onde fala sobre a nova política de formação de professores, incluindo residência pedagógica. Disponível em: <<https://www.facebook.com/novaescola/videos/1688373337869058/>> Acesso em 15 nov.2017.

Formação do Magistério Indígena (PROIND) e para a realização das atividades complementares do curso, conforme planejamento prévio de professores titulares, assistentes e tradutores⁵⁶.

Etapas	Carga Horária	Créditos
I	2.480	156 créditos dedicadas ao núcleo de formação básica, incluindo aulas teóricas e práticas, sendo 141 horas de práticas e 2.339 teóricas.
II	390	26 créditos destinados ao núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos, sendo 180 horas de práticas e 210 teóricas.
III	100	4 créditos dedicados ao núcleo de estudos integradores: monitorias, iniciação científica, seminários, minicursos, simpósio e outras experiências acadêmicas; projetos pedagógicos e expressão cultural.
IV	330	14 créditos de Estágio Supervisionado na formação básica magistério, priorizando a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental na rede educacional.
Total	3.300	200

Quadro 11 – Carga Horária do Curso

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2015). Dados obtidos pelo PROIND/UEA

Utilizar recursos tecnológicos em sala de aula, por exemplo, o computador, projetor, animações feitas a partir de softwares educacionais que contribuem para a formação do discente se enquadra nesse perfil de novo professor no meio digital. Esse docente também admite que não tem todas as respostas porque o mundo está em uma constante transformação e o alunos têm acesso à diversas informações na *WEB*, o docente nem sempre é o mais atualizado, então ele admite que não sabe naquele momento, mas que procurará as respostas para o questionamento feito pelos acadêmicos.

3.2 Seleção de professores para o PROIND - 2012

Foi realizado no segundo semestre de 2012, o Processo Seletivo Simplificado (PSS) para o preenchimento de 56 vagas para professor do Curso de Pedagogia- Intercultural Indígena, desenvolvido pelo Sistema de Ensino

⁵⁶ Quanto à questão linguística, o PPC (UEA, 2013) descreve que, no início, a política linguística adotada no curso contou com a presença de quatro professores tradutores das línguas Tukano, Sateré-Mawé, Tikuna e Nheengatu, em um universo de 32 povos. Com o realinhamento do curso, esta política também foi reformulada com a concessão de bolsas a alunos intérpretes culturais. A concessão de bolsas se deu pela escolha de um acadêmico falante do português e da língua materna de cada etnia presente. O escolhido incumbiu-se de mediar o diálogo entre acadêmicos, professores e turmas.(BETTIOL, 2017, p.122).

Presencial Mediado por Tecnologia, e ofertado durante o recesso acadêmico, nas unidades da UEA ou em parceria com órgãos públicos, mas que exigia a presença de professor em cada uma das localidades.

Como citado, não era feito um concurso público, mas sim um PSS, onde os interessados apresentavam seus currículos, com a comprovação dos títulos, na coordenação do PROIND, que ficava localizada na Reitoria da Universidade do Estado do Amazonas⁵⁷.

Os professores que se candidatavam deviam possuir graduação em Pedagogia, Licenciaturas, Psicologia, Letras ou áreas afins, com, no mínimo, especialização. O regime de trabalho era de 40 horas semanais, com salários que variavam de R\$ 4.130,00 a R\$ 7.500,00 (três meses de trabalho). Foi interessante verificar que nesta licenciatura se fez o uso da *Internet Protocol Television* (IPTV) nas aulas que se deram de forma presencial mediado por tecnologia, realizadas sempre nos meses de janeiro, fevereiro e julho, férias escolares (Imagem 8).



Imagem 8 – Transmissão via IPTV
Fonte: Facebook PROIND/UEA (2015)

Segundo o engenheiro elétrico e membro do Grupo de Pesquisa - Cibernética Pedagógica: Laboratório de Linguagens Digitais, Marcos Jolbert

⁵⁷ Avenida Djalma Batista, 3578, Flores - CEP: 69050-030 Manaus-AM, ou encaminhá-los para o e-mail: intercultural.PROIND@gmail.com, no horário das 8h às 18 horas, de segunda-feira a sexta-feira.

Cáceres Azambuja⁵⁸ (2018), a IPTV é um recurso poderoso que pode contribuir muito no aprendizado na Educação Superior. Primeiramente precisamos levar em conta que a IPTV não é um sistema ou um aparelho, ela é um serviço e não é uma modalidade de Educação a Distância (EaD) como muitos imaginam.

A partir das comprovações e entendimento que a IPTV é um serviço multimídia e não um organismo fixo ou um repositório de conteúdo, então é possível afirmar que a IPTV é um meio muito eficiente e eficaz para que possa acontecer a modalidade à distância. Desta forma, pode-se considerar a IPTV dentre as ferramentas educacionais *on-line* como uma das tecnologias mais apropriadas para fins educacionais, pois ela integra os recursos de mídia de massa, tornando-se uma ferramenta e serviço de grande potencial e apropriada aos processos de ensino-aprendizagem. (AZAMBUJA, 2018).

Das 56 vagas do Edital 50/2011, 1 (uma) vaga para cada um dos municípios amazonenses, entre eles: Alvarães, Amaturá, Anorí, Atalaia do Norte, Autazes, Barcelos, Barreirinha, Benjamin Constant, Boa Vista do Ramos, Boca do Acre, Borba, Caapiranga, Canutama, Caruarí, Coari, Eirunepé, Envira, Fonte Boa, Guajará, Humaitá, Ipixuna, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Japurá, Juruá, Jutai, Lábrea, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Manicoré, Marã, Maués, Nhamundá, Nova Olinda do Norte, Novo Airão, Parintins, Santa Izabel do Rio Negro, Santo Antonio do Iça, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença, São Sebastião do Uatumã, Tabatinga, Tapauá, Tefé, Tonantins e Uarini e 2 (duas) vagas para cada um dos municípios de Anamá, Beruri, Novo Aripuanã e Pauini.

Os inscritos eram submetidos à análise da documentação, de caráter eliminatório, prova didática que era uma aula ministrada pelo candidato sob tema previamente sorteado. O processo seletivo também reservava 5% das

⁵⁸ Bacharel em Desenho Industrial - Habilitação em Programação Visual - pelas Faculdades Integradas Teresa D'Avila (2008). Mestre em Ciências obtido no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica da Universidade de São Paulo - POLI/USP. Doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica da Universidade de São Paulo - POLI/USP. Membro do Grupo de Pesquisa - POLI-Edu. Grupo de pesquisa sobre a Educação em Engenharia, na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Membro do Grupo de Pesquisa - Cibernética Pedagógica: Laboratório de Linguagens Digitais. Grupo certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que pesquisa sobre as novas tecnologias e as mediações educacionais relacionados ao mundo virtual e à inclusão digital/social, tais como: "Atalhos para a Inclusão Digital"; "Educação no Ciberespaço" e "O Mundo Virtual é para Todos?". (Entrevista realizada pela pesquisadora em: 10/04/2018).

vagas para Pessoas com Necessidades Especiais (PNE). As provas eram realizadas nas unidades da UEA: Escola Normal Superior (Manaus), Centros de Estudos Superiores de Itacoatiara, Lábrea, Parintins, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé e Núcleos de Ensino Superior de Boca do Acre, Carauari, Coari, Eirunepé, Humaitá, Manicoré, Maués e Novo Aripuanã, ficando sob inteira responsabilidade do candidato seu deslocamento para o local de realização da prova.

Na Escola Normal Superior e nos Centros de Estudos Superiores de Itacoatiara, Lábrea, Parintins, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé, as provas didáticas eram presenciais e as bancas se constituíam por professores da UEA e de Instituições Públicas de Ensino. Nos Núcleos de Ensino Superior de Boca do Acre, Carauari, Coari, Eirunepé, Humaitá, Manicoré, Maués e Novo Aripuanã, as provas didáticas eram realizadas pelo sistema mediado por tecnologia, com bancas formadas por professores da UEA e de Instituições Públicas de Ensino Superior.

Após o resultado da aprovação, os candidatos convocados preenchiam um formulário de cadastro de prestação de serviços (Anexo). Os documentos necessários para a admissão eram as fotocópias do RG; PIS; Cartão de Banco e para se ter o abatimento o Imposto de Renda era solicitado a certidão de casamento e nascimento e para abatimento no INSS o último holerite. Posteriormente, o professor assinava uma declaração, declarando disponibilidade de tempo e o termo de compromisso, para participar como professor titular e assistente do curso de Pedagogia: Licenciatura Intercultural - Formação do Magistério Indígena.

3.2.1 Professores Titulares e Assistentes

Em conformidade com levantamento realizado pela pesquisadora e fornecido pela Coordenação do Programa de Formação do Magistério Indígena (PROIND) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), integraram o Curso de Licenciatura em Pedagogia, 68 professores titulares, 236 professores assistentes e 25 colaboradores que atuaram no setor administrativo, além de estagiários de curso superior.

As aulas pelo IPTV com os professores titulares segue a seguinte programação: as aulas ao vivo eram ministradas no período da manhã. No

período da tarde, os professores titulares juntamente com os professores assistentes e os alunos utilizavam o recurso, ou no *chat*, ou na interação junto às turmas, conforme planejamento e dinâmica das aulas.

Dos professores titulares, o maior quantitativo no período de 2009 a 2014 era representado por 37 Mestres (54%), seguido de 21 Doutores (31%), 04 Especialistas (6%), 01 Pós- Doutor (2%), nesse período, cinco não possuía cadastro na base e dados a Plataforma Currículo Lattes (7%), na época em que o curso foi ministrado.

Deste quantitativo, 20 são do sexo masculino (29%) e 48 do sexo feminino (71%). A formação superior que predomina é de Licenciados em Pedagogia (40%). Vale destacar que a análise foi realizada no ano de 2015, podendo estes terem obtido outro grau de ensino superior, seja ele: graduação, pós no nível *Lato Sensu* ou *Scriptu Sensu* (Quadro 12).

GRADUAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Ciências Políticas e Sociais	01	2%
Ciências Biológicas	02	3%
Ciências Sociais	03	4%
Comunicação Social	02	3%
Desenho E Plástica Bacharelado	01	2%
Direito	01	2%
Enfermagem	01	2%
Estatística	02	3%
Filosofia	03	4%
Licenciatura em Matemática	02	3%
Licenciatura em História	03	4%
Licenciatura em Informática	01	2%
Licenciatura em Ciências Físicas e Biológicas	01	2%
Licenciatura em Geografia	03	4%
Licenciatura em Ciências do Primeiro Grau	01	2%
Licenciatura em Pedagogia	25	40%
Licenciatura em Letras/ Língua Portuguesa	06	10%
Normal Superior	01	2%
Psicologia	03	4%
Turismo	01	2%
Total com cadastro do CV Lattes até 2015	63	100%

Quadro 12 - Formação Superior dos Professores Titulares

Fonte: Elaborado pela Autora da Pesquisa (2015). Dados obtidos pelo PROIND/UEA

No que diz respeito aos professores assistentes, o quantitativo maior é representado por 124 Especialistas (53%), 50 Mestres (21%), 01 Doutor e 61 não possuíam registro do Currículo na Plataforma Lattes (26%), na época em que o curso foi ministrado (2009-2014). Destes, 79 são do sexo masculino (33%) e 157 do sexo feminino (67%).

GRADUAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Administração	01	1%
Antropologia	01	1%
Ciências Econômicas	01	1%
Ciências Naturais	01	1%
Ciências Biológicas	04	2%
Ciências Sociais	14	7%
Ciência Política	01	1%
Comunicação Social	01	1%
Ciências Religiosas	01	1%
Educação Física	01	1%
Filosofia	13	7%
Licenciatura em Matemática	02	1%
Licenciatura em História	09	5%
Licenciatura em Química	01	1%
Licenciatura em Educação Artística	01	1%
Licenciatura em Geografia	09	5%
Licenciatura em Pedagogia	59	33%
Licenciatura em Letras/ Língua Portuguesa	23	13%
Normal Superior	24	13%
Psicologia	07	4%
Turismo	01	1%
Total com cadastro do CV Lattes até 2015	175	100%

Quadro 13 - Formação Superior dos Professores Assistentes

Fonte: Elaborado pela Autora da Pesquisa (2015). Dados obtidos pelo PROIND/UEA

A formação superior que predomina é de Licenciados em Pedagogia (33%), seguida de Licenciatura em Letras/ Língua Portuguesa (13%) e Normal Superior (13%) (Quadro 13).

A transmissão das aulas via IPTV feitas pelos professores titulares com o auxílio dos assistentes e tradutores em um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) permitiu a interação e comunicação entre docentes e discentes do PROIND/UEA, reduzindo assim as distâncias espacial e interativa no Estado do Amazonas, porque suas condições propiciam uma Educação efetiva e colaborativa e pode ser utilizada para futuros projetos de ensino superior que envolva as comunidades indígenas amazônicas.

3.3 Tradutores dos módulos no PROIND

Abordar que a tecnologia pode sim fazer um diferencial na educação superior indígena é um dos desafios da tese. A tecnologia favorece novos métodos de ensino e houve aceitação por parte da turma, em uma conversa informal realizada em 2014, antes da colação de grau na Escola Normal Superior (ENS) turma de Manaus, a pesquisadora em roda de conversa questionou se eles estavam adaptados com o uso do IPTV em sala de aula, e para eles não houve restrição alguma no seu uso, pelo contrário, e as aulas eram transmitidas em tempo real para os 52 municípios do Amazonas, em cada turma havia um professor assistente que auxiliava na condução da transmissão, bem como auxiliava nos questionamentos dos alunos que se tornavam protagonistas dessas mudanças metodológicas, além do tradutor que atuava em módulos nas comunidades em que se faziam presentes o curso.

Consoante ao Plano Pedagógico do Curso (PPC), a partir do 4º módulo, resolveu-se fazer um levantamento referente à questão sociolinguística, considerando os acadêmicos indígenas, para se pensar um atendimento específico acerca das línguas indígenas faladas. A partir dos resultados, foram ofertadas bolsas para alunos intérpretes (espécie de tradutores culturais, escolhidos pelos próprios acadêmicos indígenas), somando um total de 16 bolsistas, pertencentes aos povos: *Tikuna, Tenharim, Sateré-Mawé, Skariana, Marubo, Tukano, Baniwa e Baré*⁵⁹.

O acompanhamento do aluno-intérprete foi realizado pelo professor assistente e pela coordenação do Curso do Programa de Formação do Magistério Indígena (PROIND), por meio dos critérios expressos nas fichas de acompanhamento de monitoria. No 6º módulo, foram 23 tradutores que atuaram em 11 municípios do Estado do Amazonas (17%). Entre eles constam: Amaturá (1), Barreirinha (5), Benjamin Constant (3), Guajará (1), Humaitá (1), Maués (3), Nhamundá (2), Parintins (2), São Paulo de Olivença (1), São Gabriel da Cachoeira (3), Tabatinga (1), (Gráfico 3).

⁵⁹ Tal encaminhamento possibilita a articulação/reflexão e o exercício da oralidade como parte da efetivação do processo ensino-aprendizagem no contexto do curso, destacando-se a valorização das diferenças e especificidades de cada povo indígena.(PPC PROIND, s.d., p.45).

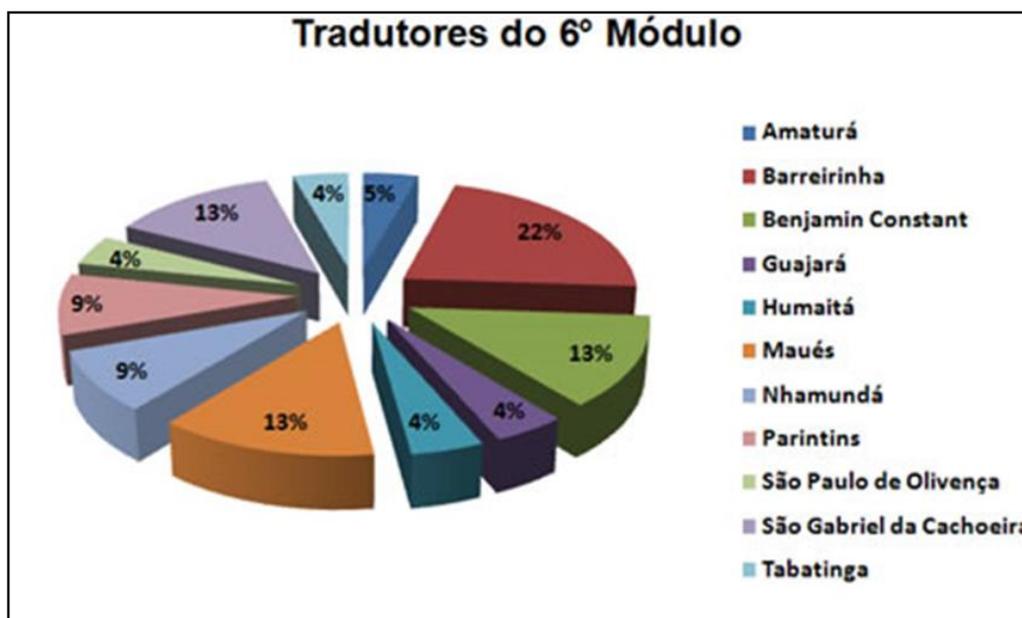


Gráfico 3 – Tradutores PROIND do 6º Módulo
Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2015).

No 7º módulo, foram 16 tradutores que atuaram em 11 municípios do Estado do Amazonas. Entre eles constam: Amaturá (1), Benjamin Constant (2), Guajará (1), Maués (2), Nhamundá (2), São Paulo de Olivença (1), São Gabriel da Cachoeira (3), Humaitá (1), Parintins (2) e Tabatinga (1) (Gráfico 4).

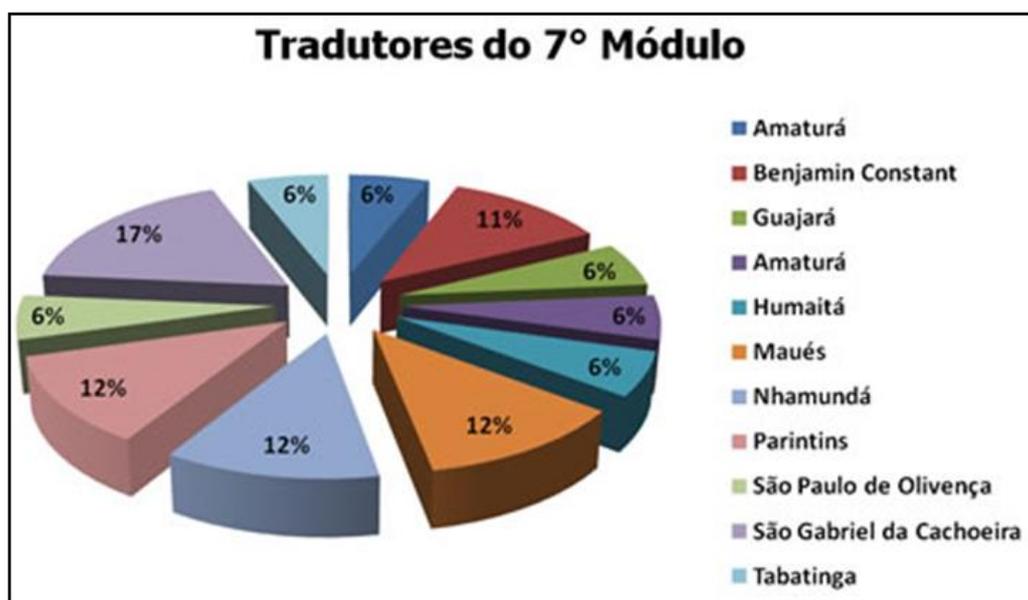


Gráfico 4– Tradutores PROIND do 7º Módulo
Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2015).

No 8º módulo, foram 16 tradutores que atuaram em 09 (nove) municípios do Estado do Amazonas. Entre eles, constam: Benjamin Constant (2), Guajará

(1), Humaitá (1), Maués (2), Nhamundá (2), São Paulo de Olivença (1), São Gabriel da Cachoeira (3), Parintins (2) e Tabatinga (2), (Gráfico 5).

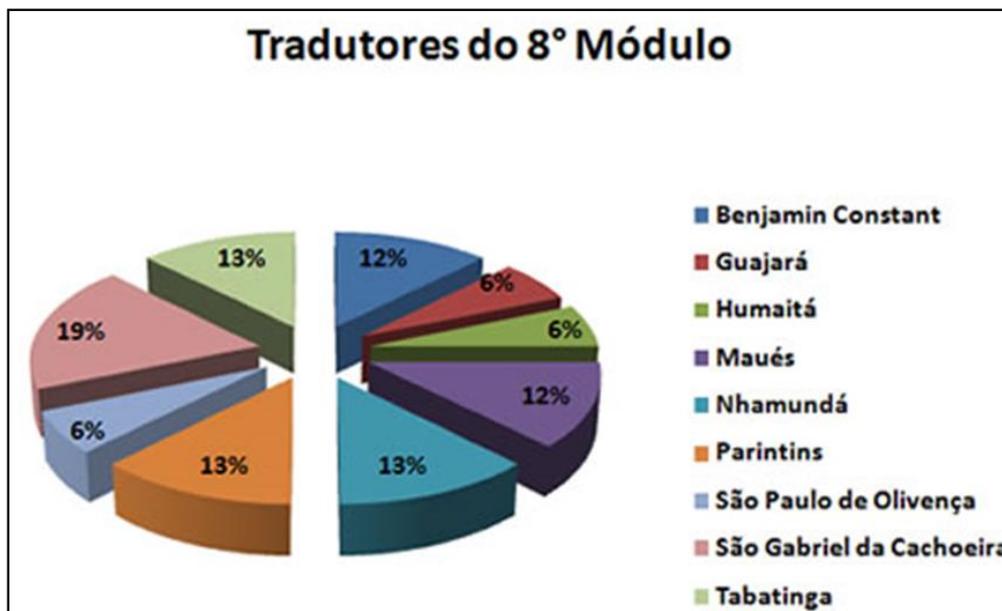


Gráfico 5 – Tradutores PROIND do 8º Módulo
Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2015).

No 9º módulo, foram 20 tradutores que atuaram em 11 municípios do Estado do Amazonas. Entre eles, constam: Amaturá (3), Benjamin Constant (2), Guajará (1), Humaitá (1), Maués (2), Nhamundá (3), Parintins (2), Santo Antônio do Içá (1), São Paulo de Olivença (1), São Gabriel da Cachoeira (3), Tabatinga (1), (Gráfico 6).

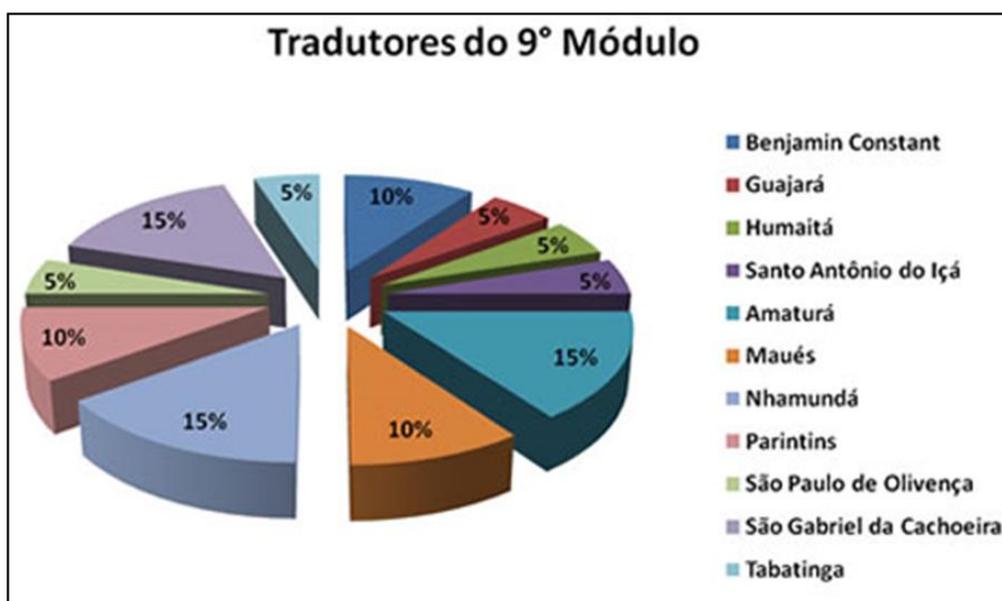


Gráfico 6 – Tradutores PROIND do 9º Módulo
Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2015)

No 10º módulo, foram 20 tradutores que atuaram em 11 municípios do Estado do Amazonas. Entre eles, constam: Amaturá (2), Benjamin Constant (2), Guajará (1), Humaitá (1), Maués (2), Nhamundá (3), Parintins (2), Santo Antônio do Içá (1), São Paulo de Olivença (1), São Gabriel da Cachoeira (3), Tabatinga (2), (Gráfico 7).

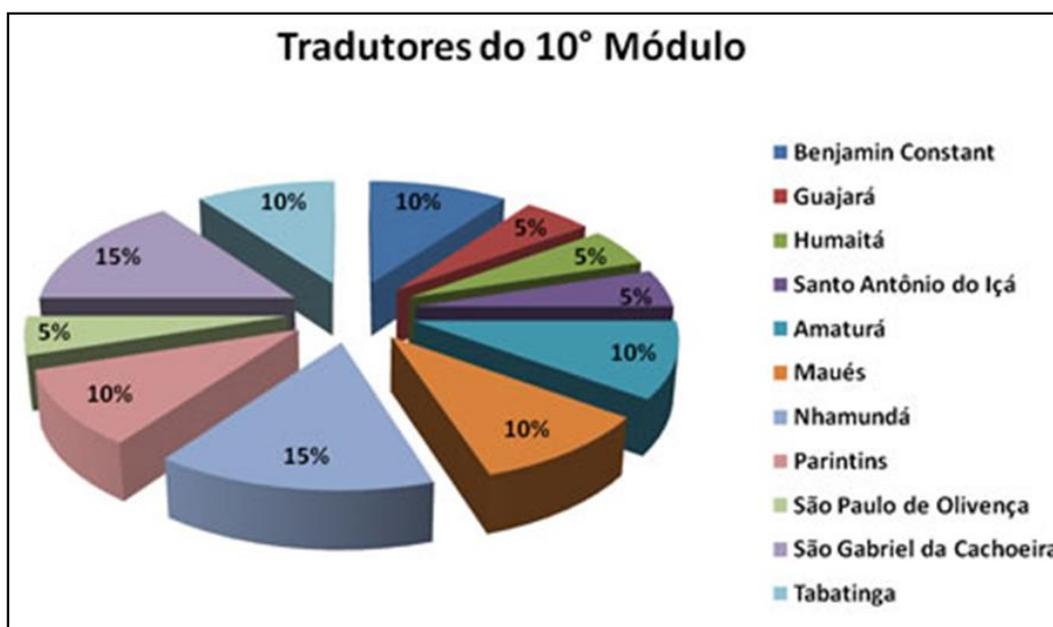


Gráfico 7 – Tradutores PROIND do 10º Módulo
Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2015)

Durante a realização da pesquisa, constatou-se que, apesar de haver acadêmicos indígenas em Manaus, não se levou em consideração a presença de tradutores na capital amazonense, o atendimento destes aos alunos se fez presente apenas em outros municípios.

3.4 Acadêmicos Indígenas Matriculados: 2009-2017

O Número de acadêmicos indígenas matriculados nos 52 municípios amazonenses, na Graduação no curso de Pedagogia - Licenciatura Intercultural Indígena (PROIND), evolutivo, 2009-2017. Em 2009 o curso teve um total de 2.601 matriculados, mas no decorrer dos anos esse quantitativo foi reduzindo. No ano de 2010 tinha 2.543 alunos, em 2011 constava 2.297, no ano de 2012 apresentava 2.194 alunos.

No ano de 2013 eram 2.017, ao passo que em 2014, ano de formação do curso, 1.449 estavam matriculados. Mas não parou por aí, mesmo após a

graduação de muitos, ainda havia 56 com matrícula ativa no ano de 2015 e foi reduzindo para 40 no ano de 2016 e em 2017 apresentava sete alunos matriculados, um do município de Tefé (distante a 523 quilômetros de Manaus), um da capital amazonense, um de Manacapuru (distante a 68 quilômetros de Manaus), um de Jutai (distante a 751 quilômetros de Manaus), um de Juruá (distante a 674 quilômetros de Manaus), um de Itacoatiara (distante a 176 quilômetros de Manaus) e um de Eirunepé (distante a 1.160 quilômetros de Manaus) (Tabela 3).

MUNICÍPIO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Alvarães	51	45	43	38	34	28	0	0	0
Amaturá	52	52	50	49	44	23	4	4	0
Anamá	50	48	46	46	45	24	3	3	0
Anori	50	48	45	44	43	43	0	0	0
Atalaia do Norte	50	50	43	41	39	38	0	0	0
Autazes	50	50	45	46	43	41	0	0	0
Barcelos	52	51	53	46	40	20	2	2	0
Barreirinha	53	53	46	45	43	24	5	4	0
Benjamin Constant	47	47	44	45	42	21	0	0	0
Beruri	50	49	44	44	42	21	1	1	0
Boa Vista dos Ramos	50	48	46	42	37	35	0	0	0
Boca do Acre	50	50	45	41	36	31	0	0	0
Borba	50	44	40	41	39	21	1	1	0
Caapiranga	50	50	45	46	44	42	0	0	0
Canutamá	50	45	40	37	33	17	1	1	0
Carauari	50	50	39	36	33	24	0	0	0
Coari	50	50	45	45	44	23	2	2	0
Eirunepé	52	43	37	30	24	13	1	1	1
Envira	49	47	43	42	37	35	0	0	0
Fonte Boa	50	48	43	42	35	31	0	0	0
Guajará	50	48	40	39	33	28	0	0	0
Humaitá	44	48	36	34	27	13	2	2	0
Ipixuna	50	43	42	42	41	34	0	0	0
Irlanduba	51	46	46	45	42	40	0	0	0
Itacoatiara	50	50	42	39	37	19	2	1	1
Itapiranga	50	49	37	34	28	26	0	0	0
Japurá	50	50	48	47	45	38	0	0	0
Juruá	50	48	45	42	40	20	1	1	1
Jutai	50	42	35	33	27	12	1	1	1
Lábrea	50	48	46	45	43	41	0	0	0
Manacapuru	51	49	45	38	33	16	1	1	1
Manaquiri	47	46	42	41	39	32	0	0	0

Manaus	51	65	51	48	21	22	21	1	1
Manicoré	52	51	48	44	39	37	0	0	0
Maraã	39	51	45	45	44	44	0	0	0
Maués	47	47	36	35	55	31	0	0	0
Nhamundá	50	49	45	45	44	22	1	1	0
Nova Olinda do Norte	50	51	50	48	45	26	0	0	0
Novo Airão	68	65	62	60	57	32	0	0	0
Novo Aripuanã	50	49	45	41	36	48	0	0	0
Parintins	52	46	40	39	36	19	2	2	0
Pauini	50	58	54	52	49	32	0	0	0
Santa Isabel do Rio Negro	50	50	45	44	42	21	1	1	0
Santo Antônio do Içá	50	49	48	45	39	19	2	2	0
São Gabriel da Cachoeira	49	47	39	40	36	18	0	3	0
São Paulo de Olivença	50	50	49	49	48	46	0	0	0
São Sebastião do Uatumã	50	49	42	42	37	29	0	0	0
Tabatinga	50	49	44	41	38	37	0	0	0
Tapauá	50	37	34	33	33	17	1	1	0
Tefé	49	50	43	41	36	18	0	1	1
Tonantins	44	44	43	42	39	38	0	0	0
Uarini	51	51	49	47	43	22	0	3	0
Total	2.601	2.543	2.297	2.194	2.017	1.449	56	40	7

Tabela 3- Alunos indígenas com matrícula ativa no PROIND 2009-2017

Fonte: Dados obtidos pela pesquisadora através da Proplan/UEA (2017)

No que diz respeito ao maior número de alunos indígenas matriculados nos municípios amazonenses no período de 2009 a 2017, constata-se que em 2009, o município que apresentava um quantitativo maior de alunos era o município de Novo Airão (distante a 115 quilômetros de Manaus), com 68 alunos matriculados.

Em Manaus eram 51, no ano de 2010, o cenário muda e Manaus foi o município que contava com o maior número de alunos, chegando a 65, mas no ano de 2011 há uma redução de 14 alunos e neste ano Novo Airão segue com a quantidade maior de alunos, 62, no ano de 2012, cai para 60, mas continua sendo considerado com o maior número de alunos.

Já no ano de 2013, Novo Airão segue com 57 alunos matriculados, em 2014 se tem 48 em Novo Aripuanã (distante a 227 quilômetros de Manaus), 21 em Manaus no ano de 2015, 2016 há quatro em Barreirinha (distante a 331 quilômetros de Manaus) e 2017 um aluno em cada município que se totalizam sete, conforme já citado acima.

3.5 TCC e Colação de Grau dos Acadêmicos

O número de alunos indígenas e não-indígenas diplomados na Graduação no curso de Pedagogia - Licenciatura Intercultural Indígena (PROIND), 2009-2017 nos 52 municípios do Amazonas, representa um total de 1.852 no ano de 2014. Em 2015, houve 182 diplomados e em 2016 e 2017 não há dados, conforme apuração feita pela pesquisadora no mês de setembro de 2017, junto à Pró-Reitoria de Planejamento (Proplan/UEA).

MUNICÍPIO	2014	2015	2016	2017
Alvarães	31	0	0	0
Amaturá	38	0	0	0
Anamã	41	0	0	0
Anori	43	0	0	0
Atalaia do Norte	38	0	0	0
Autazes	41	0	0	0
Barcelos	36	0	0	0
Barreirinha	38	3	0	0
Benjamin Constant	39	1	0	0
Beruri	39	0	0	0
Boa Vista do Ramos	35	0	0	0
Boca do Acre	0	0	0	0
Borba	38	0	0	0
Caapiranga	41	0	0	0
Canutama	32	0	0	0
Careiro Castanho	33	0	0	0
Coari	41	0	0	0
Eirunepé	22	0	0	0
Envira	35	0	0	0
Fonte Boa	31	37	0	0
Guajará	28	0	0	0
Humaitá	21	0	0	0
Ipixuna	39	0	0	0
Iranduba	40	0	0	0
Itacoatiara	33	0	0	0
Itapiranga	26	0	0	0
Japurá	43	0	0	0
Juruá	38	0	0	0

Jutaí	22	0	0	0
Lábrea	41	0	0	0
Manacapuru	29	0	0	0
Manaquiri	37	0	0	0
Manaus	40	0	0	0
Manicoré	37	81	0	0
Maraã	44	0	0	0
Maués	31	59	0	0
Nhamundá	42	0	0	0
Nova Olinda do Norte	44	0	0	0
Novo Airão	53	0	0	0
Novo Aripuanã	35	0	0	0
Parintins	33	0	0	0
Pauini	48	0	0	0
Santa Izabel do Rio Negro	40	0	0	0
Santo Antonio do Içá	34	0	0	0
São Gabriel da Cachoeira	27	0	0	0
São Paulo de Olivença	46	0	0	0
São Sebastião do Uatumã	34	1	0	0
Tabatinga	37	0	0	0
Tapauá	31	0	0	0
Tefé	32	0	0	0
Tonantins	38	0	0	0
Uarini	37	0	0	0
Total	1.852	182	0	0

Alunos não-indígenas diplomados

Fonte: Dados obtidos pela pesquisadora através da Proplan/UEA (2017)

Tabela 4 - indígenas e

De acordo com dados da Coordenação do Programa de Formação do Magistério Indígena (PROIND) da UEA, foram 632 indígenas do Estado do Amazonas que realizaram o Curso de Licenciatura em Pedagogia em 52 municípios. Entre os quais, constam: Alvarães, com 16 indígenas; Amaturá, com 16 indígenas; Anamã, com 03 indígenas; Anori, com 01 indígena; Atalaia do Norte, com 05 indígenas; Autazes, com 21 indígenas; Barcelos, com 23 indígenas; Barreirinha, com 31 indígenas; Benjamin Constant, com 25

indígenas; Beruri, com três indígenas; Boa Vista do Ramos, com 03 indígenas; Boca do Acre, com 08 indígenas; Borba, com 28 indígenas; Canutama, com 03 indígenas; Coari, com 25 indígenas; Fonte Boa, com 04 indígenas; Guajará, com 01 indígena; Humaitá, com 08 indígenas; Iranduba, com 01 indígena; Japurá, com 03 indígenas; Jutai, com 09 indígenas; Lábrea, com 25 indígenas; Manacapuru, com 05 indígenas; Manaquiri, com 02 indígenas; Manaus, com 22 indígenas; Manicoré, com 18 indígenas; Maracá, com 02 indígenas; Maués, com 25 indígenas; Nhamundá, com 15 indígenas; Nova Olinda do Norte, com 24 indígenas; Novo Airão, com 34 indígenas; Parintins, com 24 indígenas; Pauini, com 07 indígenas; Santa Isabel do Rio Negro, com 31 indígenas; Santo Antônio do Içá, com 22 indígenas; São Gabriel da Cachoeira com 23 indígenas; São Paulo de Olivença com 36 indígenas; Tabatinga, com 26 indígenas; Tapauá, com 01 indígena; Tefé, com 18 indígenas; Tonantins, com 21 indígenas e Uarini, com 14 indígenas (Imagem 9).

Dez municípios do Amazonas não tiveram alunos indígenas para frequentarem o curso de Licenciatura em Pedagogia da UEA, nos quais se incluem Caapiranga, Carauari, Eirunepé, Envira, Ipixuna, Itacoatiara, Itapiranga, Juruá, Novo Aripuanã, São Sebastião do Uatumã.



Imagem 9 – Acadêmicos PROIND/UEA
Fonte: Portal da UEA (2012)⁶⁰

⁶⁰ Imagem Disponível em UEA (2012). < <http://noticias1.uea.edu.br/noticia.php?notId=22533>> Acesso em 12 jan. 2019.

Assim, analisa-se que 84% dos municípios do Amazonas foram contemplados com o curso, à medida que 16% não fazem parte das cidades beneficiadas. No dia 28 de agosto de 2014, a Universidade do Estado do Amazonas realizou a cerimônia de colação de grau de 1.922 acadêmicos da primeira turma do Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Programa de Formação do Magistério Indígena (PROIND), nos 52 municípios do Estado.

Em 2009, havia 652 alunos indígenas e 1.956 alunos não indígenas matriculados. Destes, apenas 632 indígenas ao passo que 1.290 não indígenas se formaram em 28 de agosto de 2014, totalizando 1.922, cuja “evasão” foi de 686 discentes no Amazonas.

No município de Manaus, no ano de 2009, foram matriculados 51 alunos, dos quais 34 formaram-se em 2014, onde 22 eram indígenas e 12 não-indígenas restando 17 que desistiram, ou que foram transferidos para outro município.



Imagem 10 - Cerimônia de outorga de grau PROIND/UEA
Fonte: Roberto Carlos (AGECOM)

É importante ressaltar que o PROIND realizou, no dia 13 de março de 2014, a primeira colação de grau, em caráter especial, de um acadêmico de Manaus da etnia *Tukano* e um não-indígena, que no mesmo ano, ingressou ao mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM)⁶¹.

⁶¹ Há, também, o registro de que Marcos Raimundo Santana, acadêmico não-indígena investiu em uma nova experiência no México.



Imagem 11 – Colação de Grau de Gabriel Sodré Maia

Fonte: Portal da UEA (2014)⁶²

Esse graduado em Pedagogia Intercultural na UEA é o indígena *Tukano*, Gabriel Sodré Maia, que também é atualmente Mestre e Doutorando em Antropologia Social pela UFAM e coordenador do Curso da Língua *Yepamahs * (*Tukano*) no Centro de Medicina Tradicional (*BAHSERIKOWI'I*).

Para ele, fazer o curso superior   um requisito que os indígenas desse século precisam para um diálogo simétrico no âmbito universitário e se tornar um mestre foi fundamental. “Sinto bem, porque a academia constrói o conhecimento individual para o coletivo, assim sendo dou a minha parcela de contribui o adquirida no âmbito interiorano, ou seja, na minha comunidade de origem, que   *Tukana*”.

Como as aulas do curso de Pedagogia Intercultural da UEA aconteciam nos meses de janeiro, fevereiro e julho. No demais meses, para sustentar a família Maia teve que trabalhar como representante comercial, com o trabalho de compra e embarque de mercadorias no barco as sextas-feiras de cada semana e às vezes nas terças. Segundo ele, foram cinco anos de uma labuta incansável, até o último dia em que realizou o curso que foi no dia 28 de fevereiro de 2014.

O diálogo deve avançar no sentido de conhecer o mundo do outro, a convivência deve ser entre mundos, sociedades, entre civiliza es e não

⁶² Imagem Disponível em UEA (2012). < <http://noticias1.uea.edu.br/noticia.php?notId=31225>> Acesso em 12 jan. 2019.

apenas entre saberes, porque caso contrário, se torna utilitarista, em se apropriar do conhecimento do outro.

Na visão do pesquisador e antropólogo, João Pacheco de Oliveira, em entrevista realizada pela pesquisadora no mês de dezembro de 2016 na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), os estudos sobre os povos indígenas têm contribuído para formar muitos pesquisadores, como professores na região amazônica com os estudos antropológicos.

Alguns desses pesquisadores estudaram e/ou escreveram comigo. Eu acho que a Antropologia pode ajudar na resolução dos problemas práticos de vida dessas populações. Houve também muitas sugestões de políticas públicas, projetos, muitas formas de resolver problemas sociais. (OLIVEIRA FILHO, 2016).

Diante do contexto da produção acadêmica científica realizada pelos 22 acadêmicos de Manaus, desenvolvida no curso de Pedagogia Intercultural Indígena da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), constatou-se que os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) foram produzidos no período de setembro de 2013 a abril de 2014, no qual eram requisitos obrigatórios para a conclusão do curso.

Os grupos formaram-se por indígenas e não- indígenas e os temas escolhidos foram diversificados, mas sempre enfocando a educação no Ensino Fundamental. O TCC foi resultado das análises obtidas durante o Estágio Curricular I - realizado no período de agosto a dezembro de 2012; Estágio Curricular II - realizado no período de maio a junho de 2013 e Estágio Curricular III - realizado no período de agosto a dezembro de 2013. (PONTES, 2015, p.65).

Mas diferente de algumas instituições de ensino, a elaboração destes não se deu em forma individual, mas sim em dupla ou trio.

Dos oito TCCs realizados em Manaus, constatou-se que, entre os autores, se encontram 10 acadêmicos não indígenas e 22 de acadêmicos indígenas das etnias: *Apurinã* (2), *Baré* (4), *Tukano* (4), *Sateré-Mawé* (3), *Yanomami* (1), *Kambeba* (1), *Tikuna* (2), *Kokama* (1), *Mura* (1), *Baniwa* (1) e *Dessana* (2). (PONTES, 2015, p.66).

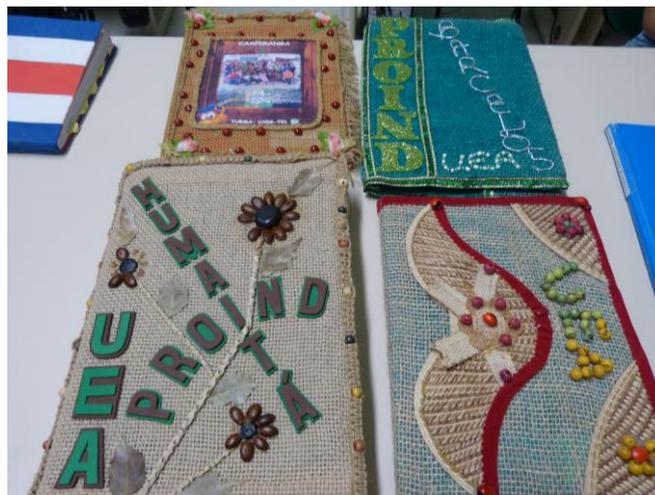


Imagem 12 – Caderno de relato confeccionado

Fonte: Acervo da Pesquisadora (2015)

Todo material de análise foi coletado com autorização da Coordenação do Programa de Formação do Magistério Indígena (PROIND) dos oito Trabalhos de Conclusão de Curso dos acadêmicos indígenas de Manaus.

A análise de conteúdo desse material contou com etapas específicas: pré-análise, análise e pós-análise. No primeiro momento, foi realizada a leitura flutuante e analítica dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), sinalizando os pontos mais relevantes. No segundo momento, uma leitura mais apurada, destacando os pontos relevantes sobre a cultura indígena na educação.

E na terceira etapa foi feito o tratamento dos resultados, a inferência, ou seja, a interpretação dos dados contidos nos Projetos de TCC, que foram organizadas em tabelas, gráfico com termos percentuais da primeira turma que iniciou o curso, e sintetizadas em categorias/descriptores.

As etnias que entregaram o TCC em Manaus foram: Aripuanã, Baré, Tukano, Sateré-Mawe, Yanomami, Kambeba, Tikuna, Kokama, Mura, Baniwa e Dessana. Ao todo foram 22 alunos indígenas do PROIND/UEA em oito Trabalhos de Conclusão de Curso realizados em dupla ou trio (Gráfico 8).

Em relação à abordagem da natureza da pesquisa utilizada nos TCCs, percebe-se que todas mencionam a utilização da abordagem qualitativa. Ressalta-se que alguns trabalhos utilizaram a técnica da entrevista e observação. No entanto, as categorias de análise nos Trabalhos de Conclusão de Curso é significativa, apesar de não haver um rigor metodológico, pois o

TCC inicialmente deveria ser ilustrado e comentado, com uma análise descritiva ordenada de acordo com pelo menos uma das quatro linhas de pesquisa estabelecidas pelo PPC, tais como: Linha 1 – Terras Indígenas e Demografia; Linha 2 – Educação Escolar e Educação Escolar Indígena; Linha 3 – Meio Ambiente e Diversidade Cultural na Amazônia e Linha 4- Língua, Artes e Culturas Indígenas.

Porém, no decorrer do curso houve alterações e apenas cinco trabalhos dos oito analisados, trataram de fato das questões indígenas, e nenhum destes especificou a linha de pesquisa a qual se direcionava. Porém, esta produção científica contribuiu para a elaboração de novas redes e processos de conhecimento na educação indígena. Os trabalhos foram confeccionados no período de setembro de 2013 a abril de 2014, pois eram requisitos obrigatórios para a conclusão do curso.

ETNIAS INDÍGENAS QUE ENTREGARAM O TCC EM MANAUS

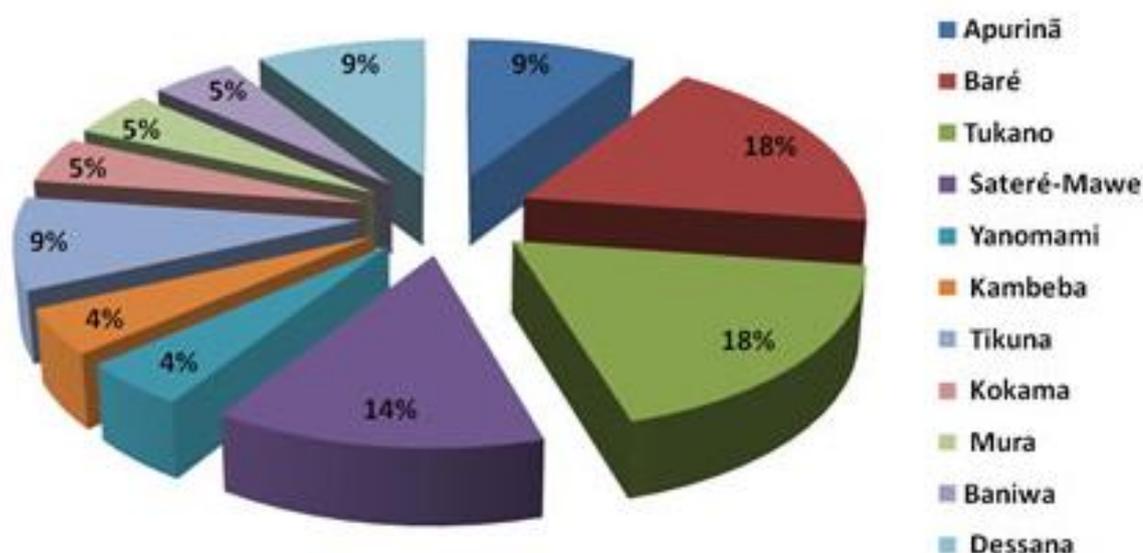


Gráfico 8 – Representação de Acadêmicos Indígenas de Manaus

Fonte: Elaborado pela Autora (2015)

Nesta lógica, o Trabalho exigido como requisito final aos acadêmicos do curso de Pedagogia Intercultural Indígena foi o Trabalho de Conclusão de Curso que foi defendido através do uso da tecnologia IPTV e teve como

subsídios os principais registros e aspectos envolvidos durante a trajetória nos Estágios I, II, III pelos acadêmicos, consoante a Resolução Nº 77/2013 do Conselho Universitário (CONSUNIV) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Art.4º A integralização curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia será efetivada com 3.310 (três mil e trezentas e dez) horas, equivalentes a 189 (cento e oitenta e nove) créditos, compreendendo: **I.** 2.880 (duas mil e oitocentas e oitenta) horas dedicadas às atividades formativas, equivalentes a 175 (cento e setenta e cinco) créditos; **II.** 330 (trezentas e trinta) horas de Estágio Supervisionado, equivalente a 14 (quatorze) créditos; **III.** 100 horas de atividades teórico-prática de aprofundamentos em áreas específicas de interesse dos alunos por meio da iniciação científica, da extensão e da monitoria dedicadas ao núcleo de estudos integradores: monitorias, seminários, simpósio e outras experiências acadêmicas e expressão cultural.

Para que as TICs cheguem a se converter um dia em uma Tecnologia Educativa que realmente transforme e melhore a educação, Sancho e Hernández (2006) esclarecem a necessidade em ampliar o olhar sobre o que significa aprender e ensinar hoje, em um mundo onde sobra informação e falta sentido e atrever-se a introduzir mudanças realmente significativas.

[...] de um lado, diferentes organismos internacionais (Unesco, OCDE, Comissão Européia, etc.) advertem sobre a importância de educar os alunos para a Sociedade do Conhecimento, para que possam pensar de forma crítica e autônoma, saibam resolver problemas, comunicar-se com facilidade, reconhecer e respeitar os demais, trabalhar em colaboração e utilizar, intensiva e extensivamente, as TIC. Uma educação orientada a formar este tipo de indivíduos requereria professores, convenientemente formados, com grande autonomia e critério profissional. Mas também escolas com bons equipamentos, currículos atualizados, flexíveis e capazes de se ligar às necessidades dos alunos. [...] (SANCHO; HERNÁNDES, 2006, p.9-10).

Todavia, não basta ter nas instituições de ensino todo um aparato tecnológico, com computadores, Internet, TV, se não houver inovação no perfil desse docente que deve ter conhecimento na aplicabilidade destes recursos tecnológicos. Dentre as TICs utilizadas no PROIND constaram: Computadores,

TVs, Câmeras de vídeo e foto, CDs e DVDs, HDs, cartões de memória, pendrive, Internet, *Wifi*.

O *Compact Disc* (CD), por exemplo, que também é uma TIC mesmo que antiga é comercializado mundialmente desde 1982, inicialmente no mercado musical e posteriormente o seu uso passou a ser para armazenamento digital de dados, substituindo os disquetes. E hoje o CD caiu em desuso com a chegada do *pendrive*, cuja patente da memória USB *Flash Drive* foi registrada em 1998. Porém o primeiro produto só surgiu no ano de 2000. No PROIND, o CD atuou no curso como um apoio ao ensino semipresencial.

Diante da chegada recente do *pendrive* e com um valor superior aos CDs, após a finalização da pesquisa dos Trabalhos de Conclusão de Curso, os acadêmicos de Pedagogia Intercultural entregaram à Coordenação do Curso, três vias do TCC impressas em encadernação simples e um arquivo digital com a gravação em CD de todos os trabalhos da turma de cada município, cumprindo o prazo de cinco dias antecedentes à data da defesa, que ocorreu nos dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 2014, em todos os 52 municípios do Estado do Amazonas, com transmissão via IPTV.



Imagem 13 – TCCs Armazenados em CDs
Fonte: Acervo da pesquisadora (2015)

Atualmente estes materiais digitais entregados pelos acadêmicos estão guardados dentro de um porta-CDs (Imagem 13) com a identificação dos alunos e municípios, além da versão impressa estar em uma caixa arquivo, no

armário da coordenação que segundo a coordenadora iria posteriormente para a biblioteca da Escola Normal Superior da UEA em Manaus.

3.6 IPTV como mediação nas aulas do PROIND-UEA

As condicionantes teóricas e percursos metodológicos percorridos e resultados obtidos deste estudo doutoral, também vem sendo abordado diante das proposições e perspectivas da educação superior indígena mediada pela Tecnologia da Informação e Comunicação na Amazônia

Durante o curso de Licenciatura em Pedagogia da UEA, os professores titulares e assistentes tinham domínio do conteúdo e as dúvidas sempre eram sanadas pelos docentes em Manaus, conforme relatos de ex-alunos. Segundo o mestre em Antropologia e egresso do PROIND, Gabriel Sodré Maia (2017), muitos alunos aproveitaram a tecnologia IPTV, além dos candidatos exclusivos do curso, outros acadêmicos da Universidade utilizaram as disciplinas para solucionar as pendências em algumas matérias e os professores titulares e os assistentes eram bem orientados.

Mas para os acadêmicos, a IPTV falhava principalmente quando se tinha fortes chuvas, pois se perdia o sinal de Internet, mesmo sendo na capital amazonense. E isso é um fato que realmente acontece, conforme a engenharia elétrica, a navegação fica lenta e com isso a conexão da Rede Mundial dos Computadores desaparece de vista dos seus usuários, devido à umidade, descargas elétricas dos raios e trovões, a propagação das ondas via cabo, satélite, rádio ou *Assymetrical Digital Subscriber Line*⁶³ (ADSL), prejudicam a propagação do sinal.

Como fundamentado, o serviço do IPTV acontece sobre a rede IP, se não existe sinal de internet o serviço não acontece. Em alguns lugares o serviço de IPTV em partes é feito via satélite, mas sempre necessitará da rede IP para a realização completa do serviço. (AZAMBUJA, 2018)⁶⁴.

Em relação ao currículo e a formação dos discentes do PROIND, as apostilas e o conteúdo repassado durante o curso, nem sempre tinham relação

⁶³ Tradução: Linha Digital Assimétrica para Assinante.

⁶⁴ Entrevista realizada em 10 de abril de 2018 com Mestre e Doutorando em engenharia com estudos voltados para IPTV no âmbito educacional no Brasil, Marcos Jolbert Cáceres.

com a realidade vivida nas comunidades indígenas amazônicas, os nomes das disciplinas fazia com que os discentes imaginassem estar aliando métodos da teoria e prática da cultura indígena, porém, não condizia com a realidade.

Nesse caso no meu ponto de vista muito pouco apresentado, ou seja, faltavam professores indígenas, apesar os professores com muito conteúdo, mas houve a desejar. (MAIA, 2017).

Segundo o gestor educacional, Gedeão Amorim, a tecnologia é, nesse contexto, semelhante à Arké, de Anaximandro⁶⁵, uma matéria amorfa, tudo dependerá dos objetos pedagógicos, das abordagens e, evidentemente, do ambiente cultural do Currículo.

Sem dúvida, a aprendizagem é a pretensão do que resulta da relação e correlação de professor e alunos, o que não prescinde de uma competência docente, competência de domínio de conteúdo a ser comunicado com a adoção de uma tecnologia facilitadora à cognição dos discentes. É possível que no processo, parte do currículo imponha outra metodologia, não midiática, como por exemplo, as práticas de vivências com alunos em sala de aula. Conclusivamente, as tecnologias midiáticas devem ser utilizadas quando melhor preencher a facilitação da aprendizagem. (AMORIM, 2017)

Na avaliação dos entrevistados desta pesquisa, a tecnologia IPTV contribuiu de forma satisfatória ao curso de Pedagogia Intercultural da UEA. Mesmo distante dos professores titulares, os alunos dos 52 municípios do Amazonas, onde houve oferta de curso, conseguiam tirar na hora as dúvidas que surgiam em sala. Estes titulares se encontravam no estúdio de TV localizado no Centro de Mídias da SEDUC em Manaus, a interação se dava de forma síncrona, além disso, contavam com o apoio dos professores assistentes. “A IPTV, ajudou o suficiente na visão peculiar, se não tivesse ajudado teria desistido como os outros, porem foi tão bom que fui o primeiro da turma a cursar o Mestrado”. (MAIA, 2017).

Atualmente a empresa VAT Tecnologia da Informação S.A., que possui contrato com a Secretaria de Educação do Amazonas (SEDUC), firmou em 2015 um contrato com a UEA, nos moldes do Centro de Mídias da SEDUC. Agora, a VAT passou a ser conhecida como Centro de Mídias da UEA. O

⁶⁵ Anaximandro de Mileto (610 a.C.- 547 a.C.) foi discípulo de Tales. Assim como seu mestre, procurou compreender o princípio (*arkhé*) que origina toda a realidade.

objetivo do contrato da Instituição com a VAT é a produção de aulas para a continuidade e operacionalização dos cursos realizados através do Sistema de Ensino Mediado pela Tecnologia, além de conteúdos de interesse da Universidade⁶⁶.

A finalidade nesta discussão é tratar sobre as concepções do ensino mediado pela tecnologia IPTV ao curso de Pedagogia Intercultural Indígena da UEA. Portanto, surge um questionamento: Qual a contribuição do uso dessa tecnologia para o ensino superior na construção do conhecimento pedagógico, é possível ter uma aprendizagem significativa? E para responder esta indagação, há contribuições de egressos e intelectuais que atuam como gestores educacionais.

Espero que muito dos indígenas busquem a cursar na área em que a pessoa sentir-se melhor, com isso teremos no futuro próximo vários profissionais atuando com dignidade sem ser menosprezado. Oxalá que ocorra mais breve possível. (MAIA, 2017).

Conforme destaca o antropólogo, Dr. João Pacheco de Oliveira Filho (2016), o grau de informação das pessoas no que diz respeito à leitura, debates, convites para cursos, participar em atividades que envolvam a população indígena têm sido gratificantes ao utilizarem a tecnologia.

No que diz respeito ao uso da tecnologia, a educação pode ser aperfeiçoada, no sentido de valorizar as culturas indígenas e do próprio empoderamento destas sociedades. (OLIVEIRA FILHO, 2016).

A IPTV no sistema educacional do PROIND fez com que houvesse a comunicação e interação satisfatória entre discentes e docentes, bem como o armazenamento e distribuição de conteúdos que eram transmitidos nas aulas, fossem realizados de maneira mais eficaz.

É uma experiência que deu tão certo há 17 anos, desde a experiência do Proformar, que outros cursos da UEA, além de servidores do Sistema de Segurança, entre Policiais Cíveis e Militares, bombeiros, Detran-AM e demais profissionais com atuação nos 61 municípios poderão, literalmente, se conectar

⁶⁶ A empresa tem sede em Rio Bonito, no Estado do Rio de Janeiro e filial na zona Oeste de Manaus.

através do Sistema Mediado por Tecnologia (IPTV), com seus respectivos comandos sediados em Manaus.

A partir dessa investigação, pontuamos que a integração das tecnologias via IPTV na defesa do Trabalho de Conclusão de Curso dos discentes do PROIND, além das aulas transmitidas a partir de módulos, contribuiu de forma reflexiva e significativa na construção participativa da aprendizagem no qual envolveu toda uma equipe: cinegrafistas, equipe de produção televisiva, técnicos de informática e eletrônica, bem como os professores que se prepararam diante das câmeras para propagar um conhecimento onde todos tenham acesso, principalmente as comunidades interioranas do Amazonas.

Tendo em vista o tema central da Tese, foi realizada a revisão da literatura para que houvesse um embasamento teórico, em seguida é feita a estruturação do método de pesquisa que usou como estratégia a pesquisa documental, seguida da análise dos dados que se transformaram em gráficos, tabelas e quadros, consolidando os resultados, além das recomendações acrescentadas nas considerações, no qual traz uma gama de possibilidades para estudos futuros.

Os resultados encontrados diante da pesquisa demonstram que o curso de Pedagogia Intercultural Indígena da UEA mediado pela tecnologia permite um ensino inovador além de motivar o acesso ao ensino-aprendizagem.

Trata-se de uma concepção de graduação inovadora cuja estruturação é fundamental e seu uso não pode ser feito de forma descontextualizada, o docente deve estar preparado possibilitando um trabalho colaborativo ampliando o interesse dos discentes que tiravam suas dúvidas sanadas na hora de forma síncrona e algumas atividades e materiais poderiam ser visualizados posteriormente de forma assíncrona.

A atuação dos professores auxiliar e titular constitui na formação *online* desse ensino semi-presencial pela construção conjunta das comunicações e dos conteúdos em AVA na EaD através do IPTV que disponibiliza vídeos, áudios, apresentações, textos, tudo isso, acrescido da possibilidade de interação entre o docente e o discente e até mesmo entre todos os alunos.

Esse intercâmbio de saberes pode ocorrer também por meio de fóruns onde o professor lança temas para debates, com o intuito de cada aluno expor sua opinião e todos acessam essas informações refletindo sobre elas.

Por meio do *chat* é possível fazer um contato em tempo real - de forma síncrona. Esses recursos podem ser utilizados em uma plataforma que permite ainda a organização do tempo, onde o aluno estuda dentro do seu ritmo para assimilar as informações. Toda essa liberdade traz a necessidade marcante do professor para dar foco e determinação ao acadêmico. Conseqüentemente, é necessário que as atividades síncronas e assíncronas possuam informações suficientes para a assimilação do aprendizado, se configurando em um movimento de diálogo entre os interlocutores no contexto EaD. Por este ângulo, a tese possibilita a compreensão de aspectos teóricos/práticos utilizados dentro da comunidade *online* em um ensino superior indígena mediado pela tecnologia através da Internet.

CONSIDERAÇÕES

O uso das tecnologias da informação e comunicação em sala de aula mudou a forma do diálogo, trabalho e expressão entre docente e discente. Ampliaram-se as competências e habilidades requeridas para inserção e integração social. No contexto amazônico, diante da proposta da Universidade do Estado do Amazonas em promover um curso de magistério superior indígena, considera-se diante da pesquisa de Doutorado, que os povos participantes dos 52 municípios, já possuíam certa experiência em suas comunidades, mesmo sem ter uma formação superior na área de licenciatura específica.

Em se tratando de Manaus, sede do curso e território escolhido para o desenvolvimento desta tese, o currículo intercultural é fundamentado no contexto das comunidades indígenas, que mesmo em minoria na frente dos outros cursistas não indígenas, cabe ao professor indígena diante do curso de Pedagogia Intercultural se graduar com o intuito em responder a esta realidade específica em suas comunidades, que se modifica conforme os aspectos do tempo e do espaço. Os povos indígenas estão chegando à Academia e este é um fato praticamente novo, apesar de parecer comum, haja vista que esta inserção do indígena nas Universidades atuado como discentes se deu principalmente a partir de 2005, onde oito universidades públicas foram as primeiras a oferecer, em 2005, cursos de licenciatura intercultural, a partir do edital do PROLIND - SESU/SECAD.

Os processos de globalização ajudam a dar visibilidade ao que antes era invisível. Os meios de comunicação, a tecnologia a partir do IPTV mediando a educação superior indígena, além de processos políticos mais abertos democráticos, auxiliam na adequação das culturas a não desaparecer. Deste modo, entende-se que esses pedagogos indígenas graduados devem planejar a formação de seus alunos a partir de projetos específicos de acordo com a cultura de cada comunidade e etnia. Após a conclusão da primeira turma, do Curso Superior de Pedagogia Intercultural da UEA, percebe-se que necessita de uma continuidade, para que outros “parentes”⁶⁷ tenham acesso à mesma

⁶⁷ Termo utilizado pelos indígenas para definir outros povos.

oportunidade que os 1.870 tiveram, lembrando que as interações interculturais dos saberes indígenas e não-indígenas, são capazes de permitir um processo cultural dinâmico, onde passa a predominar a valorização para a ampliação de um universo cultural, onde todos são beneficiados sem que haja ações subjetivas.

Nesta perspectiva, este estudo investiga a formação dos professores indígenas, a partir do Programa de Formação de Professores Indígenas (PROIND) da UEA dentro de um contexto de ensino mediado pela tecnologia e as contribuições sociais e culturais da cultura indígena para a produção de trabalhos acadêmicos. E diante dessa perspectiva, os Referenciais Curriculares para Formação do Professor Indígena incentivam estas interações e trocas de saberes, experiências e conhecimentos de culturas distintas.

Verifica-se então, que os cursos de formação dos professores, pouco a pouco, devem considerar as aulas presenciais e não-presenciais como um aprendizado eficaz que age na teoria e prática se tornando situações formativas. O cenário *online* através do IPTV ofereceu ao PROIND e pode continuar proporcionando a outros cursos em nível superior às comunidades indígenas, artefatos como *chats*, fóruns, disponibilização de conteúdos didáticos, que podem apresentar questões abertas para a colaboração e diálogo interativo entre docentes e discentes, tornando-se uma experiência coletiva na educação a distância.

Deste modo, não só os acadêmicos de Manaus, mas também dos outros municípios amazonenses podem atuar nesse aprimoramento teórico-prático das atividades que ocorrem geograficamente longínquas. No decurso da pesquisa, consideram-se os discentes como professores-pesquisadores, já que o TCC foi realizado de forma colaborativa em dupla ou trio e apresentados para uma banca de professores através do IPTV. A *WEB* acaba atuando no processo ensino-aprendizagem de forma síncrona onde o *feedback* mesmo que à distância se torna eficaz nesse processo.

Diante desses aspectos emergentes, surgem os desafios e sugestões para pesquisas futuras no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, no que diz respeito à constituição de uma linha de

pesquisa sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) operando nas comunidades tradicionais amazônicas.

Haja vista que as tecnologias se fazem presentes no cotidiano da sociedade no mundo globalizado e a EaD teve um avanço significativo principalmente a partir de 2005 com a criação do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) que se institui através do Decreto 5.800 de 8 de junho de 2006⁶⁸ e pela Lei 11.502 de julho de 2007⁶⁹, objetivando sistematizar as ações, programas, projetos, e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil, além do financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância.

Portanto, cabe a esse novo docente que vai ser filmado em um estúdio ministrando um plano de aula aos discentes não só de Manaus, mas de outros municípios amazonenses, que é necessário planejamento antes de tudo, pois apesar de parecer "fácil" o acesso à *WEB*, ainda traz dificuldades a alguns acadêmicos. O uso da tecnologia em sala de aula e principalmente no ensino superior aos indígenas como protagonistas desse processo, traz mudanças significativas na prática pedagógica.

Neste sentido, esta pesquisa irá contribuir para a ampliação dos debates acerca do ensino superior indígena que alia a tecnologia na produção do conhecimento, principalmente diante dos estudos realizados no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e de outras instituições de ensino superior.

⁶⁸ Ver em: BRASIL. **Decreto Nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm> Acesso em 01 jan. 2019.

⁶⁹ Ver em: BRASIL. **Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11502.htm> Acesso em 1 jan. 2019.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, José Vicente de Souza. **Narrativas sobre povos indígenas na Amazônia**. 2011. 215f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/49075>> Acesso em 11 abr. 2016.

ALBUQUERQUE, Leonízia Santiago de. **Educação para diversidade e cidadania**. Aida Maria Monteiro (org.). MEC-SECAD-ANPED, 2007.

AMORIM, Gedeão Timóteo. **Entrevista para a pesquisadora**. Em: 10 out. 2017.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

AZAMBUJA, Marcos Jolbert Cáceres. **A IPTV como modalidade de educação: um estudo de caso no ensino de engenharia**. 2013. Dissertação (Mestrado) –Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

AZAMBUJA, Marcos Jolbert Cáceres; GRIMONI, José Aquiles Baesso, DANTAS, Denise. **IPTV and Cultural Probes: A qualitative explorative study for the development of an interface for learning**. Proceedings of 2015 International Conference on Interactive Collaborative Learning (ICL). 20-24 September 2015, Florence, Italy.

AZAMBUJA. Marcos Jolbert Cáceres. **Entrevista para a pesquisadora**. Em: 10 abr. 2018.

BARBOSA, Walmir de Albuquerque. **Proformar e a educação Amazonas**/Walmir de Albuquerque Barbosa; José Ademir Gomes Ramos - Manaus: UEA Edições/Editora Valer, 2008.

BARROSO, Regina Barroso; BETTIOL, Célia Aparecida; AZEVEDO, Claudina Maximiano. **Retratos da Diversidade no Programa de Formação do Magistério Indígena (PROIND) da UEA**. In: XXI EPENN, 2013, Pernambuco, PE. ANAIS DO XXI EPENN. PERNAMBUCO (PE), 2013. p. 1-7. Disponível em: <http://www.epenn2013.com.br/EPENN_DISCO/Posterres/GT08/GT08_RETRATOS_D_A_DIVERSIDADE.pdf> Acesso em: 15 abr. 2014.

BASTOS, Élide Rugai; PINTO, Ernesto Renan M. F. (orgs.). **Vozes da Amazônia. Investigação sobre o pensamento social brasileiro**. Manaus: Editora da Universidade Federal da Amazônia, 2007.

BERNAL, Roberto Jaramillo. **Índios Urbanos: processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus**. Tradução de Evelyne Marie Therese Mainbourg. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2009.

BETTIOL, Célia Aparecida. **A formação de professores indígenas na universidade do estado do Amazonas: avanços e desafios** (2017). Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/151875/bettiol_ca_dr_prud.pdf?sequence=3> Acesso em 11 jan. 2019.

BOGDAN, R. BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: fundamentos, métodos e técnicas**. Porto Editora, 1994.

BOLIVAR, Antonio (Org.). **Profissão professor: o itinerário profissional e a construção da escola**. Tradução de Gilson César de Souza. Bauri, SP, EDUSC, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. **Referenciais para a formação do professores indígenas**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação Básica, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Livro.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (DE 18 DE SETEMBRO DE 1946) - **CAPÍTULO II - Da Educação e da Cultura**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm> Acesso em 16 jun. 2016.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Decreto 5.051 de 19 de abril de 2004** - OIT 169. Brasília: Presidência da República - Casa Civil, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: março 2014. (Promulga a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais - art. 26 a 31)

_____. **Ministério da Educação. Censo Escolar da Educação Básica 2012** Resumo Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf> Acesso em: 16 jun. 2016.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica**. Brasília: MEC, 2012b. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>>. Acesso em: 15 abril 2014. (Resolução CNE/CEB 5/2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.

_____. Ministério da Educação. **O Governo Brasileiro e a educação escolar indígena**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/gbee.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2016.

_____. **RESOLUÇÃO CNE/CP 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002**. Disponível em: <portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf> Acesso em 01 nov.2016.

_____. **Plano decenal de educação para todos**. Brasília: MEC, 1993 - versão acrescida 136 p.

_____.Ministério da Educação. **Parecer 14/99**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/leis2.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2016.

_____.Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

_____.Ministério da Educação. **PROLIND**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17445&Itemid=817> Acesso em: 12 jun. 2016.

_____.Ministério da Educação. **RCNEI - Referencial Curricular Nacional Educação Indígena**. Brasília: MEC/Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas, 1997.

_____.**Parâmetros Curriculares Nacionais para Ensino Médio - PCNEM**: parte III, Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Brasília: MEC, 2000.

_____.**Parecer CNE/CP 1/2002**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_212001.pdf>. Acesso em: 2016. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, graduação plena.

_____.**Plano Nacional de Educação 2001/2010 (PNE)**. Brasília: MEC, 2001b. Lei 10.172.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014/2024 (PNE)**. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 16 junho 2016. Lei 13.005/14.

_____.**PROLIND - Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas**. Portal MEC, Brasília, 24 junho 2008b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12258>. Acesso em: 16 jun. 2016.

_____.**DECRETO Nº 19.851, DE 11 DE ABRIL DE 1931**.Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19851.htm> Acesso em: 8 nov. 2016.

_____.**LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961**.Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm> Acesso em 9 nov.216.

_____.**LEI Nº 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm> Acesso em 10 nov. 2016.

_____.**RESOLUÇÃO CP N.º 1, DE 30 DE SETEMBRO DE 1999**. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp001_99.pdf> Acesso em: 9 nov. 2016.

_____.**LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971**.Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm> Acesso em: 10 nov. 2016.

_____.CAPES. **Cursos Recomendados / Reconhecidos.** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>> Acesso em: 21 jul. 2015.

_____. CGEE. **Estudos.** Disponível em: http://www.cgEE.org.br/publicacoes/mestres_e_doutores.php Acesso em: 15 jul. 2015.

_____.**MTE.** Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>> Acesso: 15 jul. 2015.

BACHELARD, Gaston, 1884-1962. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento** / Gaston Bachelard; tradução Esteia dos Santos Abreu. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BACHELARD, Gaston. **A Epistemologia.** Lisboa: Edições 70, 2010.

BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores.** 5. ed. São Paulo: Papirus, 1996.

CALVINO, Italo. **Seis propostas para o próximo milênio.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANDAU, Vera Maria. **Interculturalidade e educação escolar.** In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 1., Águas de Lindóia. Anais II ... Águas de Lindóia, SP: Vozes, 1998.

CARVALHO Jr, Almir Diniz de; NORONHA, Nelson Matos de. **A Amazônia dos viajantes: história e ciência.** Manaus. EDUA - FAPEAM, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CECCHETTI, Elcio. POZZER, Adecir. **Educação e Interculturalidade: conhecimentos, saberes e práticas descoloniais.** Blumenau: Edifurb, 2014.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política.** Tradução de Theo Santiago. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.

CLASTRES, Pierre [1934-1977]. **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política;** tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac &Naify, 2004.

CORRÊA, Juliane. **Novas tecnologias da informação e comunicação: novas estratégias de ensino/aprendizagem.** In: COSCARELLI, Carla Viana (org,). **Novas Tecnologias, Novos Textos,Novas Formas de Pensar.**3ªEd.BeloHorizonte:Autêntica,2006.

CRUZ, Jocilene Gomes. **Educação Indígena Mediada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação.** Jocilene Gomes Cruz. Manaus: UEA Edições/ Editora Valer, 2008.

DA SILVA, E. A. B.; LOVISOLO, L. **Aplicações e tendências da IPTV. T&C Amazônia.** Ano V, n. 12, 2007. Disponível em: <https://portal.fucapi.br/tec/imagens/revistas/008_ed012_aplicacoes_tendencias_IPTV.pdf>. Acesso em: 21set. 2016.

DANGELIS, Wilmar da Rocha; Apresentação, ao livro: Multiverso indígena: abordagens transdisciplinares, 03/2014, "Multiverso indígena: abordagens transdisciplinares", Outro, ed. 1, Apresentação, ao livro: Multiverso indígena: abordagens transdisciplinares.

DANIEL, Pe. João. **Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. Vol 1 e 2.

DVB. **Broadcast to Broadband: DVB IPTV Solutions**. Disponível em: <http://www.dvb.org/technology/fact_sheets/DVB-IPTV_Factsheet.pdf>. Acesso em: 5 out. 2016.

FERREIRA, R. **Educação Escolar Indígena e Etnomatemática: a pluralidade de um encontro na tragédia pós-moderna**. 2005. 245f. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

FIALHO, Maria Helena. **A Funai e o novo contexto de políticas públicas em educação Escolar Indígena: uma questão de direito à cidadania**. In: Marfan, Marilda Almeida, (org.). Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação – Formação de Professores: Educação Escolar Indígena. Brasília: MEC/SEF, 2002.

FILÉ, Valter. **Novas tecnologias, antigas estruturas de produção de desigualdades**. In: FREIRE, Wendel (org.). Tecnologia e educação: as mídias na prática docente. 2ª Ed. RiodeJaneiro:Wak,2011.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Marcos António Braga de. **Educação Escolar Indígena Realidade e Perspectiva em Roraima**. iHxtos & Debates, n. 9, p. 85 a 112, Agosto a Dezembro de 2005. Disponível em < <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/viewFile/1005/827>> Acesso em: 16 jun. 2016.

FREITAS, H. C. L. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Revista Educação e Sociedade**, vol 23, n. 80, p. 136- 167, setembro, 2002. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 16 jun. 2016.

FUNAI - Fundação Nacional do Índio. **Educação Escolar Indígena**. Disponível em: < <http://www.funai.gov.br/index.php/educacao-escolar-indigena>> Acesso em: 16 jun. 2016.

FUNAI - **Fundação Nacional do Índio. Educação Escolar Indígena**. Disponível em: < <http://www.funai.gov.br/index.php/educacao-escolar-indigena>> Acesso em: 16 jun. 2016.

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de professores:** para uma mudança educativa. Tradução: Isabel Narciso. Portugal. Porto Editora, 1999.

GIL, A. C. **Metodologia do ensino superior.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOODE, W.J & HATT, P.K. **Métodos em pesquisa social.** São Paulo, Nacional, 1969.

GONDIM, Neide. **Invenção da Amazônia.** Manaus: Ed. Valer, 2007.

GRUPIONI, Luís D. B. “**De alternativo a Oficial: sobre a (im)possibilidade de Educação Escolar Indígena no Brasil**”. In: Veiga, J. e D’Angelis, W. (org.) *Leitura e Escrita em Escolas Indígenas.* Campinas: Mercado das Letras. 1997.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias.** Brasília, DF: MEC/SECAD, 2006.

GUARNIERI, Maria Regina (Org.) **Aprendendo a ensinar:** o caminho nada suave da docência. 2. Ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

GUIMARÃES E VILLARDI. Susana M. G; Raquel. **Educação Indígena.** FGV On line.2010. Disponível em: <<http://moodle.fgv.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

GUIMARÃES, Susana Martelletti Grillo. **A aquisição da escrita e diversidade cultural: a prática de professores Xerente.** Brasília: FUNAI/DEDOC, 2002. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Revista-Estudos-e-Pesquisas/revista_estudos_pesquisas_v1_n2/Resenha.pdf> Acesso em: 16 jun. 2016.

GUIMARÃES, Susana Martelletti Grillo. **Entrevista para a pesquisadora.** Em: 8 jul. 2016.

GUIMARÃES, Valter Soares. **Formação de professores:** saberes, identidade e profissão. Campinas: Papirus, 2004.

HORN, M. B. ; STAKER, H. . **Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação.** Porto Alegre, Penso Editora Ltda, 2015.

IBGE. **Censo Demográfico 2010. Características gerais dos indígenas.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_dos_Indigenas/pdf/Publicacao_completa.pdf> Acesso em: 16 jun. 2016.

ITU-T. FG IPTV-R-00 14. **2nd FG IPTV Meeting.** Busan, Korea, 2006. Disponível em: <http://ties.itu.ch/ftp/public/itut/fgiptv/rEaDonly/Previous_Meetings/20061016_Busan/FTP%20AREA%20-%20REaD%20only/Reports/Plenary/FG%20IPTV-R-0014-Meeting%20Report-Draft-Plenary-2nd%20FGIPTV.doc>. Acesso em: 22 mar. 2015.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. KOZMA, R.B. **Learning with media. Review of Educational Research**, v. 61, n. 2, 1991

KUHN, Thomas s. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 5ª edição, 1998.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LEVINSON, Bradley A.; FOLEY, Douglas & Holland, Dorothy C., eds. **The cultural production of the educated person. Critical ethnographies of schooling and local practice**. New York: Suny Press, 1996;

LIBANEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LIMA, Antonio Carlos de Souza (Org.). **A educação superior de indígenas no Brasil [recurso eletrônico]: balanços e perspectivas**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: E-papers, 2016. Disponível em < <http://laced.etc.br/site/pdfs/LEDSUPIND001.pdf>> Acesso em: 10 fev.2017.

LUCIANO, Gersem (Baniwa). **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje** / Gersem dos Santos Luciano – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

LUCIANO, Gersem (Baniwa). **O índio brasileiro hoje**. In: **Guia para a Formação em Gestão de Projetos Indígenas. Projetos Demonstrativos para os povos indígenas-PDPI**. ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de (org). Brasília: Paralelo 15, 2008.

LUCIANO, Gersem (Baniwa). 2012. **A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo**. In Alcida Rita Ramos (org.), **Constituições nacionais e povos indígenas**. pp. 206-227. Belo Horizonte: Editora UFMG.

LUCIANO, Gersem (Baniwa). **A Lei de Cotas e os Povos Indígenas: mais um desafio para a diversidade**. Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento, 26 novembro 2012. Disponível em: <http://laced.etc.br/site/2012/11/26/a-lei-das-cotas-e-os-povos-indigenas-mais-um-desafio-para-a-diversidade>. Acesso em: 16 junho 2016.

LUCIANO, Gersem (Baniwa). 2015. **Indígenas antropólogos: Desafios e perspectivas**. Novos Debates/ABA 2(1): 2-17

MAGALHÃES, Edvard Dias (Org.). **Legislação Indigenista Brasileira e Normas Correlatas**. Brasília: FUNAI/CGDOC, 2003.

MAIA, Gabriel Sodré. **Entrevista para a pesquisadora**. Em: 11 set. 2017.

MEC. **Educação na Diversidade: experiências e desafios na educação intercultural bilíngüe** /organização, Ignácio Hernaiz; tradução, Maria Antonieta Pereira... [et al]. – 2. ed. -Brasília:Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade;Unesco, 2007

MELIÁ, Bartomeu. **Educação Indígena e Alfabetização**. São Paulo: Loyola, 1979.

MORIN, Edgar. **A Ciência com consciência**/Edgar Morin; tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. – Ed. Revista e modificada pelo autor – 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MENDES, Alexandre. **TIC-Muita gente está comentando, mas você sabe o que é?** Disponível em: <http://imasters.com.br/artigo/8278/gerencia-de-ti/tic-muita-gente-estacomentando-mas-voce-sabe-o-que-e/>. Acesso em: 22/06/2013.

MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Trad. Eloá Jacobina. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). et al. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 31.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MURER, R. **Desafios do IPTV no Brasil. Informática Pública**. 2008. Disponível em: <http://www.ip.pbh.gov.br/ANO10_N1_PDF/desafios_da_IPTV_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

NOGUEIRA JÚNIOR, Bianor Saraiva. **A efetivação do Direito Indígena, um desafio para a pós-modernidade: Amazonas e Brasil**. 2018. 117 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

NORONHA, Nelson Matos de. **Sociedade e Cultura na Amazônia: Notas sobre o trabalho multidisciplinar na pesquisa e pós-graduação (1998-2006)**. Edua/FUA, 2008.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero. UFRJ, 1987.

OLIVEIRA FILHO. João Pacheco de. **Entrevista para a pesquisadora**. Em: 19 set. 2016.

OPAN. **A conquista da escrita indígena**. Encontros de educação. São Paulo: Iluminuras, 1989.

ORLANDI E. Puccinelli. **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2003

PALADINO, Mariana. **Algumas notas para a discussão sobre a situação de acesso e permanência dos povos indígenas na educação superior**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 7, Número Especial, p. 175-195, dez. 2012. Disponível em:

<<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiSEDUCativa/article/viewFile/5062/3330>>
Acesso em: 10 jun. 2016.

PANK, Ará. **Tecnologia e Tradição**. In: KARIRI-XOCÓ, Nhenety (org. et al.). @rco Digital: uma rede para aprender a pescar. Ministério da Cultura e Instituto Oi Futuro. Maceió, 2007.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul, 2000.

PINHO, J. B. **Jornalismo na Internet**. São Paulo: Summus, 2003.

RAMIREZ, D. ***IPTV security: protecting high-value digital contents***. England: John Wiley & Sons, 2008.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

ROMERO, Z. M. **A luta do povo indígena Suruí-Paiter com as ferramentas tecnológicas do século XXI**. In: XXI Encontro Estadual de História: Trabalho, Cultura e Memória. Anais., Campinas, 2012.

POPPER, Karl Raymund. **Lógica das Ciências Sociais**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

RIBEIRO, Odenei de Souza. **Tradição e modernidade no pensamento de Leandro Tocantins**/ Odenei de Souza Ribeiro. - Manaus: UFAM, 2012.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro: pontos para reflexão**. 2002. Disponível em: http://www.ip.usp.br/portal/images/stories/atac/AcaoO_AFIRMATIVA_NO_ENSINO.pdf
. Acesso em: 14 jun. 2016.

SAMPAIO, Mariza Narcizo; LEITE, Lúgia Silva. **Alfabetização Tecnológica do Professor**. 9ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SANCHO, Juana M.; HERNANDEZ, Fernando. **Tecnologias para transformar a educação**. Trad. Valérios Campos. Porto Alegre: ArtMed, 2006.

SANTOS, B. D. S.; MENESES (ORG), M. P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, B. D. S. **Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. In: SANTOS, B. D. S.; MENESES, M. P. (org). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009.

SILVA, Ana Paula Ferreira da; et al. **Estudo bibliométrico sobre custo em organizações da construção civil: contribuições do congresso brasileiro de custo de 1996 a 2010**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 19., 2012, Gramado. Anais.... São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos, 2012.

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

SILVA, Marilene Corrêa da. **O Paiz do Amazonas**. Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

SILVA, Aracy Lopes da (Coord.). **A questão da Educação Indígena** In: Cadernos da Comissão Pró- Índio. São Paulo. Brasiliense, 1981;

SILVA, R. S. M. D.; CAVALCANTE, C. L. C. **A re-invenção cultural dos índios Tapebas por meio da inclusão digital**. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, 4-7 setembro 2009.

SILVA, Ana Paula Ferreira da; et al. **Estudo bibliométrico sobre custo em organizações da construção civil: contribuições do congresso brasileiro de custo de 1996 a 2010**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 19., 2012, Gramado. Anais. São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos, 2012.

SIMPSON, Anthony (ed.) **The labours of learning**. Education in the postcolony. University of Adelaide. 1999.

SOARES, Artemis; LIMA, Priscilla; SOLART, Mireia. **Relato de experiência do cotidiano escolar no Médio Solimões (Maraã-Amazonas) na Escola Kanamari**. In: I Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Anais. Niterói: Coninter. 2012. (ISSN 2316-266X).

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; BARROSO-HOFFMANN, Maria (Orgs.). **Seminário Desafios para uma Educação Superior para os Povos Indígenas no Brasil: políticas públicas de ação afirmativa e direitos culturais diferenciados. Trilhas de Conhecimento: Ensino superior de indígenas no Brasil, 2007**. Disponível em: <<http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/arquivos/Desafios.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

SOUZA. Adria Simone Duarte de. **Entrevista para a pesquisadora**. Em: 22 set. 2014.

TANURI, L. M. **História da formação de professores**. Revista brasileira de educação. nº 14, p. 61/88, maio/jun/jul/ago, 2002.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

THOMPSON, R. **IPTV and the future of telecom video network architectures**. New York: Light REaDing. 2005. Disponível em:<http://www.heavyrEaDing.com/details.asp?sku_id=772&skuitem_itemid=748>. Acesso em: 15 jun. 2016.

TORI, R. **Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem**. São Paulo: Senac, 2010.

TUCCI, Carlos Alberto Franco; ALBUQUERQUE, Gabriel A. Santos de; BRITO, Glaucia da Silva. **Ao norte tecnologias e modalidade a distância na educação superior no estado do Amazonas: Em busca de uma tecnologia social para a EaD.** Revista de Educação a Distância. 2016, v3. n.1. ISSN 2359-6089.

UEA - **Relatório Geral de Atividades** / 2001. Manaus-Amazonas, Janeiro, 2002.

UEA/PROFORMAR. **Educação Indígena. Coordenador:** José Ademir Gomes Ramos. Manaus: UEA Edições, 2007.

UEA. **Extrato da Portaria no 197/2015-PROGRAD/UEA.** Disponível em: <<http://data.uea.edu.br/ssgp/noticia/1/43010-2.pdf>> Acesso em 07 jan.2017.

UNESP. **UNESP ABERTA.** Disponível em: <<http://www.unesp.br/unespaberta>>. Acesso em: 6 jun. 2016.

VASCONCELOS, M. L. M. C. **A formação do professor do ensino superior.** 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Lições de Didática.** Campinas: Papyrus, 2006.

VISSER, J. **ITU-T IPTV standards development: IEaDing the way towards a harmonized IPTV global standard.** 2008. Disponível em: <http://www.itu.int/dms_pub/itu-t/oth/26/06/T26060000030034PDFE.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2016.

WSIS. **Plan of Action for World Summit on the Information Society.** ITU (International Telecommunication Union), 2003. Disponível em: <http://www.itu.int/wsis/docs/geneva/official/poa.html>. Acesso em: 16 jun. 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZEICHNER, Kenneth M. - **A formação reflexiva de professores : ideias e práticas.** Lisboa : Educa, 1993.

ANEXOS

ANEXOS A - DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS 31/05/2004

DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO AMAZONAS
GOVERNO EDUARDO BRAGA

Manaus, segunda-feira, 31 de maio de 2004

Número 30.389 ANO CX

PODER EXECUTIVO

LEI N.º 2.894, DE 31 DE MAIO DE 2004

DISPÕE sobre as vagas oferecidas em concursos vestibulares pela Universidade do Estado do Amazonas e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS

FACO SABER a todos os habitantes que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a presente

LEI:

Art. 1.º - As vagas em cursos e turnos oferecidas anualmente pela Universidade do Estado do Amazonas em concursos vestibulares terão a distribuição seguinte:

I - 80% (oitenta por cento) para candidatos que:

a) comprovem haver cursado as três séries do ensino médio em instituições públicas ou privadas no Estado do Amazonas; e

b) não possuam curso superior completo ou não o estejam cursando em instituição pública de ensino.

II - 20% (vinte por cento), para candidatos que comprovem haver concluído o ensino médio ou equivalente em qualquer Estado da Federação ou no Distrito Federal.

§ 1.º - Sessenta por cento (60%) das vagas a que se refere o inciso I, dos cursos ministrados em Manaus, serão destinadas a alunos que tenham cursado as três séries do ensino médio em escola pública no Estado do Amazonas.

§ 2.º - Tratando-se de candidato aprovado em exame supletivo, a Universidade exigirá, do candidato que disputar as vagas do inciso I, a comprovação, na forma do edital respectivo, de residência no Estado do Amazonas por pelo menos 3 (três) anos.

§ 3.º - O candidato indicará, no ato da inscrição, o conjunto a que pertence a vaga que deseja disputar, responsabilizando-se pelas declarações que prestar.

§ 4.º - Na hipótese de não ser suficiente a quantidade de candidatos classificados em um dos conjuntos de vagas, a Universidade convocará os do outro conjunto, respeitada a ordem de classificação.

Art. 2.º - O disposto no artigo anterior aplica-se à metade das vagas dos cursos da Escola Superior de Ciências da Saúde, reservadas as demais integralmente para candidatos que comprovem haver cursado pelo menos 8 (oito) séries do Ensino Básico em Município do Interior do Estado, respeitada a distribuição por pólos geográficos constante do Edital do respectivo concurso.

§ 1.º - Tratando-se de candidato aprovado em exame supletivo, a Universidade exigirá a comprovação, na forma do edital respectivo, de residência no Estado do Amazonas, em Município do pólo por onde se deu a disputa da vaga, por pelo menos 3 (três) anos.

§ 2.º - Aos candidatos que disputarem as vagas reservadas por este artigo aplica-se o disposto no artigo 1.º, I, b, desta Lei.

§ 3.º - Se a quantidade de classificados por pólo geográfico, na forma deste artigo, não for suficiente para preenchimento das vagas oferecidas, a Universidade convocará candidatos do pólo seguinte, respeitada rigorosamente a ordem de classificação.

§ 4.º - A partir do concurso vestibular de 2005, as vagas reservadas por este artigo para disputa no Interior do Estado serão fixadas na razão diretamente proporcional à população dos Municípios que integram cada pólo geográfico, priorizados sucessivamente os cursos de Medicina, Odontologia e Enfermagem.

Art. 3.º - Constatada, a qualquer tempo, a falsidade de informações ou de documentos relativos às situações de que trata esta Lei o candidato será eliminado do concurso, convocando o que o seguir na ordem de classificação, ou terá cassada sua matrícula na Universidade.

Art. 4.º - A administração da Universidade deverá:

I - priorizar a oferta de cursos e de vagas no Interior do Estado;

II - fazer cumprir pelos alunos, na forma estabelecida nos projetos pedagógicos dos respectivos cursos e em Resolução do Conselho Universitário, parte do estágio curricular obrigatório em Municípios do Interior do Estado;

III - oferecer cursos de graduação específicos para a população indígena, estabelecendo o necessário diálogo intercultural e privilegiando as regiões de maior concentração desses povos;

IV - manter, a cada ano, programa gratuito de preparação para ingresso nos cursos de graduação que oferecer, destinado principalmente às populações de baixa renda;

V - viabilizar os meios logísticos ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, em seu sistema regular de ensino.

Art. 5.º - Sem prejuízo do disposto no inciso III do art. 4.º, a Universidade do Estado do Amazonas reservará a partir do vestibular de 2005, um percentual de vagas, por curso, no mínimo igual ao percentual da população indígena na composição da população amazônica, para serem preenchidas exclusivamente por candidatos pertencentes às etnias indígenas localizadas no Estado do Amazonas.

§ 1.º - Pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, o percentual referido no caput deste artigo será igual, no mínimo, ao dobro do percentual de índios na composição da população amazônica, para o oferecimento de vagas nos cursos de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Direito, Administração Pública, Turismo, Engenharia Florestal e Licenciatura Plena em Informática.

§ 2.º - O processo seletivo para o preenchimento das vagas destinadas aos índios será estabelecido pela Universidade do Estado do Amazonas, ouvida a Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, a Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino, a Fundação Estadual de Política Indigenista - FEPI - ou outro órgão estatal que venha sucedê-la, e as entidades civis representativas dos Povos Indígenas, com atuação no Estado do Amazonas.

§ 3.º - Para os fins do disposto nesta Lei é considerado índio aquele assim reconhecido pela Fundação Nacional do Índio - Funai, através de certidão do registro administrativo a que se refere o art. 13 da Lei n.º 6.001, de 19 de dezembro de 1.973 (Estatuto do Índio).

§ 4.º - Os percentuais de vagas fixados para serem preenchidos pelos índios serão calculados sobre o número de total de vagas de cada um dos cursos oferecidos.

§ 5.º - As vagas reservadas aos índios que eventualmente não sejam preenchidas pelos mesmos, em cada processo seletivo, pela ausência de concorrentes, serão destinadas aos candidatos a que se refere o § 1.º do art. 1.º desta Lei.

Art. 6.º - No preenchimento das vagas previstas no art. 1.º desta Lei serão observadas, ainda, as seguintes regras:

I - em primeiro lugar serão preenchidas as vagas referidas no art. 1.º, § 1.º;

II - após o preenchimento das vagas referidas no art. 1.º, § 1.º, § 1.º, serão preenchidas as vagas destinadas aos demais candidatos referidos no art. 1.º, I, a e b, de cuja disputa também participarem os candidatos oriundos da escola pública que não obtiverem classificação na reserva de vagas prevista no art. 1.º, § 1.º;

III - no preenchimento das vagas referidas no art. 1.º, II, também concorrerão os demais candidatos que não obtiverem classificação na reserva de vagas a que se refere o art. 1.º, I, a e b.

Parágrafo único - O candidato oriundo de escola pública que se inscrever na reserva de vagas prevista no art. 1.º, § 1.º, que não obtiver classificação na forma prevista no inciso I e venha a obter, simultaneamente, nas hipóteses previstas nos incisos II e III, ocupará vaga na cota referida no art. 1.º, II.

Art. 7.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de maio de 2004.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de maio de 2004.

EDUARDO BRAGA
Governador do Estado

JOSÉ ANTONIO PACIFICO
Secretário de Estado - Chefe de Casa Civil

MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS
Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia

VERA LÚCIA MARQUES EDWARDS
Secretária de Estado de Educação e Qualidade do Ensino

Decreto n.º 24.246, de 31 de Maio de 2004

ABRE crédito Suplementar que especifica, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade vigentes da Administração Direta e Indireta.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a autorização contida no artigo 4.º da Lei n.º 2.870 de 29 de dezembro de 2003.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade vigentes da Administração Direta e Indireta, crédito Suplementar no valor de R\$ 2.294.037,80 (DOIS MILHÕES, DUZENTOS E NOVENTA E QUATRO MIL, TRINTA E SETE REAIS E OITENTA CENTAVOS) para atender as dotações indicadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2.º - Os recursos necessários a execução do disposto no artigo anterior decorrerão das Anulações das dotações indicadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de maio de 2004.

EDUARDO BRAGA
Governador do Estado do Amazonas

OZIAS MONTEIRO RODRIGUES
Secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

ISPÊR ABRAHIM LIMA
Secretário de Estado da Fazenda

**ANEXO B - QUADRO DE EQUIVALÊNCIA DA MATRIZ DO CURSO DE
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

1º SEMESTRE LETIVO

Componentes Curriculares		Componentes Curriculares EQUIVALÊNCIA	
LID 1202	Comunicação e expressão	LID 1202	Leitura e Produção Textual
LID1203	Sociologia da Educação I: sociedades indígenas e não indígenas	LID1203	Sociologia da Educação I
LID1204	Filosofia da Educação I: Ciência, Mitos, Tradições e Educação Indígena	LID1204	Filosofia da Educação I
LID1207	História Geral da Educação e a Questão Nacional e da América Indígena	LID1207	História Geral da Educação

2º SEMESTRE LETIVO

Componentes Curriculares		Componentes Curriculares EQUIVALÊNCIA	
LID2109	Filosofia da Educação II: Educação Indígena, Educação Escolar Indígena e Pensamento Educacional Brasileiro	LID2109	Filosofia da Educação da Brasileira
LID2110	Sociologia da Educação II: o pensamento sociológico e a questão indígena	LID2110	Sociologia da Educação II
LID2113	Antropologia e Educação Indígena na Amazônia	LID2113	Antropologia e Educação

3º SEMESTRE LETIVO

Componentes Curriculares		Componentes Curriculares EQUIVALÊNCIA	
LID2115	Políticas Públicas e Direitos Indígenas	LID2115	Políticas Públicas e Legislação do Ensino Básico
LID2116	Psicologia da Aprendizagem e Processos Educacionais na Educação Escolar Indígena	LID2116	Psicologia da Aprendizagem
LID3117	Epistemologia da Pesquisa Educacional: Teoria do Conhecimento e Culturas Indígenas	LID3117	Epistemologia da Pesquisa Educacional
LID3118	Psicolinguística e Educação Indígena	LID3118	Psicolinguística e Educação
LID3119	Educação e Saúde Indígena	LID3119	Educação e Saúde

4º SEMESTRE LETIVO

Componentes Curriculares		Componentes Curriculares EQUIVALÊNCIA	
LID3120	Educação de Jovens e Adultos Indígenas	LID3120	Educação de Jovens e Adultos
LID3121	Linguagem e Pensamento na Criança Indígena	LID3121	Linguagem e Pensamento na Criança
LID3123	Língua Portuguesa e Língua Indígena na Educação Infantil e nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental	LID3123	Língua Portuguesa na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

5º SEMESTRE LETIVO

Componentes Curriculares		Componentes Curriculares EQUIVALÊNCIA	
LID4126	Currículo do Ensino Básico e Organização Escolar Indígena	LID4126	Currículo do Ensino Básico
LID4129	Criança, Sociedade e Cultura Indígena	LID4129	Criança, Sociedade e Cultura

9º SEMESTRE LETIVO

Componentes Curriculares		Componentes Curriculares EQUIVALÊNCIA	
LID7149	Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar Indígena	LID7149	Teoria e Prática da Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar

ANEXO C - CADASTRO DE PRESTADOR DE SERVIÇO - PROIND



Fundação de Apoio Institucional Muraki

CADASTRO PRESTADOR DE SERVIÇO

Nome: _____ sexo: () F () M

D.Nasc: _____ RG: _____ Título: _____

CPF: _____ PIS ou NIT: _____

Estado Civil: _____ Titulação: _____

Endereço: _____

Complemento: _____ Bairro: _____

Município: _____ CEP: _____

E-mail: _____ FAX: _____

Telefone: _____ Outros Tel: _____

Banco para depósito de pagtº: _____

Agência: _____ Conta Corrente: _____

OBS: Indicar o nome de uma pessoa para contato: _____

Endereço: _____ Telefone: _____

FAVOR: Anexar xerox dos documentos citados abaixo:

RG, CPF, PIS, Cartão do Banco.

DEPENDENTES: Certidão de Casamento, Certidão de nascimento dos filhos (se tiver) para abater no IRRF.

Holerite/contra cheque recente (se tiver) comprovando desconto de INSS.

OBS: seu pagamento será depositado na conta citada neste cadastro, portanto fica claro que são de sua inteira responsabilidade as informações aqui contidas.

*NIT: Número de Identificador do Trabalhador para o recolhimento do INSS.

Local: _____, _____ de _____ de 2009.

Assinatura

Av. Prof. Nilton Lins, nº1.699 – Parque das Laranjeiras - Flores – CEP: 69058-300
Fone: 3651-1111

ANEXO D- DECLARAÇÃO DISPONIBILIDADE PROFESSOR ASSISTENTE



DECLARAÇÃO

Eu, _____ (nome),
_____ (nacionalidade), _____ (estado civil),
_____ (profissão), portador da carteira de identidade nº
_____ (órgão emissor e estado da federação), inscrito no CPF sob nº
_____, residente e domiciliado

_____ (endereço completo),
declaro expressamente que tenho disponibilidade de tempo para participar como
**Professor Assistente do Curso de Pedagogia: Licenciatura Intercultural –
Formação do Magistério Indígena**, da disciplina Comunicação e Expressão, a
ser realizada no período de 17 a 28 de agosto de 2009. Estou ciente ainda de que
ficarei responsável pela matrícula dos alunos que participarão do referido curso,
no período de 12 a 15 de agosto de 2009.

Declaro também haver tomado conhecimento dos deveres e das normas
de conduta da referida função, assumindo o compromisso de respeitá-los
integralmente.

Da mesma forma, autorizo o uso de minha imagem para fins de
divulgação e de publicidade do Projeto.

Manaus, _____ de _____ de 2009.

Professor Assistente

ANEXO E- TERMO DE COMPROMISSO PROFESSOR ASSISTENTE



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
ESCOLA NORMAL SUPERIOR
CURSO DE PEDAGOGIA: LICENCIATURA PLENA INTERCULTURAL

TERMO DE COMPROMISSO DO PROFESSOR ASSISTENTE

Eu, _____ (nome),
_____ (nacionalidade), _____ (estado civil),
_____ (profissão), portador da carteira de identidade nº
_____ (órgão emissor e estado da federação), inscrito no CPF sob nº
_____, residente e domiciliado
_____ (endereço completo),

declaro haver tomado conhecimento dos direitos e deveres do professor assistente; das normas de conduta, disciplina e segurança; assim como dos motivos de desligamento do Projeto, expressos no Manual dos Professores Assistentes, assumindo o compromisso de respeitá-los e fazê-los respeitar integralmente.

Da mesma forma, por meio deste Termo de Compromisso, autorizo o uso de minha imagem para fins de divulgação e de publicidade do Projeto.

Manaus, de _____ de 2009.

(NOME DO PROFESSOR ASSISTENTE)

ANEXO F: FICHAS DE ACOMPANHAMENTO DE MONITORIA BOLSA ALUNO-INTÉRPRETE



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO MAGISTÉRIO INDÍGENA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
(FORMAÇÃO EM INTERCULTURALIDADE)

CRITÉRIOS PARA ALUNOS TRADUTORES-INTÉRPRETES

- Ser índio(a);
- Ser aluno(a) PROIND;
- Estar devidamente matriculado (a) e periodizado(a);
- Falar fluentemente a língua indígena;
- Compreender fluentemente a língua portuguesa;
- Ser frequente, pontual, assíduo (a), participativo(a) e dinâmico(a);
- Ter coeficiente acima da média (6,0) para aprovação;
- Estar sempre atualizado (a) quanto aos conteúdos trabalhados nas aulas;
- Saber trabalhar em equipe;
- Ter bom relacionamento interpessoal;
- Ser escolhido(a) pelos alunos(as) indígenas da mesma turma.

Obs.: O(a) aluno(a) que deixar de atender a qualquer dos critérios será desligado, conforme avaliação do grupo indígena atendido.

*Seguem duas fichas para acompanhamento do processo:

- Ficha de acompanhamento do(a) bolsista (preenchida pelo professor Assistente);
- Diário de Atividade (preenchida pelo/a bolsista).



NOME	
ETNIA	
LÍNGUA INDÍGENA	
COMUNIDADE	
TERRA INDÍGENA	
CIDADE	
TERRITÓRIO ETNOEDUCACIONAL	

QUESTÕES:

1. Fala fluentemente a língua indígena?
() Sim () Não
2. Frequenta as aulas em tempo integral?
() Sim () Não
3. É assíduo?
() Sim () Não
4. Tem postura pró-ativa?
() Sim () Não
5. Compreende com facilidade os conteúdos estudados na língua portuguesa?
() Sim () Não
6. Consegue ser pontual em todas as disciplinas do curso?
() Sim () Não
7. Apresenta boa relação interpessoal, principalmente quando faz uso da língua indígena junto com seus pares?
() Sim () Não
8. Possui coeficiente acima de 8,0?
() Sim () Não
9. Possui iniciativa para buscar, tirar dúvidas para ajudar seus colegas no entendimento dos conteúdos ministrados nas disciplinas?
() Sim () Não
10. Tem facilidade de trabalhar em equipe?
() Sim () Não



ANEXO G – AUTORIZAÇÃO DA UEA/AM PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA	<table border="1"><tr><td>U. E. A</td></tr><tr><td>Nº: _____</td></tr><tr><td>VISTO: _____</td></tr></table> 	U. E. A	Nº: _____	VISTO: _____
U. E. A					
Nº: _____					
VISTO: _____					

Ao Sr. Cleinaldo de Almeida Costa
Universidade do Estado do Amazonas - UEA
Reitor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Assunto: Autorização para a realização de pesquisa

Magnífico Reitor,

Com nossos cumprimentos cordiais, venho por meio deste solicitar autorização para a realização da pesquisa intitulada: Educação superior indígena no Amazonas: A tecnologia mediada no ensino, a ser realizada pela Doutoranda Joyce Karoline Pinto Oliveira Pontes, sob a orientação da professora Dra. Artemis de Araújo Soares, do Programa de Pós –Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia - PPSCA, da Universidade Federal do Amazonas.

A presente pesquisa consiste em estudo de caso de natureza qualitativa. Serão realizadas entrevistas com três acadêmicos da primeira turma do Curso Superior de Pedagogia Intercultural, do Programa de Formação de Professores Indígenas (Proind), da UEA, uma professora titular e a coordenadora do Curso, totalizando cinco pessoas, para compreender o impacto de inserção da tecnologia educacional através do IPTV mediando o ensino superior indígena no Amazonas, tendo como objeto de estudo Proind da turma de Manaus.

O estudo em questão pretende interpretar os dados obtidos a partir das entrevistas, relacionando as formas significativas de aprendizagem com o uso ou não da tecnologia, bem como a contribuição desse curso superior para a comunidade indígena amazonense.

Certo do atendimento ao pleito segue anexo o modelo de autorização de Ofício pesquisa.



UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
ARACAJU

SGD - SISTEMA DE GERÊNCIA DE DOCUMENTOS
CAPA DO PROTOCOLO

U. E. A.
UF: _____
VOTO: _____

01) Entrada pelo :
02) Setor:

03) Data/Hora da entrada: 21/02/2017 15:03:00

04) Processo
Nº :



05) Interessado :

2017/00005428

JOYCE KAROLINE PINTO OLIVEIRA PONTES

Assunto: AUTORIZAÇÕES DIVERSAS

Unidade:

Detalhamento: JOYCE KAROLINE PINTO OLIVEIRA- SOLICITA
AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA,
CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.

06) 1ª Sala Destino :

07) Data Prevista de Conclusão : 0 DIAS

08) Contato : JOYCE KAROLINE PINTO OLIVEIRA PONTES

09) Fone do Contato :

10) End. do Contato : RUA:56 Nº 12,JAPIIM I,

11) Documentos Obrigatórios Anexados :

12) Observações :

JOYCE KAROLINE PINTO OLIVEIRA- SOLICITA AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA,
CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.

13) Documentos do anexos ao processo :

Joyce Karoline Pinto Oliveira Pontes
Discente do PPGSCA/UFAM

PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

Manaus, _____ de _____ 2017

Ao

Comitê de ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas –
CEP/UFAM

A/c Profª MSc. Eliana Maria Pereira da Fonseca
Coordenadora do CEP/UFAM

Autorização para realização de pesquisa

Eu, Cleinaldo de Almeida Costa, Reitor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), venho por meio deste informar a V.Sa que autorizo a pesquisadora Joyce Karoline Pinto Oliveira Pontes, aluna do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA do Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, a realizar/desenvolver a pesquisa intitulada : Educação superior indígena no Amazonas: A tecnologia mediada no ensino, sob a orientação da Professora Dra. Artemis de Araújo Soares.

Declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA
NA AMAZÔNIA



Ao Sr. Cleinaldo de Almeida Costa

Universidade do Estado do Amazonas - UEA

Reitor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Assunto: Autorização para a realização de pesquisa

Magnífico Reitor,

Com nossos cumprimentos cordiais, venho por meio deste solicitar autorização para a realização da pesquisa intitulada: Educação superior indígena no Amazonas: A tecnologia mediada no ensino, a ser realizada pela Doutoranda Joyce Karoline Pinto Oliveira Pontes, sob a orientação da professora Dra. Artemis de Araújo Soares, do Programa de Pós –Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas.

A presente pesquisa consiste em estudo de caso de natureza qualitativa. Serão realizadas entrevistas com três acadêmicos da primeira turma do Curso Superior de Pedagogia Intercultural, do Programa de Formação de Professores Indígenas (Proind), da UEA, uma professora titular e a coordenadora do Curso, totalizando cinco pessoas, para compreender o impacto de inserção da tecnologia educacional através do IPTV mediando o ensino superior indígena no Amazonas, tendo como objeto de estudo Proind da turma de Manaus.

O estudo em questão pretende interpretar os dados obtidos a partir das entrevistas, relacionando as formas significativas de aprendizagem com o uso ou não da tecnologia, bem como a contribuição desse curso superior para a comunidade indígena amazonense.

Certo do atendimento ao pleito segue anexo o modelo de autorização de Ofício pesquisa.

Joyce Karoline Pinto Oliveira Pontes
Discente do PPGSCA/UFAM

PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

Manaus, _____ de _____ 2017

Ao

Comitê de ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas –
CEP/UFAM

A/c Profª MSc. Eliana Maria Pereira da Fonseca
Coordenadora do CEP/UFAM

Autorização para realização de pesquisa

Eu, Cleinaldo de Almeida Costa, Reitor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), venho por meio deste informar a V.Sa que autorizo a pesquisadora Joyce Karoline Pinto Oliveira Pontes, aluna do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA do Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, a realizar/desenvolver a pesquisa intitulada : Educação superior indígena no Amazonas: A tecnologia mediada no ensino, .sob a orientação da Professora Dra. Artemis de Araújo Soares.

Declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

PROCESSO Nº	INTERESSADO (A)	PÁGINA
2017.00005428		U.EA/GR NF. <u>02</u> VISTO <u>[assinatura]</u>

De ordem,

Encaminha-se a respeito do processo

manifestação.

Em 22.02.2017

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
[assinatura]
Marcus Orlanis Araujo
Chefe de Gabinete

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS

Universidade do Estado do Amazonas
Av. Celso Bastida, 3578 - Flores
CEP-69000-000 - Manaus-AM
www.uea.edu.br



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

PROCESSO: 2017/00005428

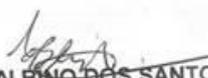
INTERESSADO: JOYCE KAROLINE PINTO OLIVEIRA

UEA	6
Fl.
Visto

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Eu, **LUCIANO BALBINO DOS SANTOS**, Pró-Reitor de Ensino de Graduação da UEA, venho por meio deste ficar ciente e AUTORIZAR a pesquisadora **JOYCE KAROLINE PINTO OLIVEIRA PONTES**, aluna do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA vinculada a ICHL/UFAM a realizar/desenvolver a pesquisa intitulada: Educação superior indígena no Amazonas: A tecnologia mediada no ensino, sob orientação da Profª Artemis de Araújo Soares.

Manaus, 17 de Março de 2017.


LUCIANO BALBINO DOS SANTOS
Pró-Reitor de Ensino de Graduação da UEA

15
ANOS

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS

Universidade do Estado do Amazonas
Av. Duquesa Batista, 3578 - Flores
CEP: 69050-010 / Manaus - AM
www.uea.edu.br



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

PROCESSO N°	INTERESSADO (A)	PÁGINA
201x/00005428	Joyce Karoline P. Oliveira Pontes	94
<i>to Gabinete do Pito,</i>		
<i>de ordem, retorno os autos para demais pro-</i>		
<i>vidências.</i>		
<small>UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS</small> <small>Jéssica da Costa Tapajós Sumira</small> <small>Assessora Técnica - PROGRAD</small>		

UEA
GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

Universidade do Estado do Amazonas
Av. Duque Balista, 3578 - Flores
CEP: 69000-010 - Manaus - AM
www.uea.edu.br



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

Manaus, 27 de março de 2017

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

A Universidade do Estado do Amazonas, inscrita no CNPJ nº 04.280.196/0001-76, com endereço na Avenida Djalma Batista, n. 3578, Flores, CEP 69.050-010, Manaus/Amazonas, por meio de seu reitor, **AUTORIZA** a discente Joyce Karoline Pinto Oliveira Pontes, aluna do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA do Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, a realizar/desenvolver a pesquisa intitulada: Educação Superior Indígena no Amazonas: a Tecnologia Mediada no Ensino, sob orientação da Professora Dra. Artemis de Araújo Soares.

Atenciosamente,

CLEINALDO DE ALMEIDA COSTA
Reitor da Universidade do Estado do Amazonas

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS

Universidade do Estado do Amazonas
Av. Djalma Batista, 3578 - Flores
CEP: 69050-000 / Manaus - AM
www.uea.edu.br

APÊNDICES - FORMULÁRIOS DE ENTREVISTAS

APÊNDICE A

PESQUISA DOUTORADO – UFAM

Entrevistado: Gabriel Sodré Maia – Ex-Aluno do PROIND/UEA

Data da Entrevista: 11/09/2017

Formulário de Entrevista com egressos de Manaus do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), turma 2009-2014.

Este formulário faz parte da pesquisa de Tese de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas - Ufam, cuja pesquisadora é a doutoranda, Joyce Karoline Pontes, e o título da Tese é - Educação Superior Indígena no Amazonas: A Tecnologia Mediada no Ensino. Agradeço pela sua atenção e contribuição ao responder as perguntas.

1) Qual o seu nome completo ?

Gabriel Sodré Maia

2) Se você for indígena, qual a sua etnia?

Yepamahsu (Tuakano)

3) Qual a sua idade?

16 a 20()

20 a 24()

24 a 28()

28 a 32()

32 a 36()

36 a 40()

+40(x)

4) Qual a sua função ou profissão atual? *

Professor de língua Yepamahsã (tUkana)

5) cursou Pós-Graduação após a formação pelo PROIND/UEA? Se sim Qual e onde?

Sim. Antropologia Social na UFAM.

6) O potencial do IPTV para a Educação Superior Indígena, contribuiu para a boa execução do curso? *

Sim.

7) Em se tratando de povos indígenas, foi possível promover um ensino satisfatório com o uso da tecnologia? Como você avalia a tecnologia na educação indígena? *

Sim. A tecnologia foi pertinente, porem houve carência dos profissionais com os conhecimentos indígenas.

8) Por que utilizar em um curso semi-presencial a tecnologia, através do IPTV? *

Estamos e pleno século XXI.

9) Teve momentos em que a IPTV falhou? *

Sim

10) A tecnologia via IPTV foi bem aceita pelos acadêmicos? *

Sim

11) Os professores assistentes tinham domínio da tecnologia? *

Sim

12) A dúvida com o professor titular era tirada na hora via IPTV? *

Sim

13) Os professores titulares e assistentes dominavam a tecnologia? E como era a relação destes com a IPTV? *

Sim. Eles foram plenamente treinados e também teve o apoio dos técnicos da UEA.

14) Os professores titulares e assistentes dominavam a tecnologia? E como era a relação destes com a IPTV? Era usada em todos os dias de aula? *

Sim. A tecnologia do IPTV falhava a transmissão quando tinha muita chuva. Unica preocupação era com o fenômeno da natureza, o inquestionável.

15) Antes de fazer o curso em Manaus, você residia na própria capital ou no interior? *

Capital.

16) Por que você quis fazer um curso superior ? E de que forma o curso vem contribuindo para a sua vida? *

Sempre busquei cursar o Ensino Superior. Até que surgiu o curso de Pedagogia Intercultural da UEA, e contribui a pensar ir mais além do curso, fazer Mestrado e Doutorado abrindo horizonte.

17) As apostilas e o conteúdo repassado durante o curso, tinha relação com a realidade vivida nas comunidades indígenas amazônicas? *

Sim

18) O uso da tecnologia para os povos indígenas, contribui de alguma forma na formação superior? *

Sim

19) As apostilas e o conteúdo repassado durante o curso, tinha relação com a realidade vivida nas comunidades indígenas amazônicas? *

Sim

20) A IPTV ajudou durante o curso de alguma forma? Como você avalia o uso dessa tecnologia no PROIND? *

Muito. O uso da tecnologia nos dias atuais sempre foram pertinentes.

21) Qual a avaliação que você tem hoje sobre a educação superior para os povos indígenas do Amazonas? *

Otimo.

22) Você é a favor do uso de tecnologia via IPTV entre outros tipos em um curso superior voltado para indígenas? *

Sim.

23) De que forma a tecnologia poderia contribuir para a formação superior dos povos indígenas no Amazonas? *

Ampliar mais, o uso da tecnologia deveria estar nos interior também. Isso contribuiria a educação, porque muitos gostariam de estudar o nível superior mas são impedido pelo questão financeiro.

24) Como você avalia o curso do PROIND-UEA? Precisa melhorar algo? Deveria ter mais um vestibular do PROIND?

Ótimo. É necessário que as autoridade do Estado tenham mais sensibilidade com os povos indígenas. Deveria ter mais vestibulares em formato de PROIND, para outras área e não só na EDUCAÇÃO. Espero que as resposta possa ajudar em beneficio da pesquisa.

APÊNDICE B

Entrevista – Projeto de Tese - Educação Superior Indígena no Amazonas: A Tecnologia Mediada no Ensino

Data da Entrevista: 22 de setembro de 2014

1 – Qual seu nome e sua função na UEA?

Adria Simone Duarte de Souza. Coordenadora do Curso de Pedagogia Intercultural Indígena da UEA. Pedagoga e Mestre em Educação.

2 - Quando o curso iniciou as atividades?

O Curso iniciou suas atividades no mês de agosto do ano de 2009, em 52 municípios do Amazonas, sendo realizado nos turnos matutino e vespertino, totalizando uma carga horária de oito horas diárias. Foram 632 indígenas do Estado do Amazonas que realizaram o Curso de Licenciatura em Pedagogia em 52 municípios.

3 - Houve mudança de coordenação desde que iniciou o curso?

Desde 2009 e até o primeiro semestre de 2013, três diferentes coordenadoras encarregaram-se da gestão do curso, e atualmente comigo.

4 – Como foi elaborado o material intitulado série de cadernos?

Foi elaborado, pela primeira Coordenação do Programa de Formação do Magistério Indígena (PROIND), uma série de cadernos com ISBN, que seriam utilizados por professores titulares, assistentes e acadêmicos dos 52 municípios do Amazonas onde se realizava o Curso. Ao final do ano de 2010, ocorreu mudança na coordenação do PROIND, a qual realizou levantamento sócio-cultural para revelar as diferentes identidades coletivas presentes neste curso.

5 – O curso era voltado apenas para indígenas ?

O curso realizou mobilidades acadêmicas, recebendo alunos do Curso de Pedagogia Regular. Os quais cumpriram algumas disciplinas ofertadas nos módulos de janeiro, fevereiro e julho

6 – E o aluno que fazia a tradução tinha apoio de algum professor?

O acompanhamento do aluno-intérprete foi realizado pelo professor assistente e pela coordenação, por meio dos critérios expressos nas fichas de acompanhamento de monitoria.

7 – Quantos acadêmicos estavam matriculados em 2009, quando iniciou o curso?

Em 2009 o curso teve um total de 2.601 matriculados, mas no decorrer dos anos esse quantitativo foi reduzindo. No ano de 2010 tinha 2.543 alunos, em 2011 constava 2.297, no ano de 2012 apresentava 2.194 alunos.

8 – Quantos acadêmicos indígenas concluíram o curso em Manaus?

Ao todo foram 22 alunos indígenas do PROIND/UEA com oito Trabalhos de Conclusão de Curso realizados em dupla ou trio, que estão guardados em caixas arquivo e em CDs, a maior parte desse material irá para a Biblioteca da UEA/ ESN. As defesas foram realizadas via IPTV.

9 - Como era elaborado o conteúdo das disciplinas?

Todo conteúdo das disciplinas foi pensado e elaborado pelos professores com aproximadamente seis meses de antecedência, pois todo assunto pedagógico deveria estar em concordância com a cultura de cada povo indígena e adaptado às especificidades amazônicas. Foi adotada pela Coordenação Geral do Curso a produção editorial do material utilizado durante as aulas, como uma maneira de roteirizar a metodologia que seria ministrada. As disciplinas cursadas no início possuíam a adjetivação indígena e necessitavam desta alteração para as novas finalidades a que o curso se propunha: não mais formar apenas professores para as escolas indígenas, mas, também, para as escolas interioranas, do campo e urbana.

10 – Como eram transmitidas as aulas via IPTV?

As aulas do PROIND eram transmitidas ao vivo pelo Centro de Mídias da SEDUC. Havia um professor assistente presente em cada município, cujo objetivo era atender ao aluno que se encontrava com dúvida, e para organizar a transmissão que era feita em sala de aula da unidade acadêmica de ensino. Tivemos êxito com o curso semi-presencial mediado pela tecnologia.

11 – Quantos alunos foram matriculados em Manaus de 2009 e destes quantos concluíram?

No município de Manaus, no ano de 2009, foram matriculados 54 alunos, dos quais 39 concluíram o curso com aprovação e êxito no TCC no ano de 2014, e 15 consta como evadidos.

12 – Houve mudança na nomenclatura do curso e nos materiais pedagógicos?

Sim, pois a maior parte dos acadêmicos eram não-indígenas, e com isso se alterou a denominação do curso, elegendo-se o título de Curso de Pedagogia, a mesma metodologia foi adotada na produção do material didático. Pensou-se em seguir o mesmo procedimento aplicado no Proformar, no quesito material pedagógico.

13 - Se percebe que os alunos em seus relatórios de estágio, utilizaram uma confecção que representasse a cultura indígena. Qual foi a finalidade deste instrumento de avaliação?

Durante o Estágio I, realizado no 7º módulo, os discentes registraram em seus relatórios as recorrentes dificuldades de aprendizagem observadas na turma. Além disso, organizaram todos os dados em um caderno confeccionado por eles de forma individual ou em grupo, nos 52 municípios amazonenses. Simultaneamente, os graduandos/estagiários participaram de aulas via IPTV, que versaram a propósito das linhas temáticas que conduziram o estágio. Na oportunidade, fizeram uso dos Cadernos 1 e 3. O Estágio II, efetivado no 8º módulo, teve como foco a elaboração de um TCC interdisciplinar, que teve como base os registros dos cadernos de campo do Estágio I e II. Houve ainda a realização da disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica I com aulas via IPTV. Os discentes desenvolveram os Cadernos 1, 2 e 3 durante o estágio.

Já o estágio III, concretizado no 9º módulo, teve uma carga horária total de 120 horas, onde 20 destas foram para as aulas via IPTV, 30 horas para o estudo planejado e produção do Projeto de Pesquisa e 70 horas usadas nas práticas escolares com a observação aliada à participação nas atividades docentes. Houve, ainda, orientação por parte do professor assistente, execução da disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica II, além da entrega do Trabalho de Conclusão de Curso, que foi desenvolvido a partir do relatório de estágio, dos três cadernos e com uma linha temática de acordo com o título do TCC. Uma equipe de acompanhamento foi constituída pela Coordenação para acompanhar os acadêmicos durante a realização do estágio e uma carta de apresentação do professor supervisor foi encaminhada aos diretores das escolas.

APÊNDICE C

Entrevista – Projeto de Tese - Educação Superior Indígena no Amazonas: A Tecnologia Mediada no Ensino

Data da Entrevista: 10 de outubro de 2017

1) Nome completo – Idade – Formação Superior - Cargo que ocupa atualmente

Gedeão Timóteo Amorim, 65 anos, Licenciatura em Filosofia (Universidade Federal do Amazonas) e Mestre em Administração, na Área de Concentração Políticas e Gestão Institucional (Universidade Federal de Santa Catarina). Atualmente Vereador na Câmara Municipal de Manaus.

2- Implantado pelo Governo do Estado no ano de 2007, o Centro de Mídias de Educação do Amazonas se destacou no cenário nacional e internacional pela eficácia do uso de novas tecnologias no atendimento a estudantes de comunidades rurais. Isso se deu principalmente quando o senhor estava à frente da SEDUC. Como o senhor avalia a inserção da tecnologia no ensino?

O Centro de Mídias é um "case" amazonense, concebido, precipuamente, para cumprir o dever público de garantir educação a todos os brasileiros, no caso do Amazonas, atender demandas sociais das comunidades mais interiorizadas do Estado à época, o arranjo tecnológico era emergente (utilização do IPTU), mas, além do arranjo, o mais importante foi a concepção do "conceito de presencial mediado", que prever componentes essenciais, garantia de sucesso da aprendizagem.

3) As aulas de ensino médio, geradas via satélite para as comunidades rurais do Amazonas aconteciam por meio do sistema de IPTV (Internet por Televisão), com interatividade de som, imagens e dados. É possível aprender fazendo o uso dessa tecnologia?

O satélite é tão somente o veículo de transmissão, o que garante a eficácia da aprendizagem é a metodologia com todos os elementos essenciais: preparação

de toda programação com a produção de professores, pedagogos e técnicos das mídias utilizáveis, criativas e inovadoras.

4) Como os professores eram preparados para atuar com o IPTV por ser novidade no Amazonas quando implantado em 2007, se tornando finalista e vencedor de um prêmio nacional no ano de 2009?

Na metodologia há duas categorias de professor: os titulares, que me número de três, são arregimentados no município onde seria lotado, com capacitação, treinamento e acompanhamento permanente. A programação pressupõe a preparação dos conteúdos, sem tratamento midiático pedagógico.

5) O senhor contribuiu de que forma para o PROFORMAR da UEA?

O PROFORMAR foi um projeto inicialmente produzido pela minha consultoria em 2001 para ser executado com metodologia tradicional presencial. Todavia as condições gerais não permitiam que pudesse operar tradicionalmente, entre outras coisas porque não contavam com cerca de 200 professores preparados, para cada disciplina, a cada 10 (dez) dias, para os diferentes municípios do Estado. Foi necessário, pela primeira vez, adotarmos a adoção de televisão com apoio de telefonia e faz para interações. Essa circunstância nos motivou para avançarmos com adoção das tecnologias emergentes. Portanto, esta foi minha participação e depois como coordenador.

6) A tecnologia implementada no PROFORMAR via IPTV, auxiliou de que forma os educadores que hoje lecionam na rede pública e municipal de ensino?

Em 2001, quando ainda estávamos especulando as tecnologias existentes e eventuais cursos com utilização de tecnologia, não identificamos qualquer coisa melhor que Televisão. Esse era um tempo em que estávamos muito motivados e, de certo modo, obcecados por inovações, foi aí então que obtivemos conhecimento sobre a emergente tecnologia de IPTV, era algo ainda muito insipiente, mas essas tecnologias são desenvolvidas com ousadia e investimento, o que na época fazia parte das nossas condições.

Ademais, insta salientar que desenvolver essa tecnologia em circuitos urbanos, com cabeamento ou mesmo com visadas de rádio, seria algo bastante tímido para algumas cidades, avalie quão grande seria o nosso desafio, para atingir nossas distâncias, condições atmosféricas, logísticas, incluindo instalações escolares, energia elétrica para o funcionamento das plataformas sujeitas às variações de cheias e secas da Amazônia, recursos humanos com dedicação exclusiva e fixação de residência em grande parte das comunidades, algo que só se superaria com a adoção de satélites, outro grande desafio, para organizar uma licitação pública para contratar serviços com melhor técnica e preço, tínhamos uma única condição: não errar, ou melhor fazer uma obra prima, porque todos os processos eram novos.

Finalmente com toda parafernália composta, veio a fase dos ajustes tecnológicos, do enfrentamento de fenômenos imprevistos, algo que, digamos, convencionamos o dia 11 (onze) de agosto de 2007, quando inauguramos o Centro de Mídias de Educação do Amazonas, com a presença do Ministro da Educação, exato na ocasião lançou o PNE - Plano Nacional de Educação do Brasil.

Há muito que considerarmos, como por exemplo, o ceticismo de muitos educadores, de muita gente de comunidades lideradas por agentes externos, mas a consistência da política pública e customização necessária se impuseram e em definitivo, o Centro de Mídias é uma invenção que só fracassará se lhe faltar a necessária atenção do governo.

7) É possível ensinar fazendo o uso da tecnologia, para um curso superior voltado aos indígenas? Como ocorreu recentemente na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) através do PROIND?

A Tecnologia é, nesse contexto, semelhante a arké, de Anaximandro, uma matéria amorfa, tudo dependerá dos objetos pedagógicos, das abordagens e, evidentemente, do ambiente cultural do Currículo. Chamo atenção para o termo "ensinar" núcleo da interrogação acima. Sem dúvida, a aprendizagem é a pretensão do que resulta da relação e correlação de professor e alunos, o que não prescinde de uma competência docente, competência de domínio de conteúdo a ser comunicado com a adoção de uma tecnologia facilitadora à

cognição dos discentes. É possível que no processo, parte do currículo imponha outra metodologia, não midiática, como por exemplo, as práticas de vivências com alunos em sala de aula. Conclusivamente, as tecnologias midiáticas devem ser utilizadas quando melhor preencher a facilitação da aprendizagem.

Já tive oportunidade de lecionar para indígenas em nível superior, não com as mídias hoje disponíveis e também já convivi com salas de aulas de adolescentes indígenas utilizando laboratórios de informática sem diferenciar capacidades e cognições em relação a alunos não indígenas. Isto nos permite admitir que a tecnologia por mais avançada que seja não é por si o empecilho, as dificuldades podem ser outras.

8) Como o senhor avalia a inserção da tecnologia via IPTV mediando o ensino médio e o superior? É um meio eficaz ou não?

Há, no meu entendimento, um número indefinido de considerações no que pode ensejar esta pergunta. Primeiro porque as crianças com seis anos, via de regra já desenvolvem uma série de jogos lógicos nos Smartphones e operam inúmeras atividades em computadores. Diz-se que nessa idade uma criança, de qualquer classe social, tem cerca de sete mil horas de televisão. Essa constatação nos permite estimar que alunos de Ensino Médio e de graduação são culturalmente envolvidos, com maior ou menor intensidade nas tecnologias midiáticas.

Ser eficaz ou não, não está numa relação direta da tecnologia midiática, tendo em vista que a tecnologia por si mesma nem é boa nem má, não é garantia de sucesso. O sucesso depende de um curso está afeto ao conjunto da obra, mas evidentemente que, se bem utilizadas, a tecnologia pode enriquecer consideravelmente a formação.

APÊNDICE D

Entrevista – Projeto De Tese - Educação Superior Indígena No Amazonas: A Tecnologia Mediada No Ensino

Data da Entrevista: 10 de abril de 2018.

1) Nome completo e formação acadêmica?

Marcos Jolbert Cáceres Azambuja

- Bacharel em Desenho Industrial - Habilitação em Programação Visual - pelas Faculdades Integradas Teresa D'Avila (2008).
- Mestre em Ciências obtido no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica da Universidade de São Paulo - POLI/USP.
- Doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica da Universidade de São Paulo - POLI/USP.
- Membro do Grupo de Pesquisa - POLI-Edu. Grupo de pesquisa sobre a Educação em Engenharia, na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.
- Membro do Grupo de Pesquisa - Cibernética Pedagógica: Laboratório de Linguagens Digitais. Grupo certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que pesquisa sobre as novas tecnologias e as mediações educacionais relacionados ao mundo virtual e à inclusão digital/social, tais como: "Atalhos para a Inclusão Digital"; "Educação no Ciberespaço" e "O Mundo Virtual é para Todos?"

2) De que forma a IPTV têm contribuído para a educação superior?

A IPTV é um recurso poderoso que pode contribuir muito no aprendizado na Educação Superior. Primeiramente precisamos levar em conta que a IPTV não é um sistema ou um aparelho, ela é um serviço.

Assim, devemos nos amparar na melhor definição de IPTV conforme a *International Telecommunication Union* (ITU), principal agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para questões das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) que afirma: a IPTV é definida como serviços multimídia tais quais: televisão, vídeo, áudio, texto, gráficos, dados entregues em redes

baseadas em IP gerenciadas para prover níveis de QoS (*Quality of Service*) / QoE (*Quality of Experience*), segurança, interatividade e confiabilidade de requisitos (ITU, 2006).

Entretanto, a definição do IPTV é bastante abrangente. Segundo a Visser (2008) a IPTV não é justamente a televisão sobre IP, ela é muito mais.

Novas formas de uso e de ferramentas somaram-se à internet nestes últimos tempos. Registros e reprodução de conteúdo transmitidos por sistemas de comunicação (TV, Rádio, Impressos, Internet, etc), acréscimos de diferentes formas de entretenimento, como jogos on-line, reprodutores de arquivos audiovisuais, e-commerce. Com a efetivação e aplicação do serviço do IPTV, ampliam-se as novas formas de uso deste veículo e alcança vários locais como: indústrias, empresas, universidades, lares, projetos de mediação educacional entre outros.

Essa forte disseminação da Educação pela internet na sociedade, da EAD, dos MOOC, somada às funções que a IPTV comporta é, contudo, um fator favorável para a Educação em Engenharia a Distância, pois se aplicam as formas de levar e receber informação em alta performance.

Neste sentido, destacar esse novo cenário educacional fazendo o uso do IPTV como modalidade de Educação e as contribuições de Tori (2010), quando descreve o surgimento de um fenômeno de convergência entre o virtual e o presencial na Educação conhecido como Blended Learning (BL) serão notáveis.

3) Pode-se dizer que a IPTV é uma modalidade de EaD?

Com certeza não. Peço desculpas pela expressão incisiva, mas darei o conceito desta afirmação a seguir.

A partir das comprovações e entendimento que *a IPTV é um serviço multimídia* e não um organismo fixo ou um repositório de conteúdo, então é possível afirmar que a IPTV é um meio muito eficiente e eficaz para que possa acontecer a modalidade à distância.

Desta forma, pode-se considerar a IPTV dentre as ferramentas educacionais *on-line* como uma das tecnologias mais apropriadas para fins educacionais, pois ela integra os recursos de mídia de massa, tornando-se uma ferramenta e serviço de grande potencial e apropriada aos processos de ensino-aprendizagem. A partir destes dados, a Educação pode valer-se do

IPTV para complementar de forma eficaz o ensino e para aproximar a academia dos trabalhos profissionais externos ou vice-versa, como por exemplo:

- Aproximar os estudos de projetos externos (indústria, instituições, empresas e organizações governamentais);
- Compartilhar pesquisas em andamento de outras universidades;
- Aproximar a realidade do “chão de fábrica” ao aluno; e
- Trazer a realidade extramuros para dentro da academia.
-

A interatividade proporcionada pela IPTV permite o desenvolvimento de criatividade, debates, participação ativa e autonomia na produção de conhecimentos dentro do ensino em Engenharia. Neste contexto, os alunos e professores necessitam apropriar-se da linguagem dessa nova mídia que é a IPTV. Apesar da lenta implantação do IPTV, a nova tecnologia poderá servir à Educação.

4) Na Amazônia, principalmente em comunidades longínquas no Amazonas, a IPTV ainda é uma falha no contexto educacional, devido à falta de sinal de Internet. Como você analisa uma solução para tal feito?

Como fundamentado, o serviço do IPTV acontece sobre a rede IP, se não existe sinal de internet o serviço não acontece. Em alguns lugares o serviço de IPTV em partes é feito via satélite, mas sempre necessitará da rede IP para a realização completa do serviço.

5) Na sua concepção a tecnologia contribui para o ensino, principalmente com a utilização do IPTV na Universidade do Estado do Amazonas, através de um curso superior em Pedagogia para Indígenas?

O serviço do IPTV contribui imensamente para um ensino eficaz e eficiente, se for executado corretamente e se houver tecnologia certa em todas as partes do projeto. Enfim, desta forma, entende-se que a IPTV com estas características, tem um grande potencial para o processo de ensino-aprendizagem, pois suas condições propiciam uma Educação efetiva e colaborativa para o meio acadêmico, principalmente na Educação do Ensino Superior.

APÊNDICE E - TCLE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS (DEPARTAMENTO E/OU
UNIDADE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE
E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa **Educação Superior Indígena no Amazonas: A Tecnologia Mediada No Ensino**, sob a responsabilidade da pesquisadora Joyce Karoline Pinto Oliveira Pontes, discente de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, sob a orientação da professora Dra. Artemis de Araújo Soares. O objetivo central é pesquisar o impacto de inserção da tecnologia educacional mediando o ensino superior indígena no Amazonas, tendo como objeto de estudo o Programa de Formação de Professores Indígenas (PROIND) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), especificamente em Manaus.

Sua participação é voluntária e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Será garantida a confidencialidade e privacidade das informações por você prestadas. O (a) Sr.(a) não terá nenhuma despesa, assim como, não receberá nenhuma remuneração. O local, horário e data da pesquisa serão combinados com antecedência entre a pesquisadora e entrevistado. Informamos que a presente pesquisa apresenta baixos riscos: onde destacamos o risco do entrevistado se emocionar no momento da capturação do depoimento, a entrevista será individual e realizada em uma sala de aula previamente reservada da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), para que o entrevistado se sinta mais à vontade e não se sinta constrangido caso se emocione, dessa forma serão resguardados os direitos de ordem emocional, psicológico, ou moral, por envolver apenas um roteiro de entrevista semi-estruturada aberta.

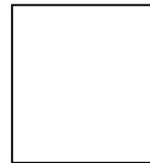
Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros científicos, ou revistas científicas, entretanto, será apenas mostrado os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, identificação a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço: Programa

de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA. Av. Gal. Rodrigo Octávio, 6200 - ICHL - Setor Norte - Campus da UFAM - CEP 69077-000, pelo telefone (92) 99131-7727, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: ___/___/___



Assinatura do participante

Impressão do dedo
polegar Caso
não saiba
assinar

Assinatura do Pesquisador Responsável